

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO – PROFIAP

JÚNIOR SANTOLIN

**IMPACTOS ECONÔMICOS DE CURTO PRAZO DA UNIVERSIDADE FEDER-
AL DA FRONTEIRA SUL (UFFS): UM ESTUDO NO CAMPUS CHAPECÓ**

CHAPECÓ

2026

JÚNIOR SANTOLIN

IMPACTOS ECONÔMICOS DE CURTO PRAZO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS): UM ESTUDO NO CAMPUS CHAPECÓ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP) realizada pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientadora: Prof. Dr^a. Janete Stoffel

Co-orientadora: Prof. Dr^a Kelly Cristina Benetti Tonani Tosta

CHAPECÓ

2026

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Santolin, Júnior

IMPACTOS ECONÔMICOS DE CURTO PRAZO DA UNIVERSIDADE
FE-DE-AL DA FRONTEIRA SUL (UFFS): UM ESTUDO NO CAMPUS
CHAPECÓ / Júnior Santolin. -- 2026.
156 f.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Janete Stoffel

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Kelly Cristina Benetti
Tonani Tosta

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação Profissional
em Administração Pública em Rede Nacional, Chapecó, SC,
2026.

1. Estudar os impactos econômicos de curto prazo que
a UFFS tem na economia do município de Chapecó. I.
Stoffel, Janete, orient. II. Tosta, Kelly Cristina
Benetti Tonani, co-orient. III. Universidade Federal da
Fronteira Sul. IV. Título.

Júnior Santolin

IMPACTOS ECONÔMICOS DE CURTO PRAZO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS): UM ESTUDO NO CAMPUS CHAPECÓ

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP) realizado na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 05/08/2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Janete Stoffel – UFFS
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Oleides Francisca de Oliveira – UFAC
Avaliador

Prof. Dr. Luis Cláudio Krajevski – UFPR
Avaliador

Dedico este trabalho às minhas orientadoras, pela dedicação, orientação e apoio ao longo desta jornada. Aos meus pais, que não pouparam esforços para que eu pudesse concluir meus estudos. À minha esposa e aos meus amigos por estarem sempre ao meu lado tanto nas dificuldades quanto nas conquistas. Por fim, aos meus colegas de mestrado, pelo companheirismo, incentivo e apoio ao longo dessa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço – primeiramente – aos meus pais, por todo o amor, dedicação e apoio incondicional ao longo da minha vida. Sem os valores que me transmitiram e os esforços que sempre fizeram por minha educação, esta conquista não seria possível.

À minha esposa, pela compreensão, paciência e incentivo nos momentos mais desafiadores desta caminhada e por me ajudar a formatar este trabalho. Aos meus amigos, pelo apoio, pelas palavras de encorajamento e pelos momentos de descontração que tornaram essa trajetória mais leve.

Às minhas orientadoras, Profa. Dra. Janete Stoffel e Profa. Dra. Kelly Cristina Benetti Tonani Tosta, pela orientação segura, pelos ensinamentos, pela confiança depositada em meu trabalho e pela disponibilidade ao longo de toda a pesquisa.

Aos colegas do Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP), pela convivência, pelas trocas de experiências e pelo apoio durante esta jornada acadêmica, sem esquecer o bom humor característico de nossa turma.

À Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), instituição da qual tenho orgulho de fazer parte, pela oportunidade de crescimento profissional e acadêmico.

Àqueles que partiram durante esta caminhada e não puderam testemunhar a sua conclusão, mas que tocaram minha vida.

Agradeço a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta pesquisa e para a conclusão desta importante etapa da minha vida, participando ou até em orações.

Por fim, agradeço até mesmo os obstáculos encontrados ao longo desta jornada, pois foram eles que me ensinaram resiliência, perseverança e a importância de continuar avançando diante das dificuldades.

Não existe triunfo sem perda, não há vitória sem sofrimento, não há liberdade sem sacrifício. (Trailer oficial de *O Senhor dos Anéis: O Retorno do Rei*, 2003).

RESUMO

Este estudo analisou os impactos econômicos – de curto prazo – da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) utilizando como espaço de estudo o Campus Chapecó. A pesquisa busca suprir uma lacuna na literatura nacional que, apesar de reconhecer a importância das Instituições de Ensino Superior (IES) para o desenvolvimento regional, apresenta escassez de estudos que quantifiquem seus efeitos econômicos locais. Utilizou-se uma abordagem pela ótica da demanda, foram examinados, para os dados secundários, os gastos institucionais em custeio e investimento valendo-se do Serviço de Informação ao Cidadão e Portal de Transparência e Prestação de Contas da UFFS com dados da instituição. A coleta de dados primários foi realizada por meio de questionários estruturados, disponibilizados de forma on-line aos estudantes, docentes e técnicos-administrativos do Campus Chapecó e divulgados por diferentes meios de comunicação, com participação voluntária e garantia de sigilo e anonimato dos respondentes, após apreciação e aprovação da pesquisa e do questionário pelo Comitê de Ética. A análise dos dados permitiu estimar os efeitos da presença da universidade na cidade de Chapecó, chegando ao impacto de 1,78% sobre o PIB municipal. Como produto técnico-tecnológico, foi elaborado um panfleto-guia, que serve de divulgação dos resultados e como um guia com orientações para interessados poderem participar das licitações do campus, o que amplia a participação de empresas locais em processos licitatórios da instituição. Os resultados esperados visam subsidiar políticas públicas e estratégias de desenvolvimento regional, além de propor metodologia replicável em outros contextos.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional, Ensino superior público, economia local.

ABSTRACT

This study analyzed the short-term economic impacts of the Federal University of Fronteira Sul (UFFS), using the Chapecó Campus as the study area. The research seeks to address a gap in the Brazilian literature which, despite recognizing the importance of Higher Education Institutions (HEIs) for regional development, still presents a shortage of studies that quantify their local economic effects. A demand-side approach was adopted. For the secondary data, institutional expenditures on operating costs and investments were examined using data obtained through the Citizen Information Service and the UFFS Transparency and Accountability Portal. Primary data were collected through structured questionnaires made available online to students, faculty members, and administrative staff at the Chapecó Campus and disseminated through different communication channels. Participation was voluntary, and the confidentiality and anonymity of respondents were ensured after the research and questionnaire had been reviewed and approved by the Research Ethics Committee. Data analysis made it possible to estimate the effects of the university's presence in the city of Chapecó, resulting in an estimated impact equivalent to 1.78% of the municipal GDP. As a technical-technological product, a guide pamphlet was developed to disseminate the research findings and provide guidance to interested parties on how to participate in the Campus procurement processes, thereby encouraging greater participation of local companies in the institution's bidding procedures. The expected results are intended to support public policies and regional development strategies, as well as to propose a methodology that can be replicated in other contexts.

Keywords: Regional development; Public higher education; Local economy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Os cinco tipos de relações entre universidades e a região	38
Figura 2 – Esferas de Influência da Universidade	41
Figura 3 – Vista aérea dos 6 Campi da UFFS.....	48
Gráfico 1 – Idade dos TAEs que participaram da pesquisa	56
Gráfico 2 – Estado civil dos TAEs que participaram da pesquisa	57
Gráfico 3 – Rendimento líquido dos TAES que participaram da pesquisa	58
Gráfico 4 – Idade dos docentes que participaram da pesquisa.....	63
Gráfico 5 - Formação dos docentes que participaram da Pesquisa	64
Gráfico 6 – Estado civil dos docentes que participaram da pesquisa.....	64
Gráfico 7 – Rendimento líquido dos docentes que participaram da pesquisa	65
Gráfico 8 – Faixa etária dos estudantes que participaram da Pesquisa.....	68
Gráfico 9 – Percentual de estudantes, participantes da pesquisa, por tipo de ocupação e cursos	71
Gráfico 10 – Distribuição por gênero e turno de estudo dos estudantes que participaram da pesquisa	72
Gráfico 11 – Estudantes do Câmpus Chapecó que recebem auxílios, por período e gênero	73
Gráfico 12 – Valores dos Gastos do Campus, em 2024, sem remunerações dos servidores.....	78
Quadro 1 – Variáveis dos cálculos e suas definições	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – PIB e população de Chapecó, e suas respectivas participações no total do Estado, por Associação de Municípios de Santa Catarina, 2002 e 2021.	50
Tabela 2 – Informações sobre moradia dos TAEs que mudaram de para trabalhar na UFFS	59
Tabela 3 – Faixas de valores dos rendimentos e suas médias	59
Tabela 4 – Tipos de gastos dos TAEs que participaram da pesquisa em 2026	60
Tabela 5 – Gastos dos TAEs da UFFS Campus Chapecó que participaram da pesquisa em 2026	61
Tabela 6 – Projeção dos valores e dos números de TAEs da pesquisa	61
Tabela 7 – Moradia própria dos docentes que mudaram de região	63
Tabela 8 – Gastos dos docentes da UFFS Campus Chapecó que participaram da pesquisa em 2026 com projeção dos números e valores	65
Tabela 9 – Gastos dos Docentes da UFFS Campus Chapecó que participaram da pesquisa em 2026	66
Tabela 10 – Projeção dos valores e dos números de docentes da pesquisa.....	67
Tabela 11 – Intenções dos estudantes de permanecer em Chapecó após a graduação	69
Tabela 12 – Distribuição dos alunos de acordo com os cursos e ocupações	70
Tabela 13 – Rendimento líquido declarado pelos alunos do Campus Chapecó	73
Tabela 14 – Valor por tipos de gastos dos estudantes que participaram da pesquisa em 2026	74
Tabela 15 – Gastos dos estudantes da UFFS Campus Chapecó que participaram da pesquisa em 2026	75
Tabela 16 – Projeção dos valores e dos números de estudantes da pesquisa.....	76
Tabela 17 - Tipos de Despesas do Campus em 2024	77
Tabela 18 – Gastos do Campus Chapecó de 2024 com e sem a remuneração dos servidores técnicos e docentes	78
Tabela 19 – Total de gastos anuais na UFFS Campus Chapecó.....	79
Tabela 20 – Produto Interno Bruto Brasileiro e de Chapecó	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ACE – American Council on Education

ACIC – Associação Comercial, Industrial, Agronegócio e Serviços de Chapecó

ADs – Associações de Docentes Universitários

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento

CBPF – Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas

CF/88 – Constituição Federal

CFE – Conselho Federal de Educação

CONSUNI – Conselho Universitário

CUT – Central única dos Trabalhadores

DCLE – Divisão de Compras e Licitações Fase Externa

DLIC – Departamento de Licitações

EFAPI – Exposição-Feira Agropecuária e Industrial

FETRAF-SUL – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul

Fetraf-Sul/CUT – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

GFM – Grande Fronteira do MERCOSUL

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituições de Ensino Superior

IFE – Instituição Federal de Ensino

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica

JUFFS – Jogos Universitários

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MESOMERCOSUL – Fórum da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PDFF – Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

PDSFF – Programa de Desenvolvimento Social da Faixa de Fronteira

PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil

PNE – Plano Nacional de Educação

PPI – Projeto Pedagógico Institucional

PR – Paraná

PROIES – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PTT – Produto Técnico-Tecnológico

RETIS – Rede de Estudos Territoriais

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RS – Rio Grande do Sul

SC – Santa Catarina

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SIC – Serviço de Informação ao Cidadão

SUCL – Superintendência de Compras e Licitações

TAE – Técnico Administrativo em Educação

UFGFM – Universidade Federal da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	REVISÃO DA LITERATURA	19
2.1	A Constituição das Primeiras Universidades Brasileiras	19
2.2	A Formação e a Expansão da Universidade Brasileira.....	23
2.3	A Nova República e Uma Nova Universidade no Brasil?	31
2.4	Desdobramentos da Presença de Uma Universidade	37
2.5	A Universidade Federal da Fronteira Sul e o Campus Chapecó	42
3	METODOLOGIA	51
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	56
4.1	Técnicos Administrativos do Campus Chapecó	56
4.2	Docentes do Campus Chapecó	62
4.3	Estudantes do Campus Chapecó	67
4.4	Gastos do Campus Chapecó.....	76
4.5	Impactos diretos do Campus Chapecó da uffs	79
5	SEÇÃO PROPOSITIVA (PTT)	82
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
	REFERÊNCIAS.....	88
	APÊNDICE A – TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	102
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS DOCENTES, TÉCNICOS E ESTUDANTES	108
	APÊNDICE C – RELATÓRIO DO PRODUTO TÉCNICO-TECNOLÓGICO	127
	APÊNDICE D – PTT PARA DISTRIBUIÇÃO FÍSICA NO FORMATO PANFLETO .	149
	APÊNDICE E – PTT PARA DISTRIBUIÇÃO ONLINE	151

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal Brasileira de 1988 – em seu art. 205 – define a educação tanto como um direito de todos quanto como um dever do Estado e da família, sendo realizada com ajuda da sociedade (Brasil, 1988, art. 205). Esse preceito é basilar para a definição de políticas públicas educacionais do país. Políticas públicas como Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (PROIES) foram criadas para atender à determinação da Carta Magna.

Todavia, essas parcerias público-privada¹ causaram a transferência em massa de valores dos cofres públicos de recursos financeiros, que deveriam ser usados na expansão da educação superior pública, para as mãos do setor de ensino privado. Esses valores tiveram como destinatários finais os bancos e fundos de investimentos sem que fosse atendido ainda o preceito de gratuidade do ensino (Hernandez, Krajevski e Stoffel, 2023).

Para avançar no principal objetivo da crescente expansão da educação superior pública e gratuita – de combater a elitização do ensino oferecido e a exclusão social –, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2001/2010 estabeleceu metas para aumentar os investimentos e ampliar o número de alunos atendidos em todos os níveis da educação superior (Brasil, 2001). Para tanto, foi criado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), estabelecido pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 que foi a primeira política pública focada no investimento do ensino superior federal.

Mediante esse programa, o governo federal adotou uma série de medidas que visavam retomar o desenvolvimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais ampliassem o acesso e permanência no ensino superior dos estudantes nos níveis de graduação e pós-graduação. Adicionalmente,

¹ De acordo com Oliveira et al. (2005), as parcerias público-privadas são instrumentos legais que inserem o setor privado em atividades tradicionalmente estatais. Os autores alertam que esse mecanismo favorece a mercantilização do ensino, reduzindo o Estado ao papel de mero financiador de IES privadas sob o pretexto de melhorar a prestação de serviços à população menos favorecida.

visava permitir um melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas Instituições de Ensino Superior (IFES), assim contribuindo para a diminuição das desigualdades sociais no país.

Diante dessa possibilidade de acesso a uma universidade federal – em maio de 2006 – houve significativo avanço durante uma sessão do Fórum da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul (MESOMERCOSUL). Nele representantes do noroeste do Rio Grande do Sul, sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina chegaram ao consenso de um projeto único. Assim, enfrentariam o problema enfrentado diante da rejeição de várias propostas de criação de universidades em suas regiões (UFFS, 2026).

O apoio para a ideia de uma IFES na Mesorregião aconteceu em agosto de 2007, com mais de quinze municípios participando de atos públicos em prol da sua implantação e – em outubro daquele ano – o então ministro da Educação, Fernando Haddad, confirmou a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS, 2026). Essa ação – efetivamente – ocorreu em 15 de setembro de 2009, quando foi oficialmente criada a UFFS mediante a lei 12.029/2009. No dia 29 de março de 2010, foi constituída completamente a comunidade acadêmica, com o início das aulas, consolidando a materialização da política pública do REUNI no interior da Região Sul (Brasil, 2009a).

A presença de uma universidade desempenha um papel de grande importância no desenvolvimento regional, sendo que as parcerias entre a instituição e o setor privado podem trazer benefícios significativos para a localidade em que se encontra inserida (Yusuf e Nabeshima, 2007). Isso se dá mesmo com a ausência de um envolvimento direto e estreito da instituição com a comunidade; ainda assim, sua criação e presença impacta a economia regional, seja pela geração de empregos, pelos gastos em infraestrutura, seja – ainda – pelos efeitos indiretos no aumento da demanda por bens e serviços (Goddard e Kempton 2011).

Elliot, Levin e Meisel (1988) destacam a importância de estudos que tenham foco na análise do impacto de uma universidade nas economias locais, tornando possível mensurar seus efeitos sobre o nível de atividade econômica regional. Esses efeitos se dão sobre o nível de atividade econômica regional – tanto *backward* quanto *forward linkages* (Výrostová e Výrost, 2007).

No *backward* são analisados os impactos de curto prazo, como as implicações sobre os negócios locais, as receitas governamentais, o impacto da criação das novas Instituições sobre as economias locais e sobre as famílias afetadas, focando em como foi alterada sua renda e seus gastos. As ligações para frente se referem aos impactos de longo prazo, que incluem o aumento do capital humano, a geração de conhecimento e a maior atratividade para novos negócios. Para Garrido-Yserte e Gallo-Rivera (2010), ambos os impactos – de curto e longo prazo – são interpretados como sendo aquele como efeitos de demanda; esse como efeitos sobre o lado da oferta.

De acordo com Casqueiro, Irffi e Silva (2020), apesar do impacto econômico das universidades ser um tema tradicional na literatura sobre desenvolvimento regional no contexto internacional, ainda é tópico pouco estudado no Brasil. No âmbito internacional, há uma predominância de estudos sob a metodologia de aplicação de multiplicadores de gastos e de matrizes insumo-produto.

No entendimento de Aguiar et al. (2019), as IFES representam – para as regiões em que estão inseridas – expectativas de desenvolvimento regional, uma vez que uma universidade gera difusão de conhecimento, forma pessoas, mantém indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a produção de novos saberes, além de criar diálogo entre os conhecimentos eruditos e os populares. Logo, o potencial de intervenção é significativo e em alguns casos a universidade tem papel decisivo para o desenvolvimento de uma região.

Tendo essa perspectiva, e a intenção de verificar uma faceta indireta da política pública do REUNI, buscou-se desenvolver o presente estudo para que se possa responder à seguinte pergunta: “qual o potencial impacto, pelo lado da demanda, que a presença da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Chapecó e sua comunidade acadêmica gera para a economia do município homônimo”?

A busca pela resposta ao problema de pesquisa foi norteadada pelo seguinte objetivo geral: Analisar quais os impactos econômicos, de curto prazo, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e de sua comunidade acadêmica em Chapecó. Este, por sua vez foi desdobrado nos seguintes objetivos específicos: a) Identificar os gastos da UFFS Chapecó em investimento e custeio; b) efetuar levantamento dos desembolsos anuais da comunidade acadêmica em bens e serviços, estimando os gastos totais de estudantes, docentes e servidores técnicos; c) analisar como os gastos e

desembolsos da UFFS e sua comunidade acadêmica, enquanto materialização da política pública Reuni, impactam a economia do município a partir da ótica da demanda.

Adicionalmente, esta pesquisa resultou em um produto técnico-tecnológico. Com isso, foi proposto um panfleto com divulgação dos valores gastos pela Instituição para aquisição de bens e serviços mediante licitação; no mesmo panfleto, trazer as dúvidas mais frequentes envolvendo a participação em licitações, identificadas junto ao setor de licitações da UFFS, gerando um material-didático. Esse era apresentado no formato de panfleto guia para assim estimular a participação de empresas locais nos processos licitatórios.

A escolha deste tema de pesquisa tem sua relevância motivada pela escassez – no Brasil – de investigações da relação da IES e o desenvolvimento econômico, sejam em termos locais sejam regionais (Casqueiro, Irffi e Silva, 2020). Convém ressaltar que – nas últimas décadas – houve um aumento em pesquisas no Brasil sobre as relações entre universidade e desenvolvimento regional; contudo, estes estudos são realizados considerando diversas outras perspectivas, não tratando efetivamente dos efeitos econômicos das universidades nas regiões (Stoffel, *et al.* 2026).

As Instituições de Ensino Superior (IES) são mecanismos valiosos de desenvolvimento regional; sendo assim, é importante que as IES quantifiquem o impacto que as suas atividades têm na economia local na qual estão inseridas. Essa necessidade não só deve acontecer para demonstrar às regiões onde se encontram as vantagens que obtêm por abrigar uma universidade federal, mas para mais bem se habilitar a competir por apoios estatais, ou justificar os já recebidos (Fernandes, 2009).

De acordo com Vinhais (2013), embora os indicadores não classifiquem a educação pública como um setor-chave da economia, por não apresentar forte encadeamento de oferta ou demanda, os aportes financeiros na área estão longe de serem irrelevantes. O autor ressalta que – a longo prazo – esses investimentos são fundamentais para transformar as condições de oferta regional, especialmente ao impulsionar a formação de capital humano e o desenvolvimento tecnológico. No caso da UFFS, sua presença vai além do ensino, pesquisa e extensão, na formação acadêmica e qualificação de profissionais, podendo influenciar atividades econômicas e contribuir na geração de empregos diretos e indiretos.

Assim, essa pesquisa pode fornecer dados para políticas públicas de incentivo ao ensino superior como fator de crescimento econômico e social, servindo de modelo para outras regiões. Além de contribuir para uma melhor compreensão do papel das universidades federais, ou ao menos de uma destas universidades, no desenvolvimento econômico local e regional.

A dissertação foi tecida em seis capítulos, contando essa introdução. O segundo capítulo é a fundamentação teórica do estudo; o terceiro trata da metodologia adotada e os procedimentos metodológicos adotados. O quarto capítulo trouxe os resultados e as discussões, o capítulo cinco tratou da proposição do PTT; por fim, o último capítulo trouxe as considerações finais. Na sequência – do capítulo seis – estão as referências e os apêndices do trabalho tratando dos termos de consentimento livre e esclarecido, questionários aplicados e o PTT.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Para compreender a UFFS e seus efeitos de curto prazo, é necessário revisitar a história da universidade no Brasil, junto com o contexto histórico, e sua evolução até a criação da UFFS. Esse percurso histórico ajuda a elucidar muitos dos problemas atuais presentes nas universidades como um todo e evidencia o caráter *sui generis* da UFFS; sobretudo, nos meios que levaram à sua criação, como ela se constituiu e a sua inserção regional. A delimitando deste estudo é o município de Chapecó.

Tendo isso em vista, esta seção está organizada em seis subseções: (1) as dificuldades enfrentadas para a criação e consolidação das primeiras universidades no Brasil; (2) a formação e expansão das universidades no Brasil; (3) a jornada que a universidade brasileira perpassou: da saída da ditadura até o REUNI; (4) os desdobramentos da presença de uma universidade no desenvolvimento regional; (5) o processo de implantação da UFFS e a contextualização do município de Chapecó.”

2.1 A CONSTITUIÇÃO DAS PRIMEIRAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

A universidade, instituição milenar, ao longo de sua história tem perpassado por inúmeras transformações que refletem as mudanças estruturais no cenário político-econômico onde está inserida, resultando assim na adequação de suas funções em cada período histórico. Essa instituição nasce vinculada à Igreja, posteriormente passa a ser guiada pelos desígnios estatais de onde estavam inseridas, e, mais recentemente, pelo mercado (Lima, 2012; Almeida Filho, 2008).

No século XVI a universidade se estabeleceu na América Latina. No Brasil, em seu período de colônia, apesar de possuir ofertas de cursos superiores, apenas teve suas primeiras universidades criadas muito tempo após a chegada da Coroa Portuguesa, sendo suas instalações datadas do século XX. Antes existiam instituições de educação superior, porém sem conexões entre si, e não primando pela realização da pesquisa científica (Barreto e Filgueiras, 2007).

Esse ensino superior se firmou como um modelo de institutos isolados, conforme apontado por Barreto e Filgueiras (2007), e sua natureza era profissionalizante e voltada ao atendimento exclusivo dos filhos da fidalguia colonial, que estavam

impossibilitados de estudar na Europa enquanto durou o bloqueio napoleônico. O fato de os cursos terem se focado no ensino prático, engenharia militar e medicina, e serem disponibilizados em faculdades isoladas, marcou o ensino superior no Brasil, assim explicando muitas distorções encontradas em nosso sistema até os dias de hoje (Vasconcelos, 2010).

Essa característica da educação superior brasileira, voltada apenas para faculdades/escolas profissionalizantes, constituiu uma estratégia durante o Reinado de Dom João VI, que se centrava em manter a verdadeira Academia em Coimbra (Portugal), o que permitia apenas a elite brasileira enviar os seus filhos para estudar em tal instituição. Portanto, a educação brasileira no século XIX foi, em essência, destinada à preparação da elite e não do povo. Isso, somado ao início tardio da universidade no Brasil, uma vez que se passaram 720 anos desde o surgimento da primeira universidade no mundo² até a criação da primeira universidade no nosso país. Ambas as características distinguem o Ensino Superior Brasileiro dos praticados nos países da América Latina, Europa e Estados Unidos (Kowalski, 2012).

Segundo Souza (1996), no séc. XIX os burocratas estatais eram formados, principalmente, em cursos de estabelecimentos militares e pelos cursos de Medicina, Cirurgia e Matemática. A reestruturação e a ampliação do Ensino Superior moveram os estudos de Biologia, Física, Química, Matemática e Mineralogia dos cursos de Filosofia, curso esse controlado pela Igreja Católica, para os cursos de Medicina e para Academia Militar. O retorno dos estudantes brasileiros da Escola Politécnica de Paris, séc. XIX, e esses deslocamentos tornaram possível a assimilação da filosofia positivista de Comte pelos engenheiros, médicos³, militares e professores secundários das áreas científicas (Souza, 1996).

Os positivistas brasileiros se alinharam contra a escravidão e apoiaram o sistema republicano, enfrentando o sistema monárquico e a doutrina da Igreja Católica. Já em relação a manifestações culturais, houve significativa influência das obras de

² Segundo Kowalski (2012), a primeira universidade do mundo surgiu na Itália e – atualmente – é chamada de Universidade de Bologna.

³ Magalhães (2003) aponta que a nova classe média, que se formou na segunda metade do Império, apresentava graduados em medicina e engenharia: profissionais que se tornaram prestigiados e se tornam indispensáveis para o esforço de modernização, uma vez que pregavam a renovação de regime político, social e cultural.

Machado de Assis, Joaquim Manuel de Macedo, Castro Alves, Martins Pena, Joaquim Nabuco, entre outros que reivindicavam mudanças sociais. Também teve repercussão o processo de branqueamento e “qualificação” da população com a promoção da substituição dos escravos por imigrantes. Tais valores capitais – antes aplicados no tráfico humano – foram dirigidos para outras atividades comerciais e, em menor escala, industriais (Souza, 1996 e Magalhães, 2003).

De acordo com Barreto e Filgueiras (2007), a pauta da implantação de uma ou mais universidades perpassou os debates da Primeira Assembleia Constituinte brasileira que se encerram pelo decreto de dissolução da Constituinte advinda de Dom Pedro I, em 12 de novembro de 1823. Segundo esses autores, após a outorga da Constituição pelo Imperador em 1824, houve o que parecia ser um aceno para o desejo dos participantes da Assembleia com a promulgação do decreto em 9 de janeiro de 1825, o qual se destinava a criação de um curso jurídico na Corte. Entretanto, esse decreto não surtiu efeito, não materializando o curso. As discussões sobre a criação de uma universidade plena estiveram em inércia até 1842, com o projeto que visava criar a Universidade Pedro II no Rio de Janeiro. Esse projeto – última tentativa de fundar a instituição – foi apresentado pelo deputado José Cesário de Miranda Ribeiro, Visconde de Uberaba, perante o Legislativo imperial (Barreto e Filgueiras, 2007).

Embora tenham existido várias tentativas envoltas em discursos e debates políticos travados ao longo do Império por senadores e deputados, obstáculos impediam a concretização de qualquer das iniciativas. Tal impasse relacionado à criação de uma ou mais universidades no Brasil teria como denominador comum a disputa sobre qual província a instituição seria instalada (Barreto e Filgueiras, 2007). Outro obstáculo foi oriundo dos positivistas⁴ que argumentavam para quem em um país onde tudo ainda por fazer, não haveria por que o Brasil se preocupar com universidades, pois o foco deveria ser o Ensino Fundamental (Lima, 2012). Acreditavam que tanto o controle das universidades pela Igreja quanto pelos liberais seria prejudicial; para os positivistas, a Igreja causaria o atraso do advento da idade científica e técnica no Brasil e os liberais

⁴ De acordo com Oliveira (2010), o Positivismo se afasta das explicações religiosas e elege a ciência como alicerce para a análise das relações humanas, consolidando um viés universalista e cientificista. Na esfera política, rejeitava a monarquia, devido ao preceito religioso do direito divino. Desse modo, a finalidade do pensamento positivista era estabelecer uma política estritamente racional e positiva, premissa fundamental para garantir a ordem social e impulsionar o progresso.

com certeza transformariam o país em uma anarquia sociopolítica. Os adeptos dessa corrente filosófica defendiam a criação de escolas técnicas e científicas que ensinassem as leis da natureza e os meios de aproveitá-las em favor da humanidade (Lima, 2012).

A resistência positivista causou o engessamento dos esforços da criação da universidade no Brasil até as três primeiras décadas da Primeira República: de 1889 a 1930. Nesse período, houve projetos para a criação da universidade e algumas tentativas, conforme aponta Tramontin (1998), sendo que a primeira tentativa de se criar uma universidade ocorreu em Manaus em 1909. Em 1926, a Escola Universitária Livre de Manáos foi dissolvida em outros três estabelecimentos, e só 36 anos mais tarde foi reconstituída como a Universidade do Amazonas (Brito, 2004). Essa queda se deu pela decadência do período áureo da borracha amazonense.

Segundo Cunha (2007), houve uma segunda tentativa em 1911, no estado de São Paulo, mas dessa vez pela iniciativa privada. A Universidade de São Paulo oferecia cursos de Direito, Comércio, Belas Artes, Odontologia e Medicina. Esse autor afirma que o governo estadual criou uma Faculdade de Medicina que acabou “roubando” o público da Universidade. Essa foi extinta em 1917, já que a captação de estudantes pelo estado tornou inviável – financeiramente – a manutenção da instituição privada (Cunha, 2007).

Para Wachowicz (2022), o maior destaque dessas tentativas foi a do paranaense, jornalista, poeta e historiador José Francisco da Rocha Pombo, natural de Morretes que – em 1891 – começou a batalha para criar a primeira universidade brasileira⁵ em Curitiba, capital da então Província do Paraná: última província a ser criada, durante o Império, ao ser desmembrada da Província de São Paulo em 1853. Segundo o autor, depois de muita insistência, Rocha Pombo obteve do governo do Paraná a lei n.º 63 de 10 de dezembro de 1892, que concedeu ao historiador paranaense autorização para a criação, em Curitiba, de uma universidade mediante benesses e condições tais como isenção de impostos, terreno e juros sobre o capital empregado, mas

⁵ Não há consenso sobre a primeira universidade brasileira, havendo divergências quanto às da Amazonas, do Paraná e do Rio de Janeiro, tal discordância foi reconhecida pela reitora Denise Pires de Carvalho, da UFRJ, em seu discurso dos 100 anos da instituição que ocorreu em 2020 (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020).

precisava construir a universidade com no mínimo seis cursos (Direito, Letras, Comércio, Agronomia, Agrimensura e Farmácia). Todavia o destino da universidade dependia de subvenção federal, a qual Rocha não conseguiu (Wachowicz, 2022).

Conforme Durham (2010), na década de 1920, ocorre um movimento da intelectualidade brasileira que visava modernizar o sistema educacional e que forneceu terreno fértil para a criação das primeiras universidades nacionais. O autor afirma que esse movimento desejava trazer a associação entre a pesquisa científica e o ensino, a qual já existia em universidades europeias e americanas desde o século XIX. Porém, como o Brasil não possuía universidades era necessário instituí-las. As primeiras duas universidades surgiram na década de 1930, durante o governo Vargas: a Universidade de São Paulo (estadual) e a do Rio de Janeiro (federal) (Durham, 2010).

Segundo Durham (2010), a criação das universidades não findou o sistema prévio⁶ de ensino superior, mantendo suas marcas de origem. O autor expõe que o peso do caráter profissionalizante – tanto na tradição de escolas isoladas quanto nas universidades – permaneceu como a referência básica para cursos superiores. Outra característica foi a importância da iniciativa privada que, nas primeiras estatísticas, em 1933, já possuía 43% do corpo discente brasileiro (Durham, 2010).

A força dessa tradição advém da preservação de um sistema corporativo que ainda está presente nos dias de hoje, o qual associa um diploma universitário com uma carreira regulamentada e ao monopólio do exercício de uma profissão. Não há a tradição das universidades europeias, aqui no Brasil, de oferecer uma formação generalista que preceda a profissionalização (Kowalski, 2012).

2.2 A FORMAÇÃO E A EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

A Era Vargas⁷ – de 1930 a 1945 – resultou do Golpe de Estado que depôs Washington Luís e impediu Júlio Prestes de o suceder. Wolter (2016) afirma que esse

⁶ O sistema de ensino superior brasileiro, anterior as universidades, era um ensino profissionalizante, centros de ensino que não se comunicavam entre si e voltado às elites (Barreto e Filgueiras, 2007).

⁷ Segundo Wolter (2016), o Golpe ocorreu pela insatisfação dos políticos mineiros, gaúchos e paraibanos com a indicação de Prestes; devido a Política do Café com Leite, era esperado que o paulista Washington Luís indicasse um mineiro, mas acabou indicando o paulista Prestes. Em decorrência

período da história se dividiu em três: a primeira – de 1930 a 1934 – conhecida como o Governo Provisório. Foi nesse período que houve a criação do Ministério da Educação, entre outros ministérios; em 1931, o então ministro da Francisco Campos realizou a reforma do ensino superior, trazendo tanto a autorização quanto a regulamentação das universidades do país (Wolter, 2016). Esse autor aponta que com a promulgação da nova Constituição começa o período do Governo Constitucional de 1934 a 1937, no qual Vargas é eleito presidente pelo voto indireto e por fim o último período, chamado de Estado Novo⁸ (Wolter, 2016).

A criação do Ministério da Educação, com o nome de Ministério da Educação e Saúde Pública, foi uma das primeiras providências de Vargas em 1930 (Sampaio, 2020). O ministério era uma instituição guarda-chuva, agrupando temas como meio ambiente, esporte, saúde e educação além de unificar políticas educacionais estaduais, criando um modelo educacional único para o Brasil (Wolter, 2016). Esse autor afirma que Francisco Campos foi o primeiro-ministro e apesar do cenário adverso, conseguiu realizar a reforma educacional homônima. De acordo com Cunha (2007), entre os feitos, Campos foi o criador do Estatuto da Universidade Brasileira⁹, instituindo até o fim da Era Vargas cinco universidades e sendo responsável pela criação do Conselho Nacional de Educação (que era formada por um representante de cada universidade federal ou equiparada). Em 1953 a área da saúde desmembrou-se dando origem ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) (Cunha, 2007; Wolter, 2016).

O processo de industrialização e de urbanização desencadeou, numa iniciativa inédita no Brasil, uma ação planejada com foco na organização da educação brasileira. Durante a Era Vargas, os decretos de Francisco Campos determinam um novo norte,

desse não atendimento às suas expectativas, somado ao assassinato do vice de Vargas – João Pessoa – em Recife, os políticos dos estados supracitados decidiram apoiar a candidatura de Vargas e – posteriormente – o seu golpe.

⁸ O Estado Novo (1937-1945), de acordo com Wolter (2016), nasceu de um golpe que o então Presidente Washington Luís sofreu, devido à crise de 1929, entregando a Getúlio Vargas em 1930. Esse período, chamado Era Vargas (1930-1945) acabou quando Vargas sofreu o seu primeiro golpe, o que levaria à eleição de Eurico Gaspar Dutra, em 1946. Vargas voltou ao poder pelo voto em 1951; em 1954, diante da insatisfação popular, das pressões da imprensa e dos militares, suicidou-se.

⁹ Cunha (2007) afirma que o Estatuto das Universidades Brasileiras foi criada pelo decreto 19.851, em 11 de abril de 1931.

focados em uma maior autonomia didática e administrativa, pelo incentivo à pesquisa e a difusão da cultura, buscando o benefício da comunidade (Aranha, 1996).

O golpe de Vargas levou à criação do Estado Novo –1937 a 1945. Durante esse período, não houve reestruturações no ensino superior, já que o Estatuto das Universidades Brasileiras – de 1931 – havia normatizado as diretrizes para esse grau de ensino. Esse Estatuto possibilitou a criação de universidades católicas, sendo importantes no período, instituições privadas que capacitaram os alunos com base na ciência e na direção da sociedade (Wolter, 2016). Para Cunha (2007), possivelmente a colaboração Igreja e Estado teve um papel complementar no ensino superior, já que o Estado era incapaz de promover – de maneira direta ou adequada – a formação dos intelectuais das classes elitizadas. A industrialização foi decisiva para o processo de difusão das ofertas de cursos e aumento no número de matrículas em instituições de ensino superior. Para Vasconcelos (2010), é importante pontuar que – no decorrer da década de 1930 – a Educação começa a ser entendida como um direito regulado pelo Estado, porém a Constituição da época não assegurava tal direito de maneira integral.

Segundo Souza (1996), as críticas ao ensino superior brasileiro assumiram diferentes contornos. No período do Império, apontava-se o caráter arcaico do ensino superior e reivindicava-se a criação de universidades. Já em 1920, a universidade era criticada pela forma como foi criada, mediante aglutinação de escolas sem conexões entre si. Na Era Vargas, as duas tentativas de universidades “verdadeiras” foram interrompidas de maneira autoritária pelo Governo Federal; após 1945, o ensino superior¹⁰ passou a ser cobrado para que se modernizasse, reivindicada pela ideologia desenvolvimentista que se instalou no país (Souza, 1996).

De acordo com Cunha (1983), a República Populista¹¹ (1945–1964), o ensino superior sofreu sua primeira onda expansionista no país. Esse autor afirma que alguns aspectos desse processo de expansão seriam o número de universidades, sendo que

¹⁰ Cabe destacar que ensino superior e universidade não são termos equivalentes. O ensino superior existiu no Brasil antes da universidade, compreendendo formas institucionais como escolas e faculdades, sendo assim, a universidade é compreendida pelo ensino superior como uma forma institucional (Martins, 2000).

¹¹ Segundo o Senado Federal (2018), a República Populista ou Terceira República do Brasil iniciou-se em outubro de 1945, logo após a renúncia de Vargas, e findou com o golpe militar que ocorreu em abril de 1964.

no Brasil no ano de 1945 havia cinco; em 1964, a quantidade passou para 37. Nesse mesmo período, as instituições isoladas apresentaram crescimento de 293 para 564. Independentemente dos valores apresentados, o autor aponta que enquanto o número de universidades ficou sete vezes maior, o de escolas isoladas não alcançou nem o dobro. Essas universidades continuavam a advir do mesmo jeito, mediante processo de justaposição das escolas profissionalizantes, como foram os casos das nove universidades católicas que foram criadas (Mendonça, 2000).

Segundo Souza (1996), o primeiro movimento de modernização iniciou no setor militar com o projeto de criação do Centro Técnico de Aeronáutica que também previa a criação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) – em 1947 – com cursos voltados a Eletrônica, Mecânica e Aeronáutica, e o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento para apoiar a indústria e a aviação comercial. Segundo o autor, a Universidade Brasileira não apresentava as condições necessárias para a pesquisa. Então – em 1949 – sob a liderança de César Lattes e José Leite Lopes, foi criado o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), no qual os pesquisadores planejavam fazer o que as Universidades não conseguiam. De acordo com o autor, esse Centro se transformou no epicentro de estudos e pesquisas e obteve o mandato universitário de conferir graus acadêmicos de pós-graduação.

Inicia-se – na década de 1950 – uma aceleração no ritmo de desenvolvimento no país, originado pela industrialização e pelo crescimento econômico, sendo que nesse período há uma tomada de consciência da situação precária em que estavam as universidades brasileiras (Fávero, 2006). Segundo o autor, essa compreensão se inicia nessa década com a discussão referente à escola pública *versus* escola privada, a qual era limitada apenas ao meio acadêmico. Agora mais vozes se juntavam ao debate.

Na década de 1950, houve uma ampliação da rede federal¹² de ensino superior, em grande parte graças ao processo de “federalização” de instituições estaduais e privadas. O processo iniciou-se com o marco legal de duas leis: a Lei nº 1.254 de 4

¹² Entre as décadas de 1950 a 1970, foi criada pelo menos uma instituição federal de ensino superior em cada unidade da federação do Brasil (Vasconcelos (2010). O autor destaca isso sem levar em conta as universidades particulares, estaduais e municipais que foram sendo criadas. A descentralização do ensino superior foi a direção que guiou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que entrou em vigor a partir de 1961 (Idem).

de dezembro de 1950, que estabelecia como funcionaria a federalização, dotações e quais entidades seriam integradas, e a Lei nº 1.523 de 26 de dezembro de 1951, que dispõe sobre créditos especiais (Brasil, 1950 e 1951). Saviani (2010) aponta que tal movimento adveio de um entendimento que o Estado como ente guardião dos anseios do povo e que a educação seria uma das formas de atender às necessidades da sociedade.

Segundo Vasconcelos (2007), o processo de federalização implicou três modalidades distintas de transformação institucional que resultaram na formação de universidades federais: (1) de instituições federais para universidades federais; (2) de instituições federais, estaduais e privadas, configurando uma federalização mista; (3) federalização em si que viria de escolas, faculdades ou outros tipos de entidades que poderiam ser privadas, estaduais ou municipais. O autor demonstra que – na década de 1950 – houve a federalização de cinco universidades (Vasconcelos, 2007), embora esse processo continue para além dessa década.

Na década de 1960, houve a continuação das federalizações¹³, totalizando 16 universidades federalizadas, desconsideradas aquelas criadas no período (Vasconcelos, 2007). Camargo e Araújo (2017) apontam que a criação da rede federal de educação superior apresentou uma certa interiorização nas décadas de 1950 e 1960, sendo o caso das Universidades Federais: de São João del-Rei (UFSJ); de Uberlândia (UFU); do Triângulo Mineiro (UFTM); de Juiz de Fora (UFJF); de Ouro Preto (UFOP); de Viçosa (UFV); de São Carlos (UFSCar); de Santa Maria (UFSM) e de Pelotas (UFPel). Essas universidades foram pioneiras no processo de interiorização das universidades federais, uma vez que – até então – localizavam-se predominantemente nas capitais dos estados.

Em 1961, o Congresso Nacional autorizou a criação da Universidade de Brasília, uma universidade concebida para responder às necessidades do Brasil, satisfazendo os apelos reformistas e populistas da época (Souza, 1996). A Fundação Universidade de Brasília, foi instituída em 1962 pelo Presidente João Belchior Marques Goulart (“Jango”), dando continuidade, de forma significativa, ao processo de

¹³ O movimento de federalização não se encerrou nessa década, avançando até o governo de Itamar Franco, mas foi o período mais intenso, sendo que apenas cinco entidades foram federalizadas entre a década de 1970 até 1990, ignorando as que foram criadas (Vasconcelos, 2007, p.50-52).

modernização do ensino superior brasileiro que se iniciou com a criação do ITA. Estava instituída uma universidade brasileira de vanguarda, inspirada no nacionalismo desenvolvimentista, proclamando-se como uma instituição que visava formar cidadãos comprometidos pela busca de soluções democráticas para os desafios que o povo brasileiro enfrentava na luta por seu desenvolvimento social e econômico. Com a Reforma Universitária de 1968, houve a descontinuação da implantação do projeto da Universidade de Brasília¹⁴ (Souza, 1996; Cunha, 2007).

A demanda pela formação no ensino superior ganhou força com a democratização do acesso ao ensino médio somado com a facilitação ao ingresso na universidade graças ao processo de equivalência dos cursos técnicos com os do segundo grau, que veio dos anos 1950 devido à Lei de Diretrizes e Bases de 1961 (Durham, 2010). Esse autor afirma que o sistema de ensino superior necessitou incluir parcelas cada vez maiores de jovens nas poucas IFES que eram especializadas na formação de uma “minúscula elite”. Tal situação levou a um aumento na demanda, que estaria na origem do problema dos excedentes¹⁵, posteriormente invocado como motivo direto da Reforma Universitária de 1968. O crescimento também adveio de grandes mudanças econômicas¹⁶, que se deram após a Segunda Guerra, causando mudanças no mercado de trabalho que buscava mão de obra com qualificação de nível superior e – concomitantemente – segregava os não instruídos (Durham, 2010).

Conforme Cunha (1977), a partir de 1964 houve a intensificação do processo econômico de concentração de propriedade, renda, mercado e capital, graças à política econômica adotada desse momento em diante, o que promoveu falência de

¹⁴ O período de criação da UnB foi marcado por retrocessos na modernização do ensino superior brasileiro. Segundo Souza (1996), tanto a Reforma Universitária de 1968 quanto a intervenção militar de 1964 atuaram como freios ao desenvolvimento acadêmico, sufocando o pensamento crítico por meio da perseguição a docentes e estudantes.

¹⁵ Os chamados “excedentes” eram estudantes que, mesmo alcançando a média exigida nos vestibulares, não conseguiam ingressar no ensino superior, isso devido ao número de candidatos aprovados ultrapassar a quantidade de vagas disponíveis. Isso se tornou um dos problemas do ensino superior brasileiro durante a década de 1960 e figurava nas reivindicações estudantis do período (Braghini, 2014).

¹⁶ Segundo Gaspar (2015), o avanço industrial brasileiro durante os governos Vargas (1951-1954) e JK (1956-1960) seguiu as diretrizes da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina). No contexto de expansão capitalista do pós-guerra, o órgão defendia a industrialização como a única via possível para os países periféricos superarem o atraso histórico e o subdesenvolvimento.

pequenas empresas. Por esse motivo, tornou-se mais difícil ascender social e economicamente da classe média por meios de investimentos, poupança e cumulação de capital por parte dos pequenos investidores ou sendo um profissional liberal. Consequentemente, a procura pelo Ensino Superior aumentou; as ofertas de vagas, no entanto, não acompanharam essa demanda. Entre 1964 e 1968, o crescimento da procura por vagas foi de 120%, e a oferta havia se elevado em apenas em 56% (Cunha, 1977). Essas mudanças econômicas elevaram a importância das universidades como centros de pesquisas: essenciais para nutrir o avanço tecnológico, além de fornecer uma formação de pessoas altamente qualificadas. Assim, são criadas duas demandas complementares e parcialmente incompatíveis: a democratização ao acesso ao ensino superior e o fomento da produção científica nas universidades (Cunha, 2007; Durham, 2010).

De acordo com Durham (2010), as universidades – nesse período – não conseguiram responder a essas exigências simultâneas, principalmente àquelas voltadas ao ensino. O autor afirma que ambas as demandas eram complexas demais para serem aplicadas de imediato; além disso, essas novas obrigações estavam voltadas para a formação de pesquisadores e de profissionais para um pequeno número de carreiras, não atendendo às diversas expectativas da nova massa heterogênea de candidatos. Na Europa, tal movimento causou a necessidade de expandir o sistema de ensino superior, criando instituições alternativas às universidades. Porém, no Brasil o movimento foi diferente, uma vez que as reivindicações por ensino superior se focaram apenas na universidade e derivavam do movimento estudantil que – na década de 1960, e hoje em dia, lutam pela ampliação de vagas em universidades públicas gratuitas (Durham, 2010).

Segundo Lima (2012), as décadas de 1950 e 1960 foram um período privilegiado por políticas públicas de educação, principalmente as voltadas ao Ensino Superior e à universidade. Também foi um período que os ideais de progresso e modernização acharam terreno propício, além de discursos advogando questões ligadas à industrialização, infraestrutura e à educação, principalmente referentes ao Ensino Superior (Lima, 2012).

A Ditadura Militar (1964 a 1985) iniciou em 31 de março com um golpe militar contra o governo de João Goulart. Interessante apontar que, de acordo com Sanfelice (2007), no período do golpe político de 1930 ao golpe de 1964, o Brasil vivenciou

mudanças que desenvolveram uma sociedade mais moderna que seguia uma lógica de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Um exemplo que demonstraria isso seria a urbanização e a industrialização por serem fenômenos interligados e indissociáveis.

Porém, conforme Germano (2011), no início do regime houve ataques às universidades, com o propósito inicial de reprimir os professores e os alunos “incômodos” ao governo militar, utilizando como ferramenta o controle político-ideológico do ensino. Isso visava cercear o exercício da crítica social e política para – assim – obter uma adesão de segmentos sociais heterogêneos para o projeto de dominação militar. A intervenção no Estado na Educação esteve alinhada com uma ideologia revestida de anticomunismo radical e de um anti-intelectualismo que levava à negação da razão e ao terrorismo cultural (Germano, 2011). Não se esperaria que a educação superior passasse inalterada diante do golpe 1964: a Universidade de Brasília foi uma das atingidas, tendo como ápice – em 1965 – a invasão do seu campus e a intervenção governamental que viria descaracterizar totalmente o seu projeto original (Mendonça, 2000).

Segundo Germano (2011), o controle da educação em todos os níveis esteve no centro da política educacional do Estado Militar na busca do controle político-ideológico. Todavia, perante os movimentos de oposição, que até certo ponto impediam o controle total estatal, houve a necessidade de realizar reformas na educação. Essas reformas visavam à profissionalização do ensino e o incentivo das pesquisas para criar a acumulação de capital e a “valorização da educação” no discurso, mas caminhava para uma privatização do ensino, uma vez que a privilegiada foi a iniciativa privada, e a necessidade de investir na educação pública e gratuita foi ignorada (Germano, 2011).

Mendonça (2000) e Neves (2002) apontam que essas reformas militares no Ensino Superior iniciaram com a lei 5.540/1968 e a Reforma Universitária de 1968; essa criou os programas de pós-graduação *stricto sensu* e a profissionalização acadêmica. A profissionalização acadêmica gerou uma política de formação de recursos humanos para desenvolver o potencial científico-tecnológico brasileiro, na sua tríplice função (ensino, pesquisa e extensão) indissociáveis entre elas; sobretudo, entre ensino e pesquisa, sendo essa característica emblemática de um instituto universitário (Mendonça, 2000; Neves, 2002).

No decorrer da década de 1970, o ensino superior brasileiro sofreu um processo de propagação decorrente da expansão de instituições isoladas criadas e geridas pela iniciativa privada, com o aval do Conselho Federal de Educação (CFE) (Neves e Martins, 2014). Esse conselho foi criado em 1962 para ocupar-se da política oficial de ensino superior (Cunha, 2007). Para ilustrar a situação, entre 1968 e 1974, enquanto as matrículas nas universidades passaram de 158,1 mil para 392,6 mil, as instituições isoladas (das quais $\frac{3}{4}$ privadas) ampliaram de 120,2 mil para 504,6 mil unidades (Gusso, Córdova e Luna, 1985 apud Mendonça, 2000). Segundo Silva e Ferreira (2015), a expansão das universidades federais, por mais que tivesse em vista o ensino, a pesquisa e a extensão, teve como foco central a formação técnica. Esses autores apontam que essa característica pode ser observada no Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), que apresenta uma natureza econômica bem clara, evidenciada ao focar no investimento privado e na formação técnica de nível intermediário. Além disso, o plano propunha que o ensino superior atribuísse um peso maior ao critério econômico regionalizado em detrimento das demandas sociais e da expansão do ensino superior federal, beneficiando o setor privado no campo da educação (Silva e Ferreira, 2016).

2.3 A NOVA REPÚBLICA E UMA NOVA UNIVERSIDADE NO BRASIL?

A Nova República – 1985 até os tempos atuais – foi marcada pela eleição do primeiro Presidente Civil, o Presidente Tancredo Neves, que não pode assumir o poder devido a problemas de saúde que o levaram a óbito. O seu vice, José Sarney de Araújo Costa, governou de 1985 até 1990 (Silva, 2019).

Segundo Mendonça (2000), com o esgotamento do regime militar e o processo de redemocratização do Brasil, as discussões sobre os rumos da universidade foram reabertas, conduzidas; sobretudo, pelos professores universitários que se organizaram em Associações de Docentes Universitários (ADs), entidades representativas, e que foram se espalhando e articulando na Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) criada em 1981 e que após a CF/88 se transformou no Sindicato Nacional. O ANDES participou ativamente durante todo o processo constituinte.

Mesmo que o debate estivesse frequentemente tomado por questões de ordem corporativa, houve uma reabertura da discussão, ainda que apenas de fundo, sobre o papel dos universitários no processo de democratização (Mendonça, 2000).

Em 27 de novembro de 1985, por meio da emenda constitucional 26, a Assembleia Nacional Constituinte foi convocada visando à elaboração de uma nova Constituição para se adequar à nova realidade social brasileira, imersa no processo de redemocratização após o fim da ditadura militar (Martins, 2018). Então em 5 de outubro de 1988, depois de 20 meses de trabalho, a 7ª Constituição Brasileira foi promulgada. Conhecida como “Constituição Cidadã”, ela trouxe avanços em relação aos direitos e garantias, além de dar voz à sociedade civil organizada e consolidar o Estado Democrático de Direito (Martins, 2018; Tribunal Superior Eleitoral, 2022). No campo da educação, ela é reconhecida como marco de um direito fundamental, universal e inalienável, além de ser um instrumento de formação de indivíduos capazes de exercer sua cidadania e serem emancipados socialmente, sendo o primeiro passo à formação de ser humano pleno. Entretanto, no contexto sociocultural brasileiro, percebe-se que – historicamente – esse direito, embora assegurado por diversos dispositivos jurídicos, não tem sido efetivamente acessível a todos os cidadãos (Vasconcelos, 2010).

Segundo a Constituição Federal (CF/88), no seu artigo 207, a universidade foi contemplada ao trazer no texto da lei que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 1988, art. 207). Em retrospecto, os efeitos do art. 207 são contraditórios: no setor público, à exceção do sistema paulista, não houve efetivação da autonomia devido aos problemas frequentes de financiamento e gestão que ainda permanecem no ensino superior federal brasileiro (Ranieri, 2018). No ensino privado, a autonomia causou uma explosão no número de cursos do setor a partir da década de 1990; esse crescimento, no entanto, não garantiu a qualidade do ensino, seguindo apenas tendências e modismos para abrir e fechar cursos para melhor responder às mudanças de demandas e explorar o mercado do ensino superior (Gomes e Moraes, 2012; Sampaio, 2014; Martins, 2002).

Depois da redemocratização, os governos dos presidentes Fernando Collor de Mello¹⁷, Itamar Franco¹⁸ e Fernando Henrique Cardoso (FHC) – de 1990 a 2002 – marcaram o país com o neoliberalismo¹⁹. Durante esse período, era apontado que a raiz dos problemas no Estado brasileiro tinha como culpada a crise socioeconômica advinda dos anos 1980. A solução proposta seria sua reestruturação, de modo a adequá-lo a novas demandas, corrigindo distorções e reduzindo gastos. Nesse cenário, ganhou força a campanha em torno de reformas (ou contrarreformas), com foco na privatização e na seguridade social, que norteariam o Brasil para um novo “projeto de modernidade”, utilizando-se do chamado trinômio do neoliberalismo: privatização, focalização e descentralização (Behring e Boschetti, 2007).

Na década de 1990, a influência do neoliberalismo do governo FHC afetou negativamente a educação superior (Vasconcelos, 2010). O governo FHC – em 1995 – realizou uma ampla reforma no ensino, que se materializou em vários documentos legais, entre eles a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96. Esses documentos culminaram numa política de congelamento de salários dos professores das IFES, cortes nos recursos para a pesquisa e a pós-graduação, do redirecionamento do financiamento público, causando efeitos preocupantes para o ensino superior. As medidas adotadas minaram a força e a capacidade de mobilização do movimento docente universitário, causando impactos adversos, uma vez que a defasagem salarial e falta de verbas provocaram o êxodo de professores das instituições públicas para as privadas. Além da ocorrência, em massa, de aposentadorias do corpo docente e dos técnicos em educação. Não houve reposição desses recursos humanos; no caso dos

¹⁷ Rodrigues e Jurgensfeld (2021) e Soares Campos (2020) destacam que o mandato de Collor buscou implementar o receituário neoliberal do Consenso de Washington. O Projeto de Reconstrução Nacional (PRN) incluiu a tentativa frustrada de instituir a cobrança no ensino superior federal. O isolamento político, a incapacidade de conter os preços e os escândalos de corrupção levaram à queda do presidente em 1992.

¹⁸ Para Rodrigues e Jurgensfeld (2021), a gestão de Itamar Franco aprofundou o projeto neoliberal de seu antecessor. O período foi caracterizado pelo Plano Real e por um programa de desestatização que alienou empresas de setores essenciais e de tecnologia de ponta, demonstrando o abandono de uma política autônoma de desenvolvimento nacional.

¹⁹ Para Springer (2012) e Soares Campos (2020), o neoliberalismo extrapola o campo estritamente econômico, operando de forma interligada nos eixos ideológico, político, estatal e da governamentalidade. Esta última dimensão utiliza políticas e programas (coercivos ou persuasivos) para controlar a conduta humana, garantindo a hegemonia de classe e a submissão do Estado à mundialização.

professores, recorreu-se à admissão de substitutos, que acabavam recebendo remuneração inferior à dos efetivos (Mendonça, 2000; Vasconcelos, 2010).

Sguissardi (2000) afirma que, durante o governo FHC, a ampliação das vagas do ensino superior advindas do setor privado resultaram na origem de outros tipos de universidades como centros universitários, faculdades integradas e centros tecnológicos em detrimento do ensino superior público²⁰. Segundo esse autor, houve uma flexibilização na educação superior brasileira devido aos Decretos nº. 2.306/97 e nº. 3.860/2001, que romperam com o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Essa decisão do governo de adaptar o que foi delimitado no art. 207, da Constituição Federal de 1988, levando à expansão de institutos privados livres da tríade indissociável e transformando o ensino superior apenas a um serviço de ensino (Sguissardi, 2000).

Esses processos citados por Sguissardi (2000), aliados à grande redução no orçamento investido nas universidades públicas e o caráter utilitarista do novo currículo resultaram não apenas na precarização da infraestrutura, mas também do conteúdo da educação superior (Hernandez, Krajevski e Stoffel, 2013). Como pontua Romano (1999), a doutrina do liberalismo traz consigo posturas tanto libertárias e democratizantes, contrárias ao absolutismo, quanto teses antidemocráticas com base na propriedade privada, mercados soberanos e liberdade somente para alguns “proprietários”, prejudicando as demandas da sociedade organizada.

Figueiredo (2005) afirma que, devido às políticas adotadas na década de 1990, o Ensino Superior sofreu com o sucateamento das universidades públicas, com os cortes de verbas, com a inexistência de concursos públicos para funcionários técnico-administrativos e docentes. O autor acrescenta que esse cenário foi agravado pela privatização²¹ do Ensino Superior, advinda da expansão do terceiro grau privado e de suas matrículas, graças à verba pública que era destinada para as faculdades

²⁰ A ata da Andifes (2007) documenta a pressão exercida pelo Banco Mundial – no final da década de 1990 – para direcionar a expansão do ensino superior ao setor privado, sob o argumento de que o aluno do sistema público era demasiadamente custoso. Em resistência a esse desmonte no governo FHC, a Andifes formulou, em 1998, um projeto de expansão visando aumentar em 50% as matrículas nas IFES.

²¹ Segundo Romano (1999), outra face dessa mercantilização pode ser verificada na criação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), a implementação do Programa Universidade para Todos (PRO-UNI), Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (PROIES) entre outros, que retiram incentivos do setor público e repassa para o privado.

particulares, como também a proliferação de fundações privadas nas IES públicas e pela falta de políticas efetivas de assistência estudantil (Figueiredo, 2005).

Na década de 2000, a expansão da rede de IFES foi intensa no decorrer dos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2002-2010) e – em parte – dos de Dilma Vana Rousseff (2010-2016). Esse processo progrediu de maneira simultânea com uma elevada expansão da rede privada (Leonardi, Rosa e Andreazza, 2024). O Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001 a 2010 trouxe em seu texto a necessidade da expansão do ensino superior. O PNE é considerado na constituição como o documento norteador da política educacional brasileira. Em 2007 o programa Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que estava vinculado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC,) já anunciava:

[...] o REUNI, mediante investimento maciço na educação superior, pretende melhorar os indicadores das instituições federais de educação superior, projetando alcançar um milhão de matrículas de graduação. O REUNI permite uma expansão democrática do acesso ao ensino superior, o que aumentará expressivamente o contingente de estudantes de camadas sociais de menor renda na universidade pública. O desdobramento necessário dessa democratização é a necessidade de uma política nacional de assistência estudantil que, inclusive, dê sustentação à adoção de políticas afirmativas. O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) consolida o REUNI (PNE, 2007, p.27).

A democratização do acesso ao ensino superior ocorreu com o Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). O REUNI promoveu não apenas a ampliação do número de IFES, mas também o de cursos e vagas e focou na interiorização dos campi dessas instituições levando ao aumento expressivo no corpo discente das universidades públicas formado por camadas sociais de menor renda.

Sendo o REUNI a resposta do governo frente aos movimentos reivindicatórios de diversas entidades da sociedade civil para a ampliação da educação superior pública e gratuita, a universidade assumiu o seu papel como um instrumento de transformação social, desenvolvimento sustentável, permitindo a inserção do Brasil no cenário internacional (Brasil, 2012).

Nesse sentido, o REUNI se constituiu como um instrumento que deu meios necessários para as IFES cumprirem seu papel, apoiando o desenvolvimento dos estados, das regiões e do país. Esse programa foi um marco decisivo para restabelecer o Estado como indutor da expansão do ensino superior através da rede pública, ampliando as condições para contrapor a predominância de matrículas no setor privado (Brasil, 2012). A política de expansão levou universidades públicas e institutos federais, antes restritos às capitais, para o interior do Brasil. Dez das quatorze IFES criadas durante o governo do presidente Lula foram abertas em regiões interioranas. As demais foram planejadas com a função de integração tanto regional quanto internacional (MEC, 2010).

O processo de democratização, no contexto da interiorização do ensino superior federal do país, permitiu aos estudantes das áreas distantes dos grandes centros urbanos, a oportunidade de acessar o ensino superior nas novas universidades e Campi sem ter a necessidade de sair de sua região (Brasil, 2012).

2.4 DESDOBRAMENTOS DA PRESENÇA DE UMA UNIVERSIDADE

A educação superior é compreendida – no cenário internacional – como um bem público, sendo o ponto de partida da formação de indivíduos qualificados que podem auxiliar no desenvolvimento, econômico, social, ambiental, de um país (Borges, 2009). De acordo com o autor, como um bem público, a educação superior tem a atribuição de auxiliar não apenas uma região mediante o desenvolvimento cultural, econômico e social, mas também na formação pessoal e na evolução da carreira dos indivíduos (Borges, 2009).

Essa discussão da conexão do desenvolvimento econômico do Brasil e a educação começou na década de 1980, sendo marcada pela atuação de agentes internacionais; dentre esses os mais importantes são o Banco Mundial, o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e as agências da ONU. Nos anos 1990, houve o aumento de programas educacionais visando ao desenvolvimento, com elementos reformistas e reestruturantes da educação superior (Brüne e Bidarra, 2015).

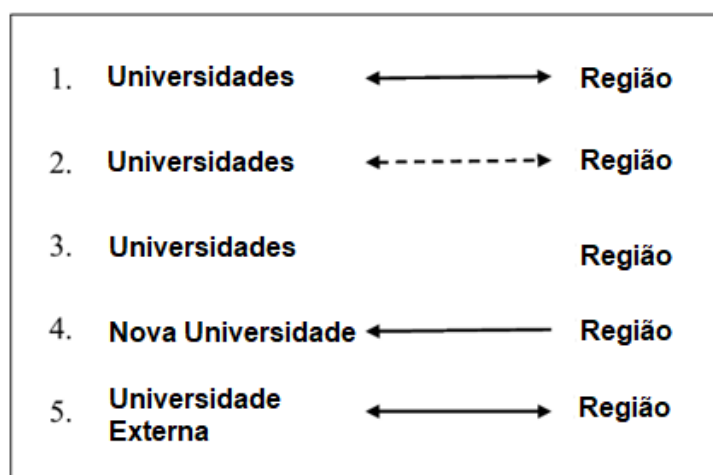
Assim sendo, considera-se a educação como elemento estratégico para o crescimento e desenvolvimento econômico de regiões e países (Casqueiro, Irffi e Silva; 2020). Para Rolim e Serra (2009), as IES impactam o desenvolvimento regional conforme criam vínculos e visam vencer problemas regionais (Rolim e Serra, 2009). Sendo assim, as universidades são essenciais ao processo de desenvolvimento de uma região, pois qualificam as pessoas, além de atuar na tríade: ensino, pesquisa e extensão (Tarocco Filho, *et al.*, 2014).

Segundo Rolim e Serra (2009), há dois tipos de universidade diante de um processo de desenvolvimento regional: ao primeiro pertence a universidade que “é da região”; ao segundo, aquela que “está na região”. Segundo esses autores, o primeiro tipo demonstra um forte impacto no processo de desenvolvimento, uma vez que seu trabalho é voltado à superação das questões regionais. O segundo apenas está na região: seu trabalho é voltado para o marco (internacional e/ou nacional) e sem, ou poucos, vínculos e compromisso com a região (Rolim e Serra, 2009).

Strauf e Scherer (2008) apontam que as universidades podem gerar impactos positivos no desenvolvimento regional com intensidades variadas, dependendo de seu

grau de proximidade no seu relacionamento com as regiões nas quais estão instaladas; o quão próximo seria esse relacionamento e sua possibilidade de gerar benefícios para ambos depende de diversos fatores. Os autores apontam que uma universidade gera cinco tipos de relações entre a região, sendo divididas em três que apresentam a universidade instalada na região e outras duas sem a universidade, sendo uma oportunidade para se instalar nessa região ou de parceria para uma universidade de fora da região (Figura 1).

Figura 1 – Os cinco tipos de relações entre universidades e a região



Fonte: Traduzido pelo autor de Strauf e Scherer (2008, p.11).

Segundo esses autores, nos casos da Figura 1, pode-se enumerar: (1) uma relação muito próxima de parceria; (2) uma relação limitada, um exemplo disso pode ser uma universidade recém criada; (3) não há cooperação, um exemplo seria o estudo de Ramos Filhos²² (2023), que apontou o caso das IFES no estado de Alagoas por terem ações desarticuladas da região que estão inseridas; (4) Região sem universidade, mas a economia está voltada a inovação e ao conhecimento, terreno propício para a instalação de uma universidade ou parceria com uma externa; (5) Região sem

²² Ramos Filho (2023) identificou que as contribuições de IES no estado de Alagoas são desarticuladas das necessidades da região, pois não haveria articulação e comunicação entre os atores sociais e a IES. O autor aponta exemplos como a oferta de disciplinas e cursos descolados da realidade social, a visão negativa que os atores têm do que a IES entrega como produto e a visão da sociedade que o trabalho especializado que é entregue pelas IES ser diferente do que é esperado.

universidade, não apresenta as características necessárias para fundar uma; por exemplo, a região ter baixa densidade populacional ou ser uma área turística, mas que busca benefícios ao participar de algum programa ou serviço de uma universidade de outra região (Strauf e Scherer; 2008).

Tendo em vista as afirmações de Rolim e Serra (2009) e de Strauf e Scherer (2008), ambas – região e universidade – alinham-se com a visão de Brüne e Bidarra (2015). Esses autores afirmam que apenas a existência de um IES não assegura o desenvolvimento regional. Tal processo necessita das ações que envolvam os governos, as universidades, as empresas, as autoridades regionais e a sociedade, que necessitam compartilhar a responsabilidade de entender o contexto, identificar os obstáculos e empregar os recursos disponíveis (Brüne e Bidarra, 2015).

É inegável que esse processo de interiorização vai além da possibilidade de acesso à educação superior, benefícios expressivos para o desenvolvimento regional onde estão implantadas as unidades acadêmicas, uma vez que, não apenas com o ensino ocorre, mas se desenvolvem também a pesquisa e a extensão (Brasil, 2012) criando efeitos de *forward linkage* (Výrostová e Výrost, 2007).

Nesse sentido, o REUNI se constituiu como um programa que possibilita as IFES cumprirem seu papel de apoio ao desenvolvimento dos estados, das regiões e do país (Brasil, 2012). Além de essa expansão permitir a criação e a instalação das novas universidades, alocando recursos públicos para estes locais. Esses recursos atraem novos investimentos e promovem impactos e efeitos multiplicadores na região de abrangência em que estão sendo gastos. Esses efeitos podem ser observados tanto em curto quanto em longo prazo.

A compreensão desses impactos se torna imprescindível para um estudo que tenha como foco os desdobramentos da presença de uma universidade que de acordo com Elliot, Levin e Meisel (1988), deve ser conduzido de modo a mensurar seus efeitos sobre a atividade econômica regional. Esses efeitos também podem ser chamados, segundo Výrostová e Výrost (2007), de *backward* e *forward linkages* (respectivamente efeitos de curto e longo prazo). E nos estudos de Strauf e Scherer (2008), de efeitos quantitativos (curto prazo) e nos qualitativos (longo prazo).

Referente aos impactos de curto prazo, Niquito, Ribeiro e Portugal (2017), definem que implicam sobre os negócios locais, as receitas governamentais e as famílias

ao afetarem suas rendas e seus gastos. Os autores supracitados apontam que os impactos de curto prazo consistem – principalmente – no consumo da universidade (custos materiais, serviços, etc.); investimentos (prédios, propriedades, etc.); despesas referentes aos docentes, servidores, estudantes e visitantes.

De acordo com Výrostová e Výrost (2007), um aspecto importante ao determinar o impacto de curto prazo das universidades em relação aos outros gastos é a decisão sobre quais devem ser atribuídos à existência da universidade e quais não são relevantes para a análise, sendo que o princípio básico é estabelecer quais seriam os pagamentos que não ocorreriam se não houvesse universidade. Um exemplo disso seriam os gastos do corpo docente que geralmente são considerados relevantes, já que os professores provavelmente estariam ativos em local diferente, caso não existisse uma universidade na região (Elliot, Levin e Meisel; 1988).

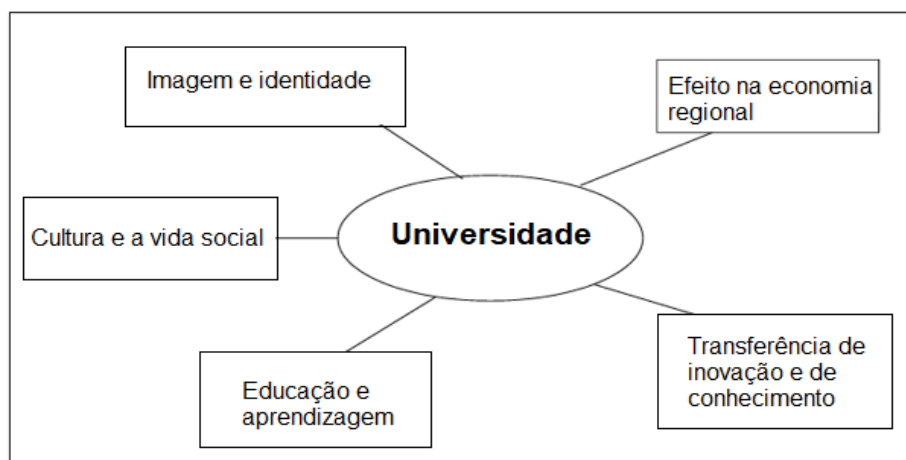
Todavia não seria apropriado contar os valores do emprego do(a) companheiro(a) de um servidor se esse emprego existisse na região mesmo se a universidade não existisse, uma vez que outra pessoa poderia preencher a vaga de trabalho (Elliot, Levin e Meisel; 1988). Ou seja, Elliot et al. (1988) consideram que o impacto no curto prazo dos Institutos de Ensino Superior (IES) os valores, salários, bolsas, etc. geralmente advém de orçamento governamental; portanto, representam uma contribuição para a região proveniente de fontes externas causando assim o aumento do nível de atividade econômica da região que de outra maneira seriam alocados em outra região.

Niquito, Ribeiro e Portugal (2017) apontam que os impactos de longo prazo – por sua vez – são referentes aos efeitos sobre o nível de capital humano, o conhecimento e o aumento da atratividade para novos negócios e empreendimentos, além de permitir o desenvolvimento social, o incremento do ambiente social e cultural, além dos benefícios ligados as atividades de pesquisa e extensão (Strauf e Scherer (2008). Por esse motivo, a estimativa desses impactos é mais difícil de mensurar, uma vez que eles não se limitam ao aspecto econômico, mas também ao social (Výrostová e Výrost, 2007).

Não apenas esses efeitos, mas de acordo com Strauf e Scherer (2008), há ainda mais uma faceta da presença de uma universidade. Na Figura 2, há as esferas de influência de uma universidade. Esses autores apontam que o “efeito na economia

regional” foca nos efeitos de curto prazo tanto no mercado de trabalho quanto no turismo; esse último, devido a congressos, eventos, etc. De acordo com os autores, a “transferência de inovação e de conhecimento” pode ocorrer da cooperação dos *stakeholders* e a universidade, mediante programas, projetos, startups, palestras, serviços, etc. (Strauf e Scherer, 2008).

Figura 2 – Esferas de Influência da Universidade



Fonte: Traduzido pelo autor de Strauf e Scherer (2008, p.8)

Segundo Strauf e Scherer (2008), o item “educação e aprendizagem”, na Figura 2, refere-se aos efeitos de longo prazo como a formação de pessoas e manter os estudantes e posteriormente graduados na região. Referente à “cultura e a vida social”, os autores apontam na contribuição que as universidades enriquecem a sociedade e a cultura regional. Em “imagem e identidade”, segundo os autores, afeta como a região é percebida tanto local (pelos moradores) quanto nacional e internacionalmente, pela população externa (Strauf e Scherer, 2008).

De acordo com Chiarello (2015), a função dinamizadora das universidades, no processo de desenvolvimento local e regional, é incontestável. O autor afirma que a universidade efetiva essa função ao formar o capital humano, sendo essa a verdadeira natureza, finalidade e função social dessa instituição. Além disso, gera empregos de maneira direta e indireta, cria tecnologias e mobiliza novos empreendimentos, contribuindo para o progresso socioeconômico em seu entorno (Chiarello, 2015) E nesse contexto, a universidade, o Estado e o setor produtivo unem-se para impulsionar a região em que estão inseridos (Aguiar et al., 2019).

Referente à educação, Trevisol (2015) aponta que a criação da UFFS vem contribuir com o desenvolvimento local e regional devido à sua característica multicampi interestadual (PR, SC e RS). Adicionalmente, a criação dos seus primeiros cursos – tanto os de graduação quanto os de pós-graduação – foi realizada mediante avaliação minuciosa da região, visando às características econômicas, culturais, demográficas e socioeducacionais. Adiante será tratado o devir da UFFS.

2.5 A UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL E O CAMPUS CHAPECÓ

A educação superior brasileira sofreu um processo de expansão nos últimos anos, porém este fato ocorreu predominantemente no ensino privado, e principalmente com oferta de vagas no período noturno (Brasil, 2006, p.07). Isso revela que as pessoas com baixo poder aquisitivo, durante o dia trabalham para poder se sustentar e à noite estudam e por isso dispõem de menos tempo para os estudos Trópia e Souza (2023). Trata-se de uma dupla jornada que sobrecarrega os trabalhadores-estudantes²³ ou estudantes-trabalhadores²⁴, mas é a única alternativa que têm para cursar uma graduação, pois a universidade pública e gratuita, além de ser distante, é de difícil acesso à maioria dos cidadãos que não tiveram oportunidade de um estudo de qualidade (Trópia e Souza, 2023; Modesto, 2012; Brasil, 2006, p.07).

Santa Catarina não seria diferente com seus percalços. A educação superior catarinense – de acordo com De Bastiani e Trevisol (2018) – teve início em 1917, com a criação do Instituto Politécnico, em Florianópolis. Em 1960 foi criada a Universidade de Santa Catarina, que posteriormente acrescentou o Federal em seu nome, tornando-se a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC): a primeira universidade pública e gratuita do Estado (De Bastiani, Trevisol e Pegoraro, 2018). Segundo os autores, a partir das décadas de 1960 e 1970, iniciou-se o processo de interiorização, mediante o incentivo do Estado para a criação de fundações educacionais de direito privado que

²³ Trópia e Souza (2023) apresentam uma classificação dos estudantes do ensino superior, sendo eles: (1) estudante-não-trabalhador que é aquele que pode se dedicar exclusivamente aos estudos; (2) trabalhador-estudante se refere aquele que divide o tempo entre trabalho e estudos, mas prioriza o trabalho, podendo estar desempregado; e

²⁴ Modesto (2012) apresenta o que chamamos de (3) estudante-trabalhador também tem que equilibrar os estudos com trabalho, mas o seu foco é nos estudos.

se tornaram o principal meio de expansão da educação superior para outras regiões catarinenses.

Segundo Trevisol e De Bastiani (2020), o processo de interiorização ocorreu de maneira tardia, assimétrica e desigual, principalmente no Oeste catarinense, uma que o ensino superior gratuito permaneceu no litoral, muito longe do interior. Os autores apontam que a Fundação Universitária do Oeste Catarinense (FUOC) – criada em Joaçaba em 1968 – foi o primeiro passo para a implantação do ensino superior na região. Mesmo com a posterior expansão das fundações educacionais, o ensino superior pago permaneceu como regra na região até o início dos anos 2000 (Trevisol e De Bastiani, 2020).

A presença pública começou a se ampliar com a instalação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) – em 2003 – seguida pelos Institutos Federais como Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC) (Trevisol; De Bastiani, 2020).

Neste contexto, a luta pela criação de uma Universidade Federal começou devido à ausência do poder público na oferta de ensino superior, de ciência e tecnologia na Grande Fronteira do MERCOSUL (GFM). As IFES encontravam-se concentradas principalmente nas regiões litorâneas e nos grandes centros urbanos, permanecendo distantes da população da GFM, localizada no interior. Até então, a sociedade mesor-regional recebia a implantação apenas do Ensino Superior Privado, criando o modelo das universidades comunitárias, que condicionam à sua população a cobrança de mensalidades, o que contribui para subtrair renda da população mais carente. Esse modelo possuía a área da pesquisa e da extensão limitada (Boneti et al.; 2006; Almeida Júnior e Tosta, 2011).

A coordenação do Movimento Pró-Universidade Federal (2007a) aponta que havia reivindicações por IFES antes da articulação do Movimento, citando que – em Santa Catarina, na abertura da Exposição-Feira Agropecuária e Industrial (EFAPI) de Chapecó, em 2003 – o Presidente Lula garantiu que o Oeste teria uma IFES. No RS em dezembro de 2005 foi criada a proposta da IFES do Norte do Rio Grande do Sul e no Paraná houve encontros para discutir a demanda da IFES para o sudoeste

paranaense (Coordenação do Movimento Pró-Universidade Federal do Norte RS, 2005; Movimento Pró-Universidade Pública e Popular, 2007a).

Essa falta de articulação inicial entre os três estados, na reivindicação de uma única universidade (Reinert e Laffin, 2008), quase custou a perda da janela de oportunidade, uma vez que houve um impasse em 2007 provocando o recuo tanto político quanto programático do governo. Isso se deu em razão de três acontecimentos: a resistência unificada e forte das Universidades Comunitárias da Mesorregião contra a criação de uma nova IFES, um movimento dentro do governo Lula visando a defesa da ampliação do ensino superior privado e a falta de coordenação entre os parlamentares, os órgãos do poder público e as organizações sociais e populares da Mesorregião (Movimento Pró-Universidade Pública e Popular, 2007b).

Fernando Haddad, o Ministro da Educação da época, ao receber vários grupos desejando criar uma IFES, recomendou que se unissem os movimentos para elaborar e apresentar apenas um projeto de IFES para simplificar a análise (Treib, 2021). A partir disso, houve a articulação dos movimentos sociais, sindicais e políticos levando – no ano de 2005 – à formação do movimento “Pró-Universidade”. Esse movimento, após a unificação, foi assumido pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf–Sul/CUT) e pela Via Campesina. O Movimento Pró-Universidade passou a contar – além dessas duas organizações – com o Fórum da Mesorregião, a Central única dos Trabalhadores (CUT) de todos os estados do Sul, o Movimento Estudantil, as Associações de Prefeitos, Vereadores, Deputados Estaduais, Federais, Senadores e as Igrejas. Essa causa ganhou impulso com compromisso do Governo Lula de criar uma IFES para a Mesorregião GFM e seu entorno (Reinert e Laffin, 2008; Treib, 2021).

Em maio de 2006, o anseio por uma IFES na Mesorregião GFM começou a tomar corpo durante uma sessão do Fórum da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul (MESOMERCOSUL), representantes do sudoeste do Paraná, oeste de Santa Catarina e noroeste do Rio Grande do Sul chegaram ao consenso de que, após a rejeição de várias propostas de criação de universidades, a solução seria a formulação de um projeto único (UFFS, 2026). Essa solução fortaleceu o movimento para uma IFES regional, o que culminou – em agosto de 2007 – em atos públicos em mais de quinze municípios em prol da implantação.

No final de 2007, Haddad – o então Ministro da Educação – anunciou a criação da UFFS, em solenidade que contou com a presença do Presidente Lula, dos representantes do Pró-Universidade, dos movimentos sociais e políticos (UFFS, 2015). O projeto de lei 2.199/2007 do então deputado federal Claudio Vignatti, com o pedido da criação da UFFS, sugeria o nome de Universidade Federal da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul (UFGFM) (UFFS, 2026; 2015).

Em 11 de fevereiro de 2008 foi dada a posse em Brasília, no MEC, aos membros da Comissão de Implantação da Universidade da Mesorregião que foram indicados pelo Movimento Pró-Universidade (UFFS, 2015; 2026), os professores: Ricardo Rossato, Conceição Paludo, Paulo Alves Lima Filho e Antônio Inácio Andrioli. No decorrer daquele ano foram realizadas reuniões e planejamentos, visando decidir áreas, cursos, seleção dos professores, sede dos campi com o trabalho culminando no relatório do grupo de trabalho, enquanto continuava a tramitação do PL 2.199/2007. Após a visita do MEC nas cidades sede dos campi, foi designada a UFSC como instituição tutora da nova IFES (UFFS, 2015; 2026).

Os dois primeiros quadrimestres de 2009 foram marcados pela definição dos lugares provisórios e definitivos das instalações da UFFS, a construção do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) além da escolha em utilizar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como nota referencial para o ingresso dos futuros alunos (UFFS 2026).

Em 15 de setembro de 2009, a universidade foi – oficialmente – criada pela Lei 12.029/2009 (Brasil, 2009a). Um mês depois – em 15 de outubro de 2009 – Dilvo Ristoff foi empossado como reitor *pro tempore* da nova universidade. Em entrevista ao Diário Catarinense, Ristoff pontua dois aspectos que envolveriam a universidade em sua relação com desenvolvimento regional. Primeiro a vinda de estudantes de outras regiões, os quais poderiam tirar o acesso dos que moram na região; segundo o reitor *pro tempore* (2009, p.2), “É até bom que venham estudantes de fora para a região. Mas é evidente que fica mais fácil para quem mora na área de abrangência da universidade”. Outra: questão foi sobre o incremento na economia da região que, de acordo com Ristoff (2009, p.2), “A Universidade traz uma quantidade de coisas que a população nem imagina. Haverá necessidade de moradia para estudantes, técnicos e professores. O padeiro vai ter que fazer mais pão”.

No período entre novembro de 2009 e março de 2010, a UFFS começa a se formar fisicamente realizando os primeiros concursos e posse de servidores, técnicos e docentes; licitações para construção dos blocos; aquisição de equipamentos, mobiliários e livros; nomeações dos diretores de campi e do vice-reitor *pro tempore*, o professor Dr. Jaime Giolo. Em março, houve a primeira matrícula na Graduação no Campus Chapecó, o estudante Matheus Salkovski. Em 29 de março de 2010, iniciaram as atividades da comunidade acadêmica da UFFS, sendo esse o dia oficial do começo dos trabalhos nas áreas-fim da UFFS: o ensino, a pesquisa e a extensão (UFFS, 2015; 2026).

No ano seguinte – 2011 – as obras dos campi definitivos da UFFS iniciaram. Em janeiro do mesmo ano, começaram as aulas da primeira turma de especialização e – em fevereiro – houve a posse do primeiro Conselho Universitário (CONSUNI) e o professor Dr. Jaime Giolo assume como o novo reitor *pro tempore* (UFFS, 2015). Em novembro foi realizada a primeira edição dos Jogos Universitários (JUFS), um passo pertinente para a integração entre todos os campi. A expansão da Universidade se deu pela criação do Curso de Medicina no recém-instituído campus Passo Fundo no RS, no ano de 2013. Em 2014, são conferidos o primeiro diploma de graduação no curso de Filosofia, e os primeiros de pós-graduação, do mestrado de Estudos Linguísticos (UFFS, 2015).

A estrutura multicampi foi concebida como estratégia para atingir sua missão institucional. A localização da sede e dos campi tiveram como critérios as regiões: (a) com grande presença de organizações, Movimentos Sociais Populares e do Movimento Pró-Universidade Federal; (b) localidades com mais alunos no Ensino Médio; (c) lugares com menores índices de desenvolvimento humano; (d) regiões com posicionamento físico mais centrais na Mesorregião; (e) localidades que possuíam certo nível/quantidade de infraestrutura de transporte, comunicação, educação básica, servidores públicos, hotéis; (f) a distribuição dos campi pelos estados se dá dependendo de quanto municípios possuem e quantidade de habitantes tanto na Mesorregião quanto ao seu redor (Almeida Júnior e Tosta, 2011).

Segundo Almeida Júnior e Tosta (2011), com base nesses critérios, a concepção de IFES assumida pela UFFS está vinculado a três compromissos: (a) garantir a acessibilidade de um ensino superior público de qualidade; (b) oferta de qualificação profissional e inclusão social e; (c) consolidar a integração do ensino, da pesquisa e

da extensão como condição essencial de um ensino crítico, investigativo e inovador. Dessa maneira, foi realizada a materialização da política pública REUNI.

Essa materialização torna necessário entender o que seriam políticas públicas, resposta essa que Farah (2021) dá sobre o tema. O escritor se deparou com várias definições sobre o que seria uma política pública, o que o levou a compilar as visões de outros autores, assim desenvolvendo o seguinte conceito:

Um curso de ação, escolhido pelo Estado, com o objetivo de resolver um problema público. Tal curso de ação é integrado por ações do Estado – e de atores não-governamentais – derivadas da autoridade legítima do Estado, com poder de se impor à sociedade. O curso de ação escolhido é influenciado por ideias e valores, por uma interpretação do problema e pela disputa entre diferentes atores e grupos e se baseia em conhecimento técnico e em outras formas de saber (Farah, 2021, p. 640).

Nessa perspectiva, o autor aponta que a política pública engloba tanto atores estatais quanto não-estatais, que auxiliam nos processos da política pública. Farah (2021), reforça que, mesmo que uma ação de um ator não-governamental vise a solução um problema público não é uma política pública, a não ser que essa ação esteja em um contexto de outras ações interligadas entre si e sob de coordenação ou direção do Estado, pois o ente estatal detém dois requisitos basilares, a autoridade e a legitimidade. O autor aponta que apenas o Estado é capaz de impor ao povo uma política pública que deve ser obedecida, porém a mobilização social e de entidades não-governamentais pode influenciar as decisões estatais.

Com esse entendimento, pode-se perceber como a UFFS é um caso *sui generis*, pois diferente de outras IFES que apenas depois de sua consolidação lançavam mão da expansão multicampi, a UFFS já nasceu com tal estrutura (Figura 3) além de ser um verdadeiro caso de política *bottom-up*. Geralmente as Universidades advêm de políticas públicas *top-down*, conforme a análise da história da universidade brasileira. Segundo Paul Sabatier (1986), o *policymaker* tem à disposição dois tipos de modelos para a implementação de uma política pública, sendo elas o modelo “de cima para baixo” chamado de *top-down* e o “debaixo para cima” conhecido como *bottom-up*. (Sabatier, 1986 apud Agum; Riscado; Menezes, 2015).

Figura 3 – Vista aérea dos 6 Campi²⁵ da UFFS



Fonte: Criado pelo autor usando material de UFFS (2017)

O modelo *Top-down* é uma abordagem enraizada em conceito de representatividade democrática mais tradicional e elitista, no qual o poder central vê a implementação como um processo administrativo apolítico; por isso, se acreditam capazes – hierarquicamente – de guiar esse processo ao criar objetivos claros para a política pública. A abordagem *Bottom-up* contesta esse modelo tradicional de democracia ao levar em conta os burocratas nível de rua²⁶, grupos afetados e atores privados, desviando assim daquele modelo centralizante, fazendo os elementos na “ponta” participarem na formação da política pública (Pülzl e Treib, 2019).

O *Bottom-up* busca observar como a política é implementada na prática e então propõem as correções necessárias para que a política alcance as metas pretendidas (Agum, Riscado e Menezes, 2015). Oliveira (2012) consegue ilustrar – de maneira clara – a situação da UFFS como política pública *Bottom-up* de sucesso, pois

²⁵ Em ordem da esquerda para direita, de cima para baixo os campi são: Laranjeiras do Sul, Erechim, Realeza, Cerro Largo, Chapecó e Passo Fundo.

²⁶ Para Lipsky (2019), os burocratas de nível de rua são servidores públicos que interagem diretamente com a população e possuem alto grau de poder discricionário. Na prática, são esses agentes que materializam as políticas governamentais, pois suas decisões cotidianas sobre benefícios e sanções definem o acesso dos cidadãos aos serviços do Estado.

inicialmente a UFFS não fora cogitada no planejamento, por parte do Ministério da Educação, quando foi criado o REUNI. Se não fosse a mobilização política das entidades campestres, prefeituras e bancadas estaduais e federais dos três estados do Sul, em sintonia, os resultados não teriam sido alcançados. Uma Universidade possui a missão de auxiliar no desenvolvimento regional da Mesorregião, sendo necessário verificar a sua efetividade dessa política pública.

Sobre Chapecó – o município onde foi instalado o Câmpus homônimo e a Reitoria – foi fundado em 25 de agosto de 1917. Atualmente é o maior município da microrregião do Oeste Catarinense, sendo caracterizado como de porte médio e atuando como um importante polo regional. Sua área de abrangência alcança cidades do norte e noroeste do Rio Grande do Sul, bem como do sudoeste do Paraná, influência a partir da qual é considerada Capital Regional B (2B) pelos critérios do IBGE (Fujita e Matiello, 2013; IBGE, 2018; Dentz, 2016).

Do ponto de vista locacional, as fronteiras de Chapecó com o Paraná, Rio Grande do Sul e Argentina conferem ao município uma centralidade estratégica no Oeste Catarinense (Dentz, 2016). Essa condição de polo regional é respaldada pela Prefeitura de Chapecó (2016), que destaca o elevado IDHM (0,790) e índices de geração de emprego acima das médias estadual e nacional, consolidando o município como um ambiente atrativo para novos investimentos.

A economia é formada pelo setor agropecuário, agroindústria, metal mecânico, plástico, embalagens, transporte e biotecnologia, produção de móveis, confecções e software, além dos setores comerciais, serviços e turismo (Prefeitura de Chapecó, 2016). Importante mencionar o papel do setor agropecuário de Chapecó e região caracterizado pelo turismo de negócios e das feiras voltadas para a cadeia agropecuária, sendo a mais famosa a Exposição Feira Agropecuária e Industrial (EFAPI), que ocorre bianualmente (Fujita e Matiello, 2013).

A evolução do PIB e da população pode ser acompanhada na Tabela 1. No caso do PIB os valores apresentam a evolução entre 2002 e 2023 enquanto a mudança populacional é demonstrada com base nos anos 2000 e 2022, comparando a participação do município no total estadual para cada variável e ano. Tanto no PIB quanto na população se constata um crescimento em Chapecó.

Tabela 1 – PIB (a preços correntes) e população de Chapecó com suas respectivas participações no total do Estado²⁷.

Município referência	PIB (em R\$ mil)		PIB (Part.%)		População		População (Part.%)	
	2002	2023	2002	2023	2000	2022	2000	2022
Chapecó	1.489.338	17.619.284	2,7	3,4	146.967	254.785	2,7	3,3
Santa Catarina	54.481.893	513.392.973	100	100	5.356.360	7.610.361	100	100

Fonte: Elaborado com base nos dados do Sidra/IBGE (Contas Nacionais/PIB Municipal e Censos Demográficos de 2000 e 2022).

O crescimento observado no município fez com que entrasse na lista dos cem maiores PIBs do país, conforme os dados da pesquisa do IBGE de 2023 (Prefeitura de Chapecó, 2025b). No ano de 2023, o Produto Interno Bruto do município chegou a R\$17,6 bilhões, posicionando Chapecó em 96º no país e em 5º lugar em Santa Catarina, ficando apenas atrás de Joinville, Itajaí, Florianópolis e Blumenau – cidades mais populosas do estado catarinense (Prefeitura de Chapecó, 2025b).

Com base nas evidências econômicas, o presente estudo procura identificar relações entre universidade, região e desenvolvimento regional, estimando o impacto econômico desta atuação, para melhor compreender as conexões e identificar qual o grau com que a atividade da UFFS influencia a economia em Chapecó.

²⁷ Os dados do PIB são referentes aos anos de 2002 e 2023, obtidos via Sidra/IBGE. A população referente aos anos 2000 e 2022 foi extraída dos Censos Demográficos realizados nestes anos.

3 METODOLOGIA

Em seu estudo, Fernandes (2009) propõe duas abordagens para caracterizar os modelos usados para identificar os impactos econômicos: “pelo lado da oferta” e “pelo lado da procura”. Na pesquisa aqui relatada, foi utilizada a abordagem pelo lado da procura; dentre os modelos mais utilizados nela, o *American Council on Education* (ACE) foi o escolhido.

De acordo com Borralho et al. (2014), o modelo ACE – criado em 1970 – sofreu adaptações, sendo que a mais consensual é a versão simplificada, criada em 2001 por Leslie e Lewis. Esse autor afirma que tal versão, utilizada neste trabalho, evita a morosidade e complexidade dos cálculos da versão tradicional (Borralho et al., 2014).

A adoção desse modelo – de acordo com Fernandes (2009) – permitiu analisar a influência das atividades econômicas em uma região na qual se encontra uma instituição de Educação Superior, identificando os atores envolvidos, despesas realizadas e a demanda por produtos e serviços efetuados pelas fontes de impacto direto: a organização, os funcionários, os docentes e os alunos²⁸.

O estudo de Fernandes (2009) já foi utilizado como referência em pesquisa semelhante no campus UFFS de Laranjeiras do Sul (Stoffel, et al. 2026) e replicado, com adaptações que possibilitaram estipular o impacto econômico da UFFS no seu campus de Chapecó, que se encontra no município homônimo.

A abordagem deste estudo foi quanti-qualitativa com levantamento bibliográfico e documental acessando informações contidas nos relatórios financeiros sobre os gastos do Campus em estudo. Os dados utilizados neste estudo vieram de fontes primárias e secundárias.

As fontes consideradas de impacto direto, para este estudo foram: os gastos realizados localmente pelo campus de Chapecó da UFFS (materiais de consumo/custeio e de capital/investimento), as informações que foram obtidas via Portal da Transparência e Prestação de Contas da UFFS e o uso do Serviço de Informação ao

²⁸ Na definição de funcionários (TAEs), os docentes e os alunos estão sendo considerados todos que trocaram de residência para estudar ou desempenhar suas atribuições no Campus Chapecó.

Cidadão (SIC); os gastos locais dos servidores da universidade (docentes e técnicos); os gastos locais dos estudantes. Dos servidores e estudantes, as informações serão coletadas mediante aplicação de questionários específicos para cada um dos três segmentos da comunidade universitária/acadêmica, localizados no apêndice B deste trabalho.

Os gastos do Campus foram obtidos para os anos de 2024 e 2025 mediante fontes secundárias, tendo sido utilizados os valores de 2024, por estarem mais completos, em uma tentativa de evitar tanto o período pandêmico quanto o de recuperação e pela maior maturidade da Universidade, por se afastar do período *pro tempore*. Sobre a origem dos dados secundários advieram parcialmente do portal de “Transparência e Prestação de Contas” da UFFS e complementarmente mediante o uso do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).

Após a aquisição dos dados, foram calculados os gastos da instituição com o total do orçamento recebido mediante SIC e Portal da Transparência. No caso da UFFS, as despesas da universidade decorrem de financiamento público (as receitas próprias são insignificantes) (Stoffel, et al. 2026); por isso, há documentação pela UFFS. Esta perspectiva permitiu apontar o potencial de demanda que passou a existir a partir da instalação do Campus.

Para a realização do levantamento de dados primários junto aos estudantes e servidores técnicos e docentes – inicialmente – foi enviado convite para a Secretaria dos Órgãos Colegiados (SECOC) e à Coordenação Acadêmica do Campus Chapecó para que fosse efetuada a replicação aos docentes, técnicos e alunos. Ressalta-se que os e-mails utilizados por esses setores não permitiram a identificação, mediante a lista de envio, dos convidados nem a visualização dos seus dados de contato por terceiros.

Em decorrência da baixa participação dos três grupos a partir do contato via e-mail, foi solicitada permissão para a Coordenação Acadêmica do Campus Chapecó para ir presencialmente ao campus e visitar os setores e salas de aula para divulgar a pesquisa além de afixar cartazes em espaços de uso comum com a mesma intenção. Tanto nas salas dos servidores quanto nas salas de aula, o pesquisador se apresentou e falou sobre a pesquisa, também disponibilizou cartazes com *QR code* para que os alunos, professores e TAEs pudessem dela participar, se assim o desejassem. Tal

estratégia duplicou o número de respondentes em cada segmento, chegando às amostras que a pesquisa atingiu.

O levantamento de dados primários foi realizado por meio de aplicação de questionários, anônimos, elaborados e aplicados por meio digital na plataforma “Google Forms”. Esses foram encaminhados por e-mail para os servidores técnicos, docentes e estudantes para obtenção das informações sobre os gastos, para posterior identificação do efeito econômico, pelo lado da demanda, desses sujeitos da pesquisa.

O banco de dados gerado a partir do questionário foi estruturado visando garantir o anonimato dos respondentes, registrando-se apenas a categoria de vínculo com a instituição (técnico-administrativo, docente ou discente). Para assegurar a integridade da análise, cada linha da matriz de dados correspondeu ao conjunto de respostas de um único participante, cujos registros foram inteiramente despersonalizados. Ademais, ressalta-se que o acesso à base de dados é de uso estritamente restrito à equipe de pesquisa, não havendo disponibilização externa.

Este projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, mediante o registro CAAE 91262925.8.0000.5564, a partir do parecer número 7.912.771. Os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) utilizados e os questionários aplicados estão disponíveis nos apêndices A e B.

Após a coleta, os dados foram tabulados no *software* Microsoft Excel para o processamento dos cálculos e a elaboração de tabelas e gráficos. O montante das despesas do *campus* Chapecó (CCO) foi obtido a partir da soma dos gastos da Instituição, dos técnicos, dos docentes e dos alunos. O cálculo dessas estimativas seguiu as equações apresentadas a seguir:

$$1) \text{ CCO} = \text{GTAE} + \text{GD} + \text{GE} + \text{GI} \text{ (Equação 1)}$$

Sendo:

$$a) \text{ GTAE} = (\text{GTAEs} \times \text{NTAEs} + \text{GTAE}_{\text{n}} \times \text{NTAE}_{\text{n}}) \times 12 \text{ (Equação 2)}$$

$$b) \text{ GD} = (\text{GDs} \times \text{NDs} + \text{GD}_{\text{n}} \times \text{ND}_{\text{n}}) \times 12 \text{ (Equação 3)}$$

$$c) \text{ GE} = (\text{GEs} \times \text{NEs} + \text{GE}_{\text{n}} \times \text{NE}_{\text{n}}) \times 12 \text{ (Equação 4)}$$

$$d) \text{ GI} = \text{gasto anual do Campus Chapecó (Equação 5)}$$

O significado das variáveis está apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Variáveis dos cálculos e suas definições

Variável	Definição
GD	Total de gasto anual dos docentes que mudaram de região ou que não mudaram de região, mas não residem em Chapecó.
GDs	Gastos mensais dos docentes que mudaram de região.
NDs	Número de docentes que mudaram de região.
GDn	Gastos mensais dos docentes que não residem em Chapecó, que não mudaram de região.
NDn	Número de docentes que não residem em Chapecó, que não mudaram de região.
GSTA	Gasto total anual dos Servidores técnicos-administrativos que mudaram de região ou que não mudaram de região, mas não residem em Chapecó.
GSTAs	Gasto mensal dos Servidores técnicos-administrativos que mudaram de região.
NSTAs	Número de Servidores técnicos-administrativos que mudaram de região.
GSTAn	Gasto dos Servidores técnicos-administrativos que não residem em Chapecó, mas que não mudaram de região.
NSTAn	Número de Servidores técnicos-administrativos que não residem em Chapecó, mas que não mudaram de região.
GE	Gasto total anual dos estudantes que mudaram de região ou que não mudaram de região, mas não residem em Chapecó.
GEs	Gasto mensal dos estudantes que mudaram de região.
NEs	Número de estudantes que mudaram de região.
GEN	Gasto dos estudantes que não residem em Chapecó, mas que não mudaram de região.
NEn	Número de estudantes que não residem em Chapecó, mas que não mudaram de região.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

Considerando-se que apenas uma parte dos servidores e alunos responderam ao questionário, os resultados obtidos foram estimados para a população total de cada grupo, a partir dos percentuais observados na amostra. Além desses percentuais que levaram ao número da população, para os cálculos, também foram utilizados os valores médios mensais declarados pelos respondentes.

O cálculo do impacto econômico se baseou na aplicação de um multiplicador de 1,7. Essa métrica permite aferir como as despesas diretas do *campus*, dos servidores e do corpo discente se desdobram e impulsionam a economia local. Seguindo o modelo proposto por Fernandes (2009), adotou-se a premissa de que cada R\$ 1,00 gasto diretamente gera uma movimentação de R\$ 1,70. A escolha desse índice reflete

uma perspectiva moderada, considerando que a autora aponta a existência de fatores multiplicadores que variam entre 1,0 e 3,0, sendo o impacto econômico regional diretamente proporcional a esse valor.

Dessa maneira, foi possível apurar o impacto das despesas, uma vez que foi aplicado o efeito multiplicador para cada tipo de gasto para – assim – apurar, no final, quanto resultaria o impacto do Campus e sua comunidade acadêmica na ótica da demanda. O resultado permitiu indicar um potencial de demanda que a existência do Câmpus gera.

Segundo Fernandes (2009), as fontes de gastos analisadas geram dois tipos de efeitos econômicos: o de exportação e o de substituição de importações. O primeiro abrange as despesas de alunos e servidores que se mudaram de outras regiões para a cidade da Instituição, enquanto o segundo se refere aos gastos dos residentes que teriam ido estudar em outra localidade caso a Instituição Federal de Ensino (IFE) não existisse. Nos dados apresentados, há uma separação entre aqueles que mudaram para Chapecó por causa da UFFS e o grupo que não se mudou.

O Produto Técnico-Tecnológico (PTT) desenvolvido nesta pesquisa consiste em um material didático no formato de panfleto-guia. Seu primeiro objetivo é informar as comunidades interna e externa sobre os impactos econômicos potenciais da instituição. Além disso, o PTT busca orientar empresas locais e regionais, incluindo Microempreendedores Individuais (MEIs), a participarem dos processos licitatórios da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Chapecó. O material utiliza códigos QR para direcionar os interessados a plataformas de treinamento, visando reduzir barreiras informacionais e ampliar a competitividade nos certames. A elaboração do conteúdo contou com a colaboração do setor de licitações, que se responsabilizou por mapear as dúvidas mais frequentes dos fornecedores.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

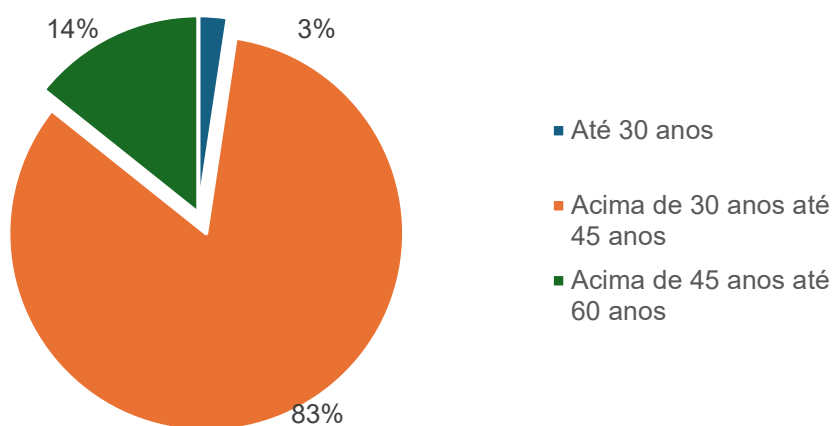
A partir da hipótese de que a presença de uma universidade pública federal em uma cidade de relevância regional produz impactos econômicos diretos sobre o território em que se insere, este estudo buscou mensurar os efeitos econômicos do Campus Chapecó da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), no município de Chapecó (SC). As próximas cinco subseções são referentes aos gastos dos técnicos-administrativos em educação (TAEs), docentes, estudantes e do Campus Chapecó, nessa ordem. A quinta e última subseção verificou os impactos diretos do Campus Chapecó na economia do município homônimo.

4.1 TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DO CAMPUS CHAPECÓ

O Campus Chapecó possui 88 servidores Técnicos-administrativos em Educação (TAEs), sendo que 42 responderam as 23 perguntas do questionário (apêndice B). Desses, 22 são do sexo masculino (52,38%) e 20 do feminino (47,62%). A amostra ainda apresenta a categoria profissional sendo que 57,1% são servidores técnicos de nível D e 42,9% de nível E.

Em relação ao tempo que têm desempenhado suas atribuições para a UFFS, 74% informaram que trabalham há mais de cinco anos; 19% até dois anos e 7% entre três e cinco anos. O Gráfico 1 demonstra a faixa etária dos TAEs, a maioria (83%) está entre trinta e quarenta cinco anos, conforme pode ser verificado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Idade dos TAEs que participaram da pesquisa



Fonte: Resultados da pesquisa (2026)

Dos servidores participantes da pesquisa, 21 se mudaram para desempenhar suas funções no Campus Chapecó. Desses 21, apenas três servidores respondentes não residem em Chapecó, mas em Guatambu. Desses três residentes em Guatambu, apenas um possui morada própria.

Em relação aos outros 18 TAEs que moram em Chapecó, 42,8% possuem casa própria, totalizando um investimento de R\$ 2.755.000,00 no município, injetados no mercado imobiliário chapecoense, valores gastos na economia local devido a existência da UFFS, o que se alinha ao que afirma Fernandes (2009).

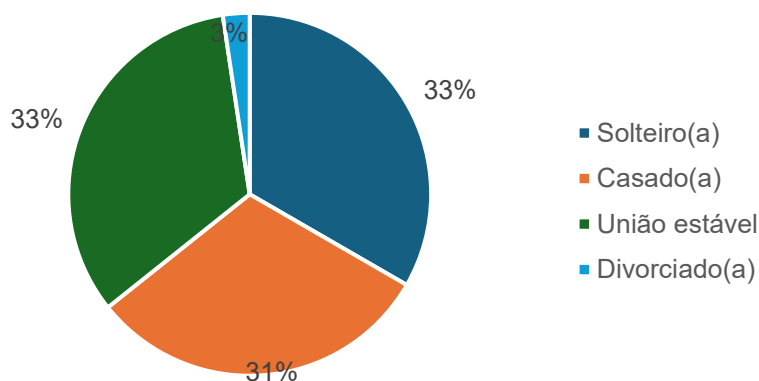
Dos demais, três declararam não possuir imóvel próprio e um disse não gastar dinheiro com aluguel ou parcela de financiamento e dos outros seis que não responderam possuir casa própria, cinco declararam gastar com aluguel ou parcela de financiamento.

Em relação à região de origem, 89,47% dos TAEs são da Região Sul, 10,53% da Região Norte e 5,26% do Nordeste. De acordo com Casqueiro, Irffi e Silva (2020), esse poder de atração se dá graças à demanda de TAEs para a formação do quadro de servidores, além de alunos e docentes, para a região em que uma IFES se instala.

Sobre a formação desses 42 servidores, 47,6% possuem Especialização, 28,6% Mestrado, 14,3% Doutorado e 2,4% com Pós-doutorado, indicando níveis de qualificação elevados e de acordo com o que apontam Casqueiro, Irffi e Silva (2020).

Em relação ao estado civil dos Técnicos, o Gráfico 2 indica os percentuais de cada grupo. Sendo observado que há um equilíbrio entre aqueles que são casados, vivem em união estável e são solteiros.

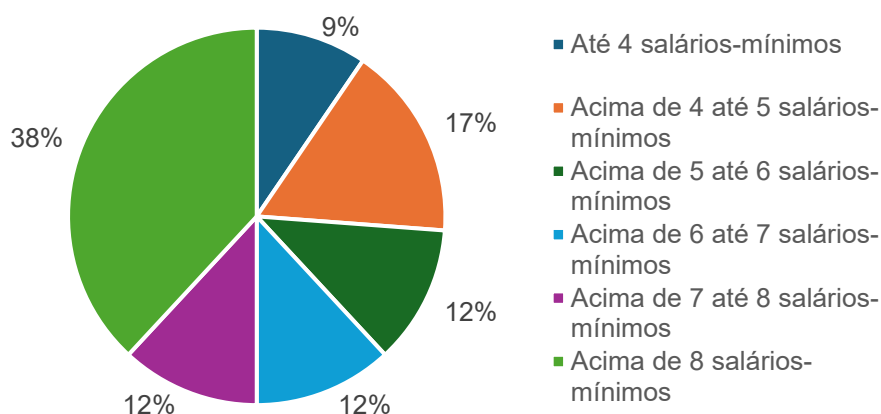
Gráfico 2 – Estado civil dos TAEs que participaram da pesquisa



Fonte: Resultados da pesquisa (2026)

Sobre o rendimento líquido dos TAEs que participaram da pesquisa, a maioria (38%) afirmou receber acima de 8 salários-mínimos. O segundo maior grupo (17%) recebem de 4 a 5 salários-mínimos²⁹, sendo esses os dois grupos os com a maior quantidade de TAEs, sendo respectivamente o maior e o segundo menor faixa salarial da pesquisa. Os dados apresentados no Gráfico 3 indicam o mesmo percentual de 12% entre os que recebem de 7 até 8, de 6 até 7 e de 5 até 6 salários-mínimos e, por fim, 9% dos TAEs recebem até 4 salários-mínimos, valores públicos que resultam em recursos disponíveis para a região (Výrostová e Výrost, 2007).

Gráfico 3 – Rendimento líquido dos TAES que participaram da pesquisa



Fonte: Resultados da pesquisa (2026)

Na continuidade, os servidores foram questionados sobre a aquisição de imóveis para moradia própria, sendo a resposta opcional: apenas 29 dos participantes responderam. Desses, dois informaram a aquisição de imóveis para locação, sendo o investimento feito entre R\$ 150 mil e 180 mil. Em relação a outros investimentos, 13 TAEs responderam: três deles possuíam investimentos em Chapecó, sendo que os valores informados foram de R\$ 200 mil, 300 mil e 1.5 milhões. Estes dados não foram utilizados para o cálculo dos gastos pela natureza de retenção de valores que acabam não circulando na economia regional. Outra questão opcional – que também apresentou 12 respostas – foi referente à aquisição de imóvel para alugar.

²⁹ Foi utilizado o do salário-mínimo nacional de R\$ 1.621,00, conforme o decreto nº 12.797 (de 23/12/2025).

Dos 29 TAEs que afirmaram ter casa própria, 21 se mudaram e nove adquiriram moradia própria em Chapecó, totalizando R\$ 2.755.000,00. Esse valor foi injetado no setor imobiliário chapecoense a partir da instalação do Campus UFFS (Tabela 2).

Tabela 2 – Informações sobre moradia dos TAEs que mudaram de para trabalhar na UFFS

TAEs	Dados
TAEs com casa própria	29
TAEs que se mudaram para trabalhar na UFFS	21
TAEs proprietários de imóvel em Chapecó	9
TAEs não proprietários ou que moram fora de Chapecó	6
TAEs que não responderam	6
Valor total dos imóveis	R\$ 5.965.000,00
Valor total dos imóveis de quem se mudou e mora em Chapecó	R\$ 2.755.000,00
Valor médio por proprietário que mora em Chapecó	R\$ 306.111,11

Fonte: Resultados da pesquisa (2026)

Sobre os gastos mensais dos servidores técnicos, foram questionados sobre os seguintes itens: aluguel ou financiamento imobiliário, educação dos filhos, alimentação (supermercado e comer fora de casa), saúde, lazer, bens pessoais, equipamentos de informática e internet, mensalidades e taxas, transporte e outras despesas. Esses itens foram divididos entre as faixas de valores apresentadas na Tabela 3.

Tabela 3 – Faixas de valores dos rendimentos e suas médias

Ordem	Faixas em Salários (R\$)	Média Utilizada (R\$)
1	Até 250,00	125,00
2	De 250,01 até 500,00	375,00
3	De 500,01 até 750,00	625,00
4	De 750,01 até 1.000,00	1.125,00
5	De 1.000,01 até 1.250,00	875,00
6	Acima de 1.250,00	1.250,00

Fonte: Resultados da pesquisa (2026)

Nas faixas de 1 a 5, foi utilizado o valor médio como referência para calcular os totais gastos. Este valor médio de referência foi multiplicado pelo número de respostas para cada faixa. Na faixa 6 foi utilizado o valor mínimo e efetuado o mesmo formato de cálculo³⁰.

A Tabela 4 apresenta o volume para cada tipo de gastos realizados pelos TAES que mudaram e aqueles que não mudaram para trabalhar na UFFS. Nos dois grupos de TAES, o maior gasto mensal foi com supermercados, em acordo com o que Vinhais (2013) apontou em sua pesquisa. Este autor destacou o setor de alimentos e bebidas como o principal beneficiário dos gastos da comunidade acadêmica. O segundo tipo de gasto no qual maiores valores são alocados é diferente entre os dois grupos de TAES. Entre aqueles que não mudaram e não residem em Chapecó, os gastos com saúde estão nesta posição; o grupo que mudou para trabalhar na UFFS, o gasto com aluguel ou prestação de financiamento está nesta posição.

Tabela 4 – Tipos de gastos dos TAES que participaram da pesquisa em 2026

Tipos de gastos	Gasto médio anual daqueles que mudaram para trabalhar na UFFS (R\$)	Gasto médio anual daqueles que não mudaram e não residem em Chapecó (R\$)
Aluguel ou prestação de financiamento imobiliário	292.500,00	133.500,00
Educação dos filhos	103.500,00	105.000,00
Supermercados	318.000,00	309.000,00
Alimentação que não seja feita em casa	156.000,00	118.500,00
Saúde (gastos em consultas, exames, hospitais, medicamentos, etc.)	214.500,00	208.500,00
Lazer (filmes, bares, discotecas, saídas noturnas)	111.000,00	84.000,00
Bens pessoais (roupas, artigos de higiene)	109.500,00	93.000,00
Equipamentos de informática e internet	55.500,00	45.000,00
Mensalidades, taxas de matrículas, outras taxas	64.500,00	73.500,00
Transporte	153.000,00	168.000,00
Outras despesas	153.000,00	124.500,00

Fonte: Resultados da pesquisa (2026)

³⁰ Esta opção pode resultar em um valor abaixo daquele que realmente foi gasto, mas preferiu-se este caminho para garantir que os gastos mínimos tenham sido considerados.

A partir dos gastos informados na Tabela 3, foram efetuados os cálculos para chegar aos gastos individuais, mensais e anuais, para cada grupo de TAES que responderam à pesquisa. Estes resultados estão informados na Tabela 5.

Tabela 5 – Gastos dos TAES da UFFS Campus Chapecó que participaram da pesquisa em 2026

Tipos	Gastos mensais por (R\$)	Gastos anuais (R\$)	TAES participantes pesquisa	Projeção Total TAES
TAES que mudaram para trabalhar na UFFS	8.013,89	96.166,67	18	38
TAES que não mudaram e não residem em Chapecó	5.078,13	60.937,50	24	50

Fonte: Resultados da pesquisa (2026)

A partir da amostra, houve a necessidade de estimar os valores para o número total de 88 TAES. Sendo assim, foi calculado quantos técnicos responderam à pesquisa que corresponderia ao número total de TAES que participam em cada um dos dois grupos, chegando à estimativa de 38 (que se mudaram) e 50 (que não se mudaram). Os valores e número de TAES estimados estão presentes na Tabela 6.

Tabela 6 – Projeção dos valores e dos números de TAES da pesquisa

Tipos	Gastos Mensais estimados (R\$)	Despesa Anual estimada (R\$)	TAES Respondentes	Projeção para o Nº Total
TAES que mudaram para trabalhar na UFFS	304.527,78	3.654.333,33	18	38
TAES que não mudaram para trabalhar na UFFS e não residem em Chapecó	253.906,25	3.046.875,00	24	50

Fonte: Resultados da pesquisa (2026)

O valor mensal estimado dos gastos referentes aos TAES ficou em R\$ 253.906,25 para o grupo que não se mudou e R\$ 304.527,78 para o que se mudou, sendo que o gasto anual dos Servidores técnicos-administrativos, representado pela variável GTAE da equação 2 (seção de metodologia), resultou em R\$ 6.701.208,33,

isso considerando o total de 88 servidores. Embora seja o grupo da comunidade acadêmica com a quantidade menor de membros; consequentemente, valores inferiores perante os grupos de docentes e alunos, essa movimentação financeira evidencia que sua presença tem efeitos relevantes sobre a economia municipal.

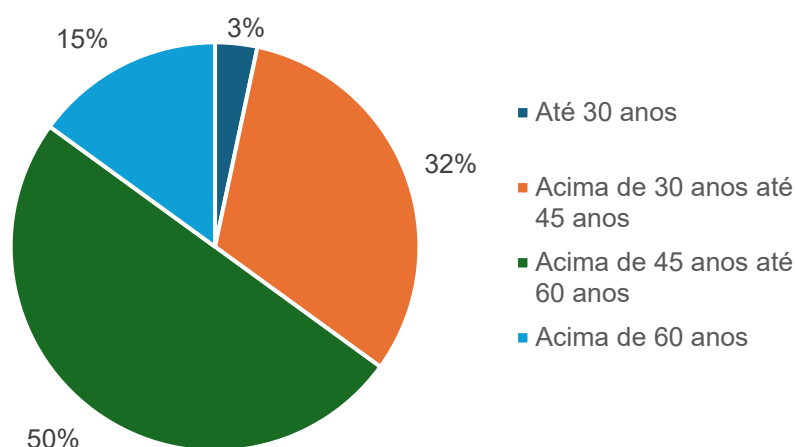
4.2 DOCENTES DO CAMPUS CHAPECÓ

No momento da realização desta pesquisa, o Campus Chapecó contava com 269 docentes, dos quais 60 (24,16%) responderam às 23 perguntas da pesquisa (apêndice B). Desse grupo 95% são professores efetivos e 5% professores substitutos. A maior parte dos participantes da pesquisa foram homens.

Em relação ao tempo em que os docentes desempenham suas atribuições na UFFS, 86,7% informaram que trabalham na instituição há mais de cinco anos e 13,3% até dois anos.

Sobre a idade, a maioria dos docentes (50%) pertence a faixa etária de acima de 45 até 60 anos. O segundo maior grupo apresenta idades acima de 30 até 45 anos (Gráfico 4). Dentre os docentes que participaram da pesquisa, 60% se mudaram para desempenhar as suas funções no Campus Chapecó, o que corresponde a 36 professores. Quantidade relevante de profissionais que influencia positivamente nos impactos econômicos locais, pois como Výrostová e Výrost (2007) afirmam que esses profissionais estariam realizando suas atividades em outras regiões se não houvesse a universidade instalada em Chapecó. Em relação à origem destes docentes, 77,7% são da Região Sul, 11,1% vieram da Centro-Oeste, vieram da Sudeste 5,6% e 5,6% não informaram a origem. Dentre aqueles da Região Sul, 36% são do Rio Grande do Sul, 30,6% de Santa Catarina e 11,1% do Paraná.

Gráfico 4 – Idade dos docentes que participaram da pesquisa



Fonte: Resultados da pesquisa (2026)

Dos 36 docentes que se mudaram para trabalhar na UFFS, 30 informaram residir em Chapecó, dos quais 22 (73,33%) possuem moradia própria totalizando R\$ 13.189.000,00. Este resultado é semelhante aos encontrados no estudo de Fernandes (2009), que mostrou que 72,2% dos docentes tinham casa ou apartamento próprio. Esses dados estão detalhados na Tabela 6.

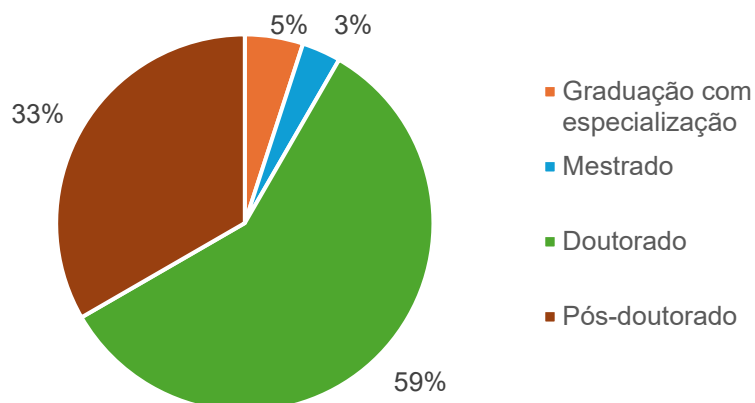
Tabela 7 – Moradia própria dos docentes que mudaram de região

Docentes	Dados
Docentes que se mudaram para trabalhar na UFFS	36
Docentes que residem em Chapecó	30
Proprietários de imóvel em Chapecó	22
Não proprietários ou que moram fora de Chapecó	7
Que não responderam	7
Valor total dos imóveis	R\$ 20.786.000,00
Valor total dos imóveis de quem se mudou e mora em Chapecó	R\$ 13.189.000,00
Valor médio por proprietário que reside em Chapecó	R\$ 599.500,00

Fonte: Resultados da pesquisa (2026)

Em relação à formação dos docentes que participaram da pesquisa, 58,3% são doutores e 33,3% têm pós-doutorado (Gráfico 5).

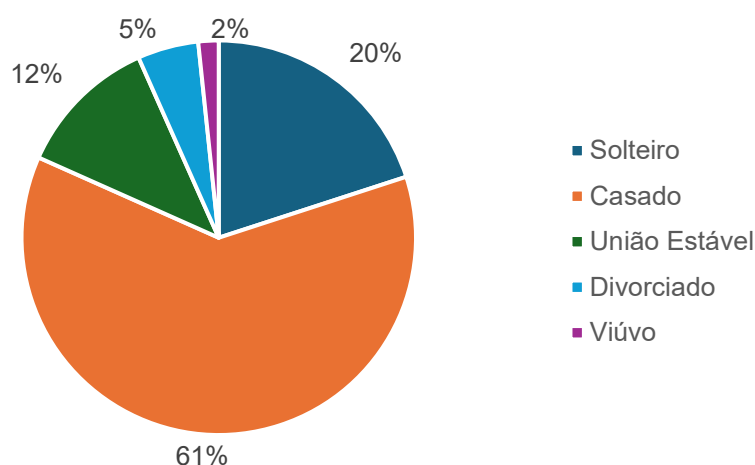
Gráfico 5 - Formação dos docentes que participaram da Pesquisa



Fonte: Resultados da pesquisa (2026)

Quanto ao estado civil dos docentes 61% são casados, 20% solteiros e 11% em união estável (gráfico 6).

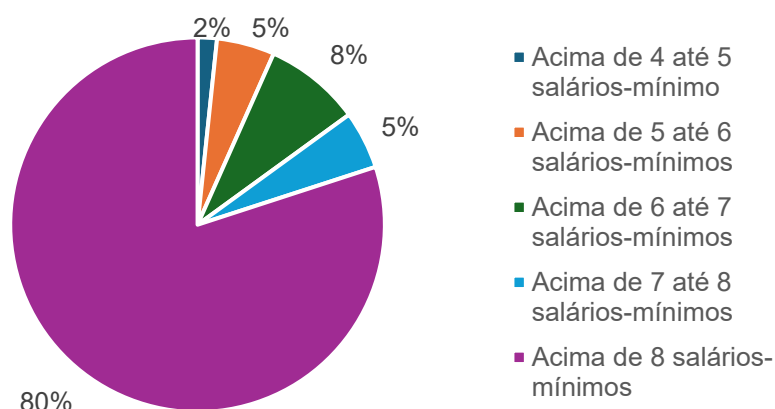
Gráfico 6 – Estado civil dos docentes que participaram da pesquisa



Fonte: Resultados da pesquisa (2026)

Sobre o rendimento líquido dos docentes que participaram da pesquisa, 80% afirmaram receber acima de 8 salários-mínimos e 8,3% dos docentes recebem de 6 até 7 salários-mínimos. Empatados em 5% os que recebem acima de 7 até 8 e acima de 7 até 8 e acima de 5 até 6 salários-mínimos e 2% que recebe acima de 4 até 5 salários-mínimos (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Rendimento líquido dos docentes que participaram da pesquisa



Fonte: Resultados da pesquisa (2026)

A Tabela 8 apresenta os gastos médios dos docentes, participantes da pesquisa, que mudaram e aqueles que não mudaram. Os valores estão organizados para aluguel ou financiamento imobiliário, educação dos filhos, alimentação (supermercado e comer fora de casa), saúde, lazer, bens pessoais, equipamentos de informática e internet, mensalidades e taxas, outras despesas e transporte.

Tabela 8 – Gastos dos docentes da UFFS Campus Chapecó que participaram da pesquisa em 2026 com projeção dos números e valores³¹

Tipos de gastos	Gasto médio anual daqueles que mudaram para trabalhar na UFFS (R\$)	Gasto médio anual daqueles que não mudaram e não residem em Chapecó (R\$)
Aluguel ou prestação de financiamento imobiliário	453.000,00	135.000,00
Educação dos filhos	310.500,00	192.000,00
Supermercados	612.000,00	375.000,00
Alimentação que não seja feita em casa	354.000,00	165.000,00
Saúde (gastos em consultas, exames, hospitais, medicamentos, etc.)	480.000,00	304.500,00
Lazer (filmes, bares, discotecas, saídas noturnas)	298.500,00	148.500,00
Bens pessoais (roupas, artigos de higiene)	361.500,00	204.000,00

³¹ Os gastos foram calculados com base nas faixas e médias informadas na Tabela 3.

Equipamentos de informática e internet	198.000,00	114.000,00
Mensalidades, taxas de matrículas, outras taxas	205.500,00	177.000,00
Outras despesas	451.500,00	261.000,00
Transporte	301.500,00	202.500,00

Fonte: Resultados da pesquisa (2026)

No conjunto de docentes que se mudou para trabalhar no Campus Chapecó, o maior gasto médio é com alimentação (supermercado), logo em seguida estão os gastos com saúde, após aluguel ou financiamento imobiliário. No grupo dos docentes que não mudaram para trabalhar na UFFS, o maior dispêndio também é com alimentação (supermercado), seguido por saúde e outras despesas. Estes resultados estão alinhados ao estudo de Vinhais (2013) no qual o maior gasto também foi com alimentos.

A partir dos gastos informados pelos docentes, foram calculadas as médias mensais e anuais, disponíveis na Tabela 9. Adicionalmente constam na tabela as informações do número de docentes que participaram da pesquisa e a projeção em relação ao total de servidores deste grupo no campus.

Tabela 9 – Gastos dos Docentes da UFFS Campus Chapecó que participaram da pesquisa em 2026

Tipos	Gastos Mensais (R\$)	Despesa Anual (R\$)	Docentes Respondentes	Nº Total de Docentes
Docentes que mudaram para trabalhar na UFFS	9.319,44	111.833,33	36	161
Docentes que não mudaram para trabalhar na UFFS e não residem em Chapecó	7.911,46	94.937,50	24	108

Fonte: Resultados da pesquisa (2026)

Com os valores presentes na Tabela 9, foi possível utilizar a equação 3 (seção metodologia), para chegar ao valor da variável GD. Porém devido a não participação de todos os docentes na pesquisa houve a necessidade de projetar os valores para o número total de docentes. Dessa maneira, foi calculado quantos docentes que responderam à pesquisa corresponderiam ao número total de docentes em cada um dos

dois grupos, chegando a 161 (que se mudaram) e 108 (que não se mudaram) docentes, sendo essa uma estimativa. Os valores e número de docentes estimados estão presentes na Tabela 10.

Tabela 10 – Projeção dos valores e dos números de docentes da pesquisa

Tipos	Gastos Mensais estimados (R\$)	Despesa Anual estimados (R\$)	Docentes Res-pondentes	Projeção para o N° Total
Docentes que mudaram para trabalhar na UFFS	1.500.430,56	18.005.166,67	36	161
Docentes que não mudaram para trabalhar na UFFS e não residem em Chapecó	854.437,50	10.253.250,00	24	108

Fonte: Resultados da pesquisa (2026)

Os gastos totais anuais, advindos da equação 3 (seção metodologia), somaram R\$ 28.258.416,67 considerando a estimativa do total de 269 docentes que atuam no Campus Chapecó.

4.3 ESTUDANTES DO CAMPUS CHAPECÓ

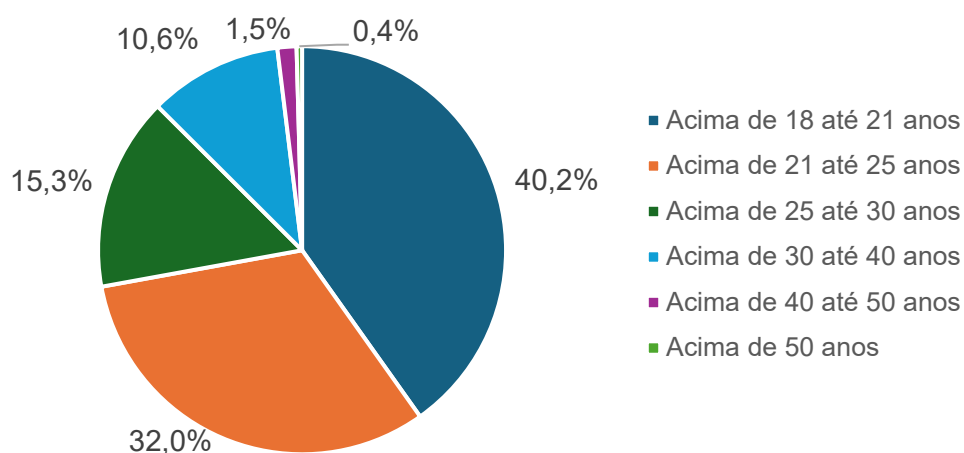
Na época da realização desta pesquisa, o Campus Chapecó contava com 2.706 estudantes ativos de graduação, dos quais 463 participaram da pesquisa, o que representa 17,11% do total de alunos. O questionário empregado para os estudantes possuía 27 perguntas com questões sobre perfil e gastos realizados por este grupo (Apêndice B).

Na amostra de 462 estudantes, há 193 alunos que se identificaram como masculino, 266 como feminino e três como outros. Em relação aos cursos, a maior participação foi dos alunos de Medicina com 14,5%, seguidos por de Administração com 12,9% e 11,9% de Pedagogia.

Sobre a faixa etária dos participantes, a maioria (40%) está acima de 18 até 21 anos, seguida por quem tem de 21 até 25 anos (32%). Dados condizentes ao se comparar com as faixas etárias apresentada pelo V Perfil Nacional dos Estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), observa-se também uma concentração de estudantes mais jovens. Considerando os percentuais apresentados nesse estudo para os anos de 1996, 2003, 2010, 2014 e 2018 foi calculada uma média de 19,1% e 53,3% a de 20 a 24 anos (ANDIFES, 2019). Apesar de as faixas etárias

utilizadas, tanto no estudo atual quanto o V Perfil Nacional do Estudantes das IFES não serem as mesmas, os resultados apresentam uma concentração semelhante de estudantes mais jovens. O Gráfico 8 apresenta a idade dos estudantes que participaram da pesquisa.

Gráfico 8 – Faixa etária dos estudantes que participaram da Pesquisa



Fonte: Resultados da pesquisa (2026)

Dos estudantes que participaram da pesquisa, 47,5% se mudaram para Chapecó para estudar na UFFS; 34,8% são naturais do município; 11,7%, por motivos profissionais, passaram a residir em Chapecó, e os demais imigraram para a região por motivos diversos. Em relação a todos os alunos respondentes que se mudaram para Chapecó totalizam 65,2%, sendo a maior parte desse percentual atraída pela universidade. Este efeito de atração Fernandes (2009) também destaca em seu estudo.

A materialização do programa Reuni parece ter impedido a fuga de capital humano do município, uma vez que 46% dos respondentes afirmaram que teriam saído da cidade para estudar se a UFFS não tivesse sido implantada neste local, o que se alinha ao que Fernandes (2009) também destaca em sua pesquisa. Os outros 34,1% teriam ido para alguma instituição de ensino superior particular na cidade, e 19,9% não continuariam estudando.

Ao serem questionados sobre a intenção de permanecer na região ou em Chapecó, a Tabela 11 apresenta os resultados da pesquisa.

Tabela 11 – Intenções dos estudantes de permanecer em Chapecó após a graduação

Respostas	Nº de Alunos	%
Sim, se conseguir encontrar emprego	104	23
Sim, sou daqui e não pretendo mudar de região	51	11
Sim, já constitui família nesta região	24	5
Sim, pretendo continuar a formação na instituição (UFFS)	66	14
Não, pretendo regressar à região de origem	41	9
Não, pretendo estudar/trabalhar no exterior	48	10
Irei para onde encontrar emprego	61	13
Não sabe/não respondeu	68	15
Total	463	100

Fonte: Resultados da pesquisa (2026)

Sobre a intencionalidade de permanecer em Chapecó, após o término do curso de graduação, 53% dos alunos responderam que têm interesse de permanecer no município; 13% informaram que irão para onde encontrarem emprego, e os que ainda não decidiram perfazem 15%. A capacidade de absorção destes profissionais é essencial para que sua contribuição seja efetiva, conforme apontam Casqueiro, Irffi e Silva (2020).

Em relação às características das ocupações (Tabela 12), 40% são apenas estudantes, 36,3% são trabalhadores-estudantes (com Carteira de Trabalho e Previdência Social/CTPS), 19,2% são estagiários ou trabalhadores-estudantes sem CTPS e 3,9% são autônomos ou microempreendedores (sem empregados). Uma margem menor da amostra, de 0,2%, é pertencente a empresários com empregados e de 0,4% de agricultores, Tabela 12.

Tabela 12 – Distribuição dos alunos de acordo com os cursos e ocupações

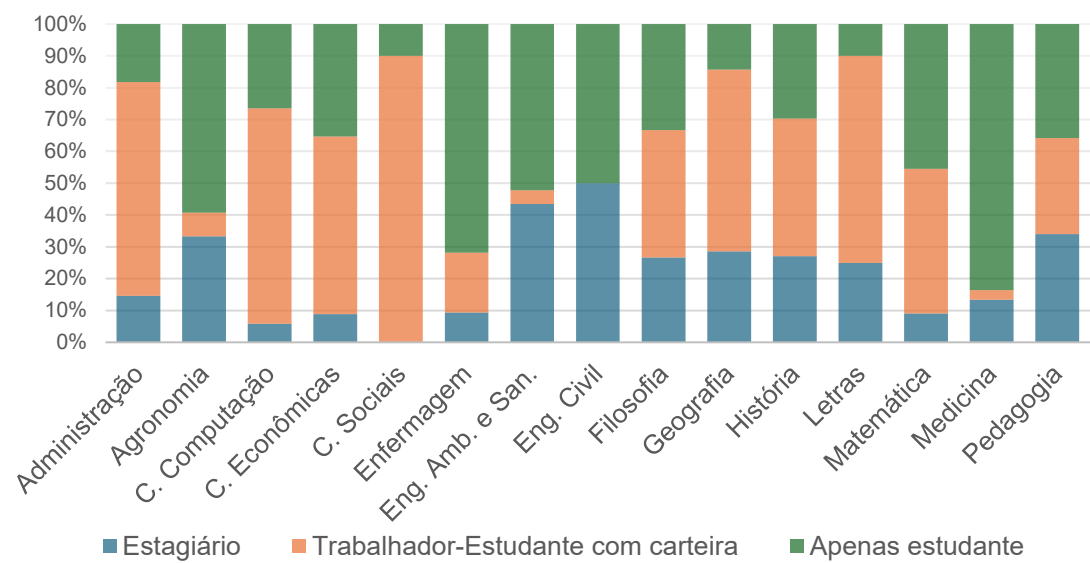
Cursos	Sexo	Estagiário	Trabalhador Estudante com CTPS	Estudante	Autônomo	Total alunos que traba- lham
Administração	Masculino	4	13	8	3	20
	Feminino	4	24	2	2	30
Agronomia	Masculino	3	2	2	1	6
	Feminino	6	0	14	1	7
C. Computação	Masculino	1	17	5	1	20
	Feminino	1	6	4	0	7
C. Econômicas	Masculino	2	8	7	6	17
	Feminino	1	11	5	0	12
C. Sociais	Masculino	0	4	0	1	5
	Feminino	0	5	1	0	5
Enfermagem	Masculino	0	4	7	0	4
	Feminino	3	2	16	0	5
Eng. Amb. e San.	Masculino	4	1	4	0	5
	Feminino	6	0	8	0	7
Eng. Civil	Masculino	0	0	1	0	0
	Feminino	1	0	0	0	1
Geografia	Masculino	3	6	2	0	9
	Feminino	3	6	1	0	9
História	Masculino	2	11	2	1	14
	Feminino	8	5	9	0	13
Letras	Masculino	4	1	0	0	5
	Feminino	1	12	2	0	13
Matemática	Masculino	1	3	3	0	4
	Feminino	0	2	2	0	2
Filosofia	Masculino	2	2	3	0	4
	Feminino	2	3	2	0	5
	Outros	0	1	0	0	1
Medicina	Masculino	4	0	26	0	4
	Feminino	4	2	30	0	6
	Outros	1	0	0	0	1
Pedagogia	Masculino	1	1	4	0	2
	Feminino	17	14	15	2	33

Outros	0	1	0	0	1
Total por ocupação	89	167	185	18	277

Fonte: Resultados da pesquisa (2026)

No Gráfico 9, é apresentada a informação das ocupações dos estudantes dentre aqueles que participaram da pesquisa.

Gráfico 9 – Percentual de estudantes, participantes da pesquisa, por tipo de ocupação e cursos



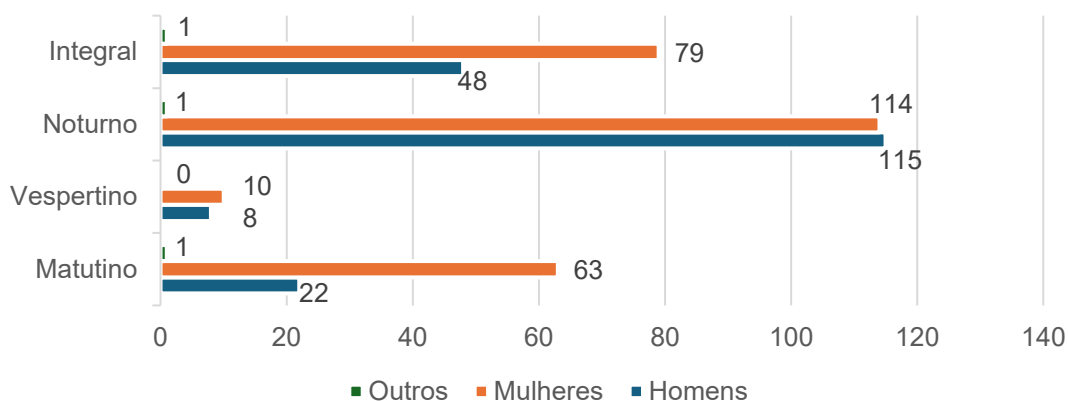
Fonte: Resultados da pesquisa (2026)

Considerando o elevado número dos estudantes que também são trabalhadores, destaca-se o que Hernandez, Krajevski e Stoffel (2024) apontaram em seu estudo: de que há uma grande probabilidade que este grupo necessite estar empregado para que consigam manter seu acesso no ensino superior público. De acordo com o estudo de Trópia e Souza (2023), observa-se que os “estudantes-trabalhadores” ingressam predominantemente nos cursos noturnos e os “não trabalhadores” se concentram em cursos de período integral.

Os dados apontam que a maior parte do grupo de apenas estudantes é de mulheres, totalizando 111 nessa ocupação. Também são elas que estão em maior

número no total de estudantes-trabalhadores, com 155 respostas, enquanto os homens representam 119 neste grupo. No Gráfico 10, é apresentada a distribuição por gênero e por turno dos estudantes.

Gráfico 10 – Distribuição por gênero e turno de estudo dos estudantes que participaram da pesquisa

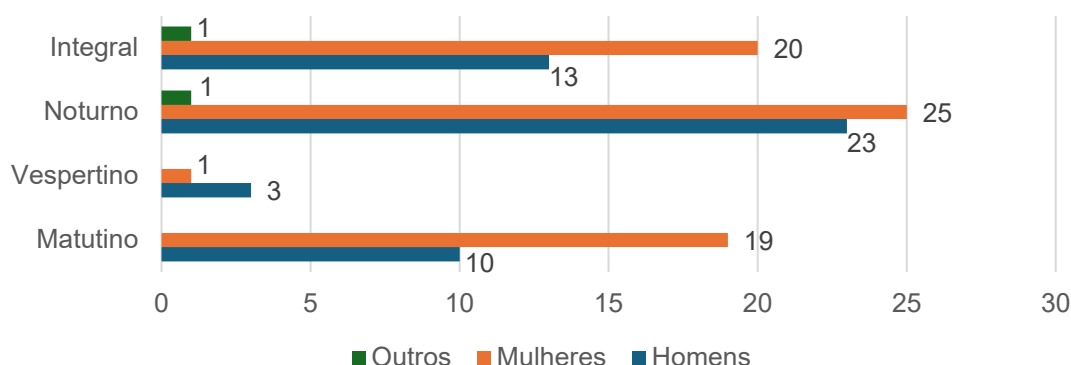


Fonte: Resultados da pesquisa (2026)

O estudo da ANDIFES (2019) apresentou a mesma situação, na qual as mulheres têm uma participação mais elevada do que os homens, indiferente do turno, com exceção do noturno. O estudo atual também vai ao encontro daquele, mostrando também que os homens estão em maior número que as mulheres no período noturno.

A maior diferença fica no período matutino (Gráfico 10), no qual as estudantes são 13,64% contra 4,76% de homens, sendo que os demais períodos são: vespertino (homens 1,73% e mulheres 2,16%); noturno (homens 24,89% e mulheres 24,68%); e integral (homens 10,39% e mulheres 17,10%). Verificou-se que – em relação aos auxílios estudantis – as mulheres têm uma maior participação entre os beneficiários também, quando comparadas aos homens. Dados mais detalhados estão no Gráfico 11.

Gráfico 11 – Estudantes do Câmpus Chapecó que recebem auxílios, por período e gênero



Fonte: Resultados da pesquisa (2026)

Do conjunto de 463 estudantes na pesquisa aqui realizada, há 116 (25,05% dos participantes) que recebem benefícios. Desses 116, 49 alunos estão matriculados nos cursos noturnos (42,24%) e 34 nos cursos integrais (29,31%) e os demais estão distribuídos pelos turnos matutino e vespertino.

Uma possível explicação para o elevado número de estudantes sem auxílios pode se dar devido ao maior percentual de estudantes serem novos, porque realizaram a primeira matrícula na UFFS no primeiro semestre de 2026, ou seja, 139 alunos no total (30% da amostra total). Em diálogo com a pesquisa aqui realizada, observamos que a V Pesquisa de Perfil apresentou 30% dos alunos respondentes fizeram uso de auxílios, 4,95% acima do percentual encontrado neste estudo (ANDIFES, 2019).

Sobre o rendimento líquido declarado pelos estudantes, os valores estão informados na Tabela 13.

Tabela 13 – Rendimento líquido declarado pelos alunos do Campus Chapecó

Faixa de rendimento líquido mensal	Percentual (%)
Até 1 salário-mínimo	21,5
Acima de 1 até 2 salários-mínimos	23,5
Acima de 2 até 3 salários-mínimos	15,2
Acima de 3 até 4 salários-mínimos	13,5
Acima de 4 até 5 salários-mínimos	11,3
Acima de 5 salários-mínimos	15
Total	100

Fonte: Resultados da pesquisa (2026)

Na identificação dos gastos dos estudantes, foram considerados os itens: aluguel ou financiamento imobiliário, educação dos filhos, alimentação (supermercado e comer fora de casa), saúde, lazer, bens pessoais, equipamentos de informática e internet, mensalidades e taxas, outras despesas, deslocamento da residência até a UFFS e deslocamento para a residência familiar. Esses itens estavam divididos em faixas de valores nas quais os estudantes se identificavam. Na Tabela 14, são detalhados os gastos que os estudantes informaram.

Tabela 14 – Valor por tipos de gastos dos estudantes que participaram da pesquisa em 2026

Tipos de gastos	Gasto médio anual dos alunos que mudaram de região para estudar na UFFS (R\$)	Gasto médio anual dos alunos que não residem em Chapecó, mas que não mudaram de região (R\$)
Aluguel ou financiamento imobiliário	2.854.500,00	1.483.500,00
Educação dos filhos	229.500,00	360.000,00
Supermercados	1.720.500,00	2.395.500,00
Alimentação que não seja feita em casa	693.000,00	865.500,00
Saúde (gastos em consultas, exames, hospitais, medicamentos, etc.)	502.500,00	945.000,00
Lazer (filmes, bares, discotecas, saídas noturnas)	514.500,00	706.500,00
Bens pessoais (roupas, artigos de higiene)	738.000,00	913.500,00
Equipamentos de informática e internet	484.500,00	691.500,00
Mensalidades, taxas de matrículas, outras taxas	345.000,00	588.000,00
Outras despesas	861.000,00	1.356.000,00
Deslocamento residência UFFS	657.000,00	991.500,00
Deslocamento residência familiar	1.314.000,00	877.500,00

Fonte: Resultados da pesquisa (2026)

Entre os gastos anuais dos estudantes que mudaram de região para poder estudar no Campus Chapecó, o maior é com aluguel ou financiamento imobiliário. Essa informação difere da obtida pelo estudo de Stoffel et al. (2016) devido à natureza do

mercado imobiliário chapecoense que – segundo Fujita e Matiello (2013) – teve um grande crescimento, pois o número de liberações de habite-se quase dobrou entre os anos de 2010 e 2011, na sua maioria na região próxima da UFFS, buscando assim absorver a nova demanda. O segundo maior gasto do grupo que informou ter mudado para estudar na UFFS é realizado em supermercados; em terceiro, no deslocamento da residência familiar.

Quanto aos gastos dos estudantes que não se mudaram, constatamos em primeiro lugar supermercados, seguido por aluguel ou financiamento imobiliário e por outras despesas. Interessante apontar que o grupo de alunos que não mudou de região se alimenta mais fora de casa do que aqueles que se mudaram. Neste caso, os resultados se alinham ao que aponta Chiarello (2015) sobre o aumento nas atividades econômicas de atividades de lazer com restaurantes e bares, entre outros serviços em resposta à presença dos alunos de outras localidades.

A partir das respostas individuais dos questionários, foram utilizadas médias entre os valores-referência (ver Tabela 3), as quais foram multiplicadas pelo número de respostas para chegarmos aos totais de cada tipo de gastos dos estudantes participantes da pesquisa. Na Tabela 15 são apresentados os gastos médios mensais e anuais por estudante que participou da pesquisa.

Tabela 15 – Gastos dos estudantes da UFFS Campus Chapecó que participaram da pesquisa em 2026

Tipos de Estudantes	Gastos mensais por estudante (R\$)	Gastos anuais por estudante (R\$)	Nº Respondentes	Projeção Nº Total estudantes
Mudaram de região para estudar na UFFS Chapecó	3.853,00	46.236,00	236	1.380
Não residem em Chapecó, mas não mudaram de região.	4.469,00	53.628,00	227	1.326

Fonte: Resultados da pesquisa (2026)

A partir dos valores calculados para os estudantes, separados entre quem se mudou para estudar na UFFS e aqueles que não se mudaram, apesar de ambos os grupos apresentam tamanhos bastante semelhantes, constatou-se que o grupo que

não se mudou tem gastos maiores. A diferença nos valores pode estar relacionada ao fato de que o segundo grupo tende a ser ou formado por profissionais que já estão inseridos no mercado de trabalho, ou que possuem maiores rendas. Enquanto o primeiro grupo é constituído pelos estudantes de menor nível de renda, ou mesmo aqueles que recebem auxílios.

Com os valores presentes na Tabela 15, foi possível utilizar a equação 3 (seção metodologia), para chegar ao valor da variável GE. Porém devido a não participação de todos os discentes na pesquisa houve a necessidade de estimar os valores para o número total de estudantes. Dessa maneira, foi identificado o percentual de alunos que responderam à pesquisa e qual seria a correspondência deste percentual com o número total de estudantes em cada um dos dois grupos. A estimativa resultou em 1.380 (que se mudaram) e 1.326 (que não se mudaram). Na Tabela 16 estes dados podem ser visualizados.

Tabela 16 – Projeção dos valores e dos números de estudantes da pesquisa

Tipos	Gastos Mensais estimados (R\$)	Despesa Anual estimada (R\$)	Estudantes Res-pondentes	Projeção para o Nº Total
Estudantes que mudaram para trabalhar na UFFS	5.318.257,80	63.819.093,60	236	1380
Estudantes que não mudaram para trabalhar na UFFS e não residem em Chapecó	5.926.106,16	71.113.273,92	227	1326

Fonte: Resultados da pesquisa (2026)

Os gastos totais anuais, advindos da equação 4 (seção metodologia), somaram R\$ 134.932.474,13 considerando a estimativa do total de 2706 discentes ativos na graduação no Campus Chapecó. Esse sendo o maior valor entre os grupos da comunidade acadêmica, isso se deve a quantidade de membros desse grupo ao se comparar com os dos docentes e dos TAEs.

4.4 GASTOS DO CAMPUS CHAPECÓ

Os gastos totais do Campus Chapecó foram obtidos – inicialmente – a partir da página “Transparência e Prestação de Contas” da UFFS, e as informações faltantes foram solicitadas aos setores da Reitoria mediante o uso do Serviço de Informação ao

Cidadão (SIC). As informações utilizadas neste estudo são de 2024, cujos valores estão apresentados na Tabela 17.

Tabela 17 - Tipos de Despesas do Campus em 2024

Tipos de Despesas	2024 (R\$)
Empenhos	352.176,00
Bolsas de estudantes (dados até 22/09/24)	414.385,00
Obras (infraestrutura)	3.225.147,98
Contratos	944.662,28
Remunerações dos servidores (professores e técnicos)	64.494.565,47
Auxílio Financeiro a Estudantes (dados até 22/09/24)	2.292.516,15
Outros Auxílios (dados até 22/09/24)	7.631.552,86
Soma	79.355.005,74

Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da Transparência e Prestação de Contas da UFFS e o Serviço de Informação ao Cidadão (2026).

Os dados analisados estão ligados aos gastos necessários para que o Campus Chapecó funcione no seu dia a dia, como os valores das remunerações dos servidores, assistências, pagamentos aos serviços terceirizados, bens materiais, permanentes, mobiliários e material de expediente, pagamentos de serviços como internet, energia, telefonia, transportes, manutenção de veículos. Adicionalmente, o custeio de espaços do campus como os laboratórios, restaurante universitário, cantina, áreas experimentais e demais estruturas³².

A existência da universidade em um determinado lugar já influencia – por si só – o desenvolvimento regional como defendido por Yusuf e Nabeshima (2007). Uma vez que a remuneração dos servidores é o primeiro recurso que é injetado na economia. No caso do Campus Chapecó, os montantes referentes ao ano de 2024 corresponderam aos valores informados na Tabela 18.

³² Cabe reforçar o fato de que, em três grupos de gastos, as informações obtidas são apenas até o mês de setembro, o que significa que o valor gasto no ano tende a ser maior.

Tabela 18 – Gastos do Campus Chapecó de 2024 com e sem a remuneração dos servidores técnicos e docentes

Ano	Total Anual com remuneração (R\$)	Total Anual sem Remuneração	Média dos gastos mensais sem remuneração (R\$)
2024	79.355.005,74	14.860.440,27	1.238.370,02

Fonte: SIC 2026, Portal da Transparência 2026.

Nas seções 4.2 e 4.3, foram apresentados gastos dos docentes e técnicos-administrativos em educação apurados na pesquisa de campo, valores posteriormente foram estimados para a totalidade de servidores do Campus Chapecó. Dessa maneira, optou-se por desconsiderar os gastos com remunerações informadas pela UFFS (Tabela 18), pagas para esses servidores, evitando assim a dupla contabilização dos salários, procedimento compatível ao adotado nos estudos de Fernandes (2009) e Elliot, Levin e Meisel (1988).

Os dados advindos da UFFS, mediante SIC – apresentados na Tabela 17 – totalizam gastos do Campus Chapecó em R\$ 79.355.005,74, sendo esse a soma total com remuneração. Com a retirada dos valores remuneratórios (R\$ 64.494.565,47), os gastos do Campus Chapecó perfazem R\$ 14.860.440,27, distribuídos conforme informado no Gráfico 12.

Gráfico 12 – Valores dos Gastos do Campus, em 2024, sem remunerações dos servidores.



Fonte: SIC 2026, Portal da Transparência 2026.

É perceptível que o maior gasto é o relativo à remuneração conforme discutido por Niquito, Ribeiro e Portugal (2018). As outras despesas foram auxílios diversos como – por exemplo – viagens, e as obras realizadas, bolsas e contratos. Tal injeção de recursos federais podem ser um grande atrativo para novos investimentos em Chapecó, ideia corroborada pelo trabalho de Casqueiro, Irffi e Silva (2020).

4.5 IMPACTOS DIRETOS DO CAMPUS CHAPECÓ DA UFFS

Conforme os estudos de Fernandes (2009) e de Stoffel et al. (2026), o impacto de curto prazo causado pela presença da universidade pode ser apurado usando os resultados já apresentados. Então, utilizando-se da metodologia proposta na Tabela 19, é apresentada uma síntese dos gastos totais estimados para estudantes, docentes e TAEs, além dos gastos que o Campus Chapecó realizou no ano de 2024.

Tabela 19 – Total de gastos anuais na UFFS Campus Chapecó

Tipos de gastos	Valores totais (R\$)
(1) Gasto anual dos estudantes	134.932.474,13
(2) Gasto anual dos docentes	28.258.416,67
(3) Gasto anual dos TAEs	6.701.208,33
(4) Gasto anual da instituição	14.860.440,27
Total de gastos anuais do Campus Chapecó	184.752.539,40
Total de gastos anuais com multiplicador 1.7	314.079.316,98

Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa (2026)

A partir dos valores apurados e a utilização da equação 1 (na seção de metodologia), constatou-se que o Campus foi responsável por um total de gastos anuais de R\$ 184.752.539,40, obtidos a partir dos resultados identificados e da equação 1. Esse valor ao ser utilizado o multiplicador 1,7, utilizados tanto por Fernandes (2009) quanto por Stoffel et al. (2026), alcança R\$ 314.079.316,98 anuais ou R\$ 26.173.276,42 mensais. Esse valor anual corresponde a 1,78% do PIB do município

de Chapecó, estimado em R\$ 17.619.284.688,90³³, valor condizente com o PIB municipal presente no Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra), na tabela 20.

Tabela 20 – Produto Interno Bruto Brasileiro e de Chapecó a preços correntes (em Mil R\$) no ano de 2023^{34 35 36}

Local	Valor (em Mil R\$)
Brasil	10.943.345.439
Chapecó (SC)	17.619.284

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra) (IBGE, 2023)

Tal valor apenas existe devido à presença do Campus Chapecó, ignorando os valores referentes à Reitoria – provavelmente – ultrapassariam em muito esse percentual de 1,78% perante os valores do PIB municipal. Esse resultado aponta que a expansão do ensino superior público, mediante a interiorização da UFFS, teve uma contribuição significativa para a economia de Chapecó, corroborando o que dizem Niquito, Ribeiro e Portugal (2018).

O efeito-gasto, tratado por Barbosa, Petterini e Ferreira (2015), reafirma esse resultado, uma vez que os gastos da universidade com despesas, salários, serviços locais retroalimentam a economia, promovendo dinamismo em setores como o comercial, de construção e serviços, tal estímulo na economia é reconhecido também por Chiarello (2015). Mas Casqueiro, Irffi e Silva (2020), advertem que o município deve se adequar às novas condições para poder absorver os benefícios trazidos pelas

³³ Valor referente aos dados do panorama do município de Chapecó no IBGE, utilizando dados da população no último censo de 2022 de R\$ 254.785 pessoas multiplicadas pelo PIB per capita de 2023 equivalente a R\$ 69.153,54.

³⁴ Os dados de 2022 e 2023 estarão sujeitos a revisão na próxima publicação dos dados pela IBGE, o que pode alterar os valores.

³⁵ Para os anos de 2022 e 2023 foram divulgados apenas o Produto Interno Bruto e o Produto Interno Bruto per capita, conforme a nota técnica 02/2024 do Sistema de Contas Nacionais, que pode ser acessada em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102094.pdf>.

³⁶ Os dados da série retropolada (de 2002 a 2009) também têm como referência o ano de 2010, seguindo a nova referência das Contas Nacionais.

universidades. Esses autores apontam que uma região pode necessitar um certo tempo de maturação para aproveitar os efeitos advindos dessa instituição.

Tal impacto pode ser sentido com menos intensidade que o do estudo de Stoffel et al. (2026), devido ao porte dos municípios, suas estruturas e desenvolvimento econômico, pois –como afirma Baumgartner (2015) – a diversificação econômica e cultural faz com que os valores diretos e indiretos de uma universidade sejam diluídos. Esse ponto é corroborado por Niquito, Ribeiro e Portugal (2018), que argumentam que os impactos da criação de novos campi de universidades federais são mais expressivos em municípios de menor porte, e reforçado por Vinhais (2013), ao relatar que locais menores economicamente, ao receberem um campus ou universidade, apresentam impactos econômicos maiores. Para um município do porte de Chapecó, chegarmos a um impacto direto de 1,78% é um valor relevante e principalmente se considerado o fato de que estes recursos poderiam estar sendo alocados em outro local se não fosse no município em questão.

5 SEÇÃO PROPOSITIVA (PTT)

A proposta de intervenção deste trabalho se desdobra do objetivo específico de criar e disponibilizar um material educativo, em formato de panfleto-guia, dividido em duas partes: uma que é referente à divulgação e outra com as dúvidas mais frequentes. A divulgação é composta pelos impactos econômicos potenciais que o campus de Chapecó pode desempenhar na economia da cidade de Chapecó. A parte didática é composta pelas perguntas mais frequentes envolvendo a participação em licitações, identificadas junto ao setor de licitações da UFFS para – assim – estimular a participação de empresas locais nos processos licitatórios.

O Produto Técnico-Tecnológico (PTT)³⁷ foi estruturado de duas partes. Uma envolvendo divulgação, sendo ela a primeira, advinda dos dados adquiridos no estudo teórico da dissertação. A outra, didática, desenvolvida com base dos relatos dos servidores da Superintendência de Compras e Licitações (SUCL), da Divisão de Compras e Licitações Fase Externa (DCLE) e do Departamento de Licitações (DLIC).

Esses relatos evidenciaram as dificuldades recorrentes enfrentadas pelos participantes nas licitações da Instituição, além do diagnóstico da baixa participação de empresas locais/regionais. Devido à natureza do estudo e as declarações dos servidores, advindas das experiências nos processos licitatórios e no relacionamento com fornecedores, considerando a posição estratégica dos setores, concluiu-se que a criação de um panfleto-guia seria o melhor meio para a aplicação prática do estudo desenvolvido.

Com base nisso, percebe-se que a elaboração de um material didático, no formato de panfleto-guia informativo/educativo, pode contribuir para a facilitação da participação dos licitantes nos processos licitatórios. Isso se dá, principalmente, pela utilização de uma linguagem mais acessível, pela sistematização das dúvidas mais frequentes (a qual serve como um ponto de partida para os leitores) e servindo de um ponto inicial para chegar a outras informações e treinamentos o que torna o processo para participar mais claro, eficiente e transparente para os potenciais interessados.

³⁷ Ambos o relatório do PTT e o panfleto e sua versão para distribuição digital estão nos apêndices C, D e E, respectivamente nas páginas 127, 149 e 151.

Além disso, o material informativo tende a incentivar a participação de MEIs e empresas locais/regionais nos certames, ampliando a competitividade; consequentemente, contribuindo para o aumento da circulação de recursos financeiros na economia local. Também visa minimizar os atendimentos que os setores de licitação da Universidade precisam realizar aos licitantes e interessados referente as perguntas frequentes tratadas no material. Como estratégia de implementação desse panfleto educativo, propõe-se a elaboração de um plano de ação que contemple a organização e atualização do material, assim como sua publicização.

Para facilitar a distribuição e utilização do material pela Instituição, foram elaboradas duas versões, do panfleto-guia: uma destinada à distribuição física e já formatada para impressão, apresentada no Apêndice D, e outra voltada à distribuição digital, apresentada no Apêndice E. Ambas possuem o mesmo conteúdo, diferenciando-se apenas na forma de organização e apresentação das informações, buscando adequar o material ao meio de distribuição que a Instituição considerar mais conveniente. Dessa forma, o PTT poderá ser disponibilizado tanto de maneira impressa quanto por meios digitais, sem alteração das informações apresentadas.

Nesse sentido, as etapas de criação e implementação do presente panfleto-guia são apresentadas a seguir: a) levantamento e consolidação das informações relevantes, a partir da identificação de pontos sensíveis nos processos licitatórios com os servidores responsáveis, análise da legislação e dos sistemas envolvidos; b) confecção da minuta do panfleto; c) revisão da minuta pelos servidores envolvidos no processo, realizando as alterações necessárias e solicitadas até chegar na versão final; d) após as aprovações necessárias, o documento final será posto à disposição dos setores envolvidos; e) Por fim, sugere-se a publicação da versão digital do material no site da Universidade, na parte correspondente aos setores de licitação, e o encaminhamento por e-mail. Caso a Instituição opte pela disponibilização física, poderá utilizar-se da versão própria para impressão desse material educativo e posterior distribuição em lugares chave da cidade e região, como a Associação Comercial, Industrial, Agronegócio e Serviços de Chapecó (ACIC), Sebrae, Sala do Empreendedor e Desenvolvimento Econômico, Federações e prefeituras tanto de Chapecó quanto das cidades da região.

Destaca-se que, para garantir a relevância do material a médio e longo prazo, é necessário que o conteúdo do panfleto-guia seja atualizado e revisto quando houver

mudanças legais e/ou sistêmicas. Embora o material seja desenvolvido para a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Chapecó, o conteúdo desse PTT possui potencial de adaptação e aplicação em outros órgãos públicos, contribuindo para a replicabilidade da iniciativa em diferentes contextos institucionais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Chapecó se caracteriza como de porte médio e atua como um importante polo regional. Sua área de abrangência extravasa os limites de Santa Catarina, alcançando municípios do norte e noroeste do Rio Grande do Sul, bem como do sudoeste do Paraná, constituindo um polo regional, conforme afirma o trabalho de Fujita e Matiello, (2013). Devido a essa expressiva influência, Chapecó é classificada, pelos critérios do IBGE, como uma Capital Regional B (2B) (Fujita e Matiello, 2013; IBGE, 2018; Dentz, 2016).

A Prefeitura de Chapecó (2016) reforça essa visão de polo regional e proclama o município como Capital do Oeste Catarinense. Esse material da Prefeitura traz informações como o alto IDHM (0,790), o município ter várias oportunidades de investimento, geração de empregos acima dos índices estadual e nacional, um local desejável para novos investimentos. De acordo com Dentz (2016), o oeste catarinense – quanto aos aspectos locacionais – é limítrofe ao sul com o estado gaúcho e ao norte com o paranaense, a oeste pelo país argentino e a leste pela região do planalto catarinense tornando o município chapecoense um ponto estratégico “Para a integração econômica e a circulação entre essas regiões.”

Conforme o perfil socioeconômico elaborado pela prefeitura chapecoense (2016), a economia é formada pelo setor agropecuário, da agroindústria, metal mecânico, plástico, embalagens, transporte e biotecnologia, produção de móveis, confecções e *software*; não obstante, os setores comerciais, de serviços e turismo. A economia chapecoense apresentou uma diversificação de na fonte de investimentos no fim dos anos 2000 e início dos 2010; a entrada de empresas internacionais e nacionais trouxe capital externo à cidade, conforme afirma Fujita e Matiello (2013). Nesse contexto, a Universidade Federal da Fronteira Sul foi instalada no município, trazendo recursos públicos federais para a economia local, com meta de instalar a Reitoria e o Campus Chapecó, e realizar a contratação de seus profissionais e demais gastos para o funcionamento da Instituição (UFFS, 2015).

Diante desse cenário, o atual trabalho buscou analisar os impactos de curto prazo da UFFS, Campus Chapecó, na economia de Chapecó (SC). Valeu-se da metodologia de Stoffel et al. (2026) e Fernandes (2009) para mensurar o impacto na

economia local da presença de estudantes, docentes, TAEs e da Instituição no município de Chapecó, mediante seus os gastos.

O resultado obtido demonstra que a presença do Campus produz impactos econômicos relevantes no município. Assim, é possível responder ao problema de pesquisa, constando-se que a presença do Campus Chapecó e de sua comunidade acadêmica impactam a economia do município, produzindo efeitos econômicos consideráveis sobre a economia local. Isso evidencia que os impactos de curto prazo da universidade são importantes e vão além das suas atividades-fim de ensino, pesquisa e extensão.

Os gastos de estudantes, docentes, TAEs e do próprio campus movimentam diversos setores da economia local, especialmente aqueles relacionados à moradia, alimentação, transporte, saúde, lazer e prestação de serviços. Tais resultados evidenciam que a universidade não exerce influência apenas por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão, mas também pela capacidade de gerar demanda econômica demanda econômica no município, produzindo impactos de curto prazo sobre a economia local.

A aplicação do multiplicador de 1,7, levou a um impacto econômico anual de R\$ 314.079.316,98 o que equivale a 1,78% do PIB chapecoense. Mesmo esse percentual seja inferior ao observado por Stoffel et al. (2026) para o Campus Laranjeiras do Sul, o resultado era esperado diante das diferenças tanto estruturais quanto na econômicas desses dois municípios. Laranjeiras do Sul está inserida numa região de menor porte e menor diversificação econômica que Chapecó, enquanto o município catarinense é uma cidade de médio porte, além de ser um polo regional. Chapecó ainda possui uma economia mais diversificada e de maior dimensão, o que diminui a força dos impactos do campus, como afirmam Baumgartner (2015) e Niquito, Ribeiro e Portugal (2018).

Para compreender a dimensão do 1,78% perante o PIB de Chapecó, alguns exemplos de impacto na economia de outras universidades perante o PIB se mostram necessários. Alguns dos encontrados no estudo desenvolvido na Espanha, em 2021, seriam: Ilhas Baleares (0,84%), Aragón (1,48%), País Vasco (1,53%), Murcia (1,75%), Galícia (1,97%), o percentual de 2.2% da própria Espanha e de Andalucía (2,96%) (Espanña, 2023).

Os resultados fortalecem a relevância das universidades como agentes promotores de desenvolvimento regional, além de suas óbvias contribuições na formação de capital humano e a produção de conhecimento. Em síntese, a utilização de um multiplicador moderado e as limitações que este estudo enfrentou – a falta de dados em alguns períodos; a diferença entre o salário como gasto da Instituição perante o valor estimado na pesquisa dos docentes e TAEs, a baixa participação da comunidade acadêmica na pesquisa; e o corte da Reitoria nesse trabalho – ainda assim, gerou um valor expressivo.

Ao final, é possível concluir que os resultados desta pesquisa evidenciam a contribuição da UFFS para o desenvolvimento econômico regional, mas não se restringem a estes dados. Apesar de a movimentação anual de recursos federais e os gastos da população acadêmica demonstrar uma grande relevância da instituição para a economia chapecoense, o potencial transformador da universidade tende a se realizar quando ela estabelece uma relação com sociedade regional, na qual ambas andam de mãos dadas, uma com a outra, uma construção coletiva como Krajevski (2018) defendeu em sua tese de doutorado. Uma relação que pode levar ambos a crescerem juntos, diminuindo as desigualdades, aumentando a capacidade do desenvolvimento regional não apenas econômico, mas também social e cultural, consolidando-se como uma universidade na região, de modo que a região consiga criar um projeto político de desenvolvimento integrando todos seus atores regionais e seus conhecimentos nesse projeto aumentando assim sua competitividade.

Seguindo a visão de Rolim e Serra (2009), é preciso evitar que os formados no ensino superior não tenham como única opção abandonar a região como alertam Casqueiro, Irffi e Silva (2020). Então uma região madura que possa absorver as vantagens da presença da universidade e uma universidade que possa não apenas atrair investimentos, mas fortalecer e potencializar o desenvolvimento da região, tanto de curto, quanto de médio e longo prazo.

Estudos futuros importantes seriam: (1) o complemento deste trabalho com os dados da Reitoria para identificar os seus impactos de curto prazo; (2) a investigação de impactos de longo prazo da presença da UFFS em Chapecó; (3) a verificação do impacto de curto prazo na economia dos municípios limítrofes e/ou próximas de Chapecó. Poder-se-ia pensar também da capacidade do Campus atrair empresas ou negócios para a região.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Mariane Rodrigues Volz de; KOCOUREK, Sheila; OLIVEIRA, Jairo Luz de; RODRIGUES, Adriano Correia. **Desenvolvimento regional e a contribuição universitária: uma análise das publicações nacionais e internacionais de 2008 a 2016**. *Interações*, Campo Grande, v. 21, n. 2, p. 305-316, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/S9R43nKKZFQWdLZ5zmFJg7P/?lang=pt>. Acesso em: 14 set. 2025.

AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. **Políticas públicas: conceitos e análise em revisão**. *Revista Agenda Política*, v. 3, n. 2, p. 12-42, jul./dez. 2015. ISSN 2318-8499. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/67>. Acesso em: 24 ago. 2025.

ALMEIDA FILHO, Naomar. **Universidade nova no Brasil**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar. *A universidade no século XXI: para uma universidade nova*. Coimbra, p. 107-259, 2008. Disponível em: https://flacso.org.br/files/2015/08/AUniversidadenoSeculoXXI_Boaventura-Naomar.pdf. Acesso em: 26 set. 2025.

ALMEIDA JÚNIOR, Vicente de Paula; TOSTA, Kelly Cristina Benetti Tonani. **Universidade pública, democrática e popular: os desafios da implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul**. *Revista GUAL*, Florianópolis, ed. especial, p. 25-36, 2011. ISSN 1983-4535. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2011v4nespp25/21953>. Acesso em: 23 ago. 2025.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES – 2018**. Brasília, DF: Andifes, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/07/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2026.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BARBOSA, Marcelo Ponte; PETTERINI, Francis Carlo; FERREIRA, Roberto Tatiwa. **Avaliação do impacto da política de expansão das universidades federais sobre as economias municipais**. In: XLIII Encontro Nacional de Economia, 2015, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: ANPEC, 2015. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2015/submissao/files_l/i12-6599011d2e3082ef34b038002f88e41c.pdf. Acesso em: 10 jun. 2026.

BARRETO, Arnaldo Lyrio; FILGUEIRAS, Carlos A. L. **Origens da universidade brasileira**. *Química Nova*, v. 30, n. 7, p. 1780–1790, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-40422007000700050>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/qn/a/rzxmW6ggvDDvXJYLBfkg38m/?lang=pt>. Acesso em: 26 set. 2025.

BAUER, Caroline Silveira. **Como se termina uma ditadura? A transição política da ditadura civil-militar de 1964 e a construção da “Nova República”**. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 45, n. 98, e-286301, jan./abr. 2025. DOI:

<https://doi.org/10.1590/1806-93472025v45n98-05>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/pJmC9CqhQMcVmnhTtybtRGv/?format=html&lang=pt>. Acesso em 17 ago. 2025.

BAUMGARTNER, Wendel Henrique. **Cidades universitárias, cidades médias, cidades pequenas: análises sobre o processo de instalação de novos campi universitários**. Espaço Aberto, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 83-102, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5522534.pdf>. Acesso em: 27 maio 2026.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. Cortez editora, 2017.

BONETI, Célio Wessler; CECCATO, Clotilde Maria Ternes; FLAUSINO, Elizabete Simão; CARMINATI, Luciane Maria; MELO, Pedro Antônio de; LUZ, Sérgio Roberto Pinto da; SOLDI, Valdir (Coord.); PERIN, Zeferino. **Projeto da Universidade Federal da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul (UFMM)**. Florianópolis: Grupo de Trabalho constituído pela Portaria nº 356/GR/2006, nov. 2006. Disponível em: <https://acervo.uffs.edu.br/index.php/projeto-da-universidade-federal-da-mesorregiao-112006>. Acesso em: 26 set. 2025.

BORGES, Maria Creusa de Araújo. **Do direito à educação nos documentos internacionais de proteção dos direitos humanos: o caso da educação superior**. 2009. 98 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Jurídicas, João Pessoa, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4369/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 10 nov, 2024.

BORRALHO, Carlos; FÉRIA, Isidro; LOPES, Sandra; SAÚDE, Sandra. **Os impactos Socioeconômicos do Ensino Superior: Um retrato a partir de estudos de caso de Portugal e Espanha**. Lisboa: Edições Sílabo, 2014.

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. A história dos estudantes “excedentes” nos anos 1960: a superlotação das universidades e um “torvelinho de situações improvisadas”. Educar em Revista, Curitiba, v. 30, n. 51, p. 123–144, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/35827>. Acesso em: 9 ago. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950**. Dispõe sobre o sistema federal de ensino superior. Rio de Janeiro, 04 dez. 1950. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1254-4-dezembro-1950-362540-norma-atualizada-pl.html>. Acesso em: 01 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 1.523, de 26 de dezembro de 1951**. Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 142.000.000,00, para atender no corrente exercício, a manutenção de estabelecimentos de ensino federalizados e integrantes do sistema federal de ensino superior de que trata a Lei n. 1254, de 04 de dezembro de 1950. Rio de Janeiro, 28 dez. 1951. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1523-26-dezembro-1951-362035-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 02 jan. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6047.htm. Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979**. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-Lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 3 maio 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6634.htm. Acesso em: 26 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, 9 jan. 2001. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em: 26 set. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 12.038, de 29 de maio de 2024**. Institui a Política Nacional de Fronteiras e o seu Comitê Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, p. 1, 3 jun. 2024. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2024/decreto-12038-29-maio-2024-795706-publicacaooriginal-171935-pe.html>. Acesso em: 23 ago. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **IBGE inclui recortes territoriais mesorregião e microrregião nos dados do Censo Agro 2017**. Agência de Notícias, ed. IBGE, 18 ago. 2020. Atualizado em 20 ago. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28635-ibge-inclui-recortes-territoriais-mesorregiao-e-microrregiao-nos-dados-do-censo-agro-2017>. Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Rio de Janeiro, 1850. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03///LEIS/L0601-1850.htm. Acesso em: 31 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.029, de 15 de setembro de 2009**. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 set. 2009a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12029.htm. Acesso em: 2 mai. 2025.

BRASIL. Secretaria de Programas Regionais. **Faixa de Fronteira: Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF)**. 2009b. Disponível em: <https://catalogo.ipea.gov.br/politica/473/programa-de-desenvolvimento-da-faixa-de-fronteiro-pdff>. Acesso em: 08 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lula destaca política de interiorização do ensino superior e profissional**. Ministério da Educação, Brasília, 29 nov. 2010. Disponível em: <https://reuni.mec.gov.br/noticias/37-noticia-destaque/684-lula-destaca-politica-de-interiorizacao-do-ensino-superior-e-profissional>. Acesso em: 10 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012 sobre a análise da expansão das universidades federais: 2003 a 2012**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2012. Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1361475592UFMT_-_Maria_Lucia_Neder_-_Relatorio_REUNI.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **O plano de Desenvolvimento da Educação: razões princípios e programas**. 2007. Brasília: Ministério da Educação, Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024.

BRASIL. **Portaria n.º 954, de 24 de novembro de 2010**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n.º 225, Seção1, p. 28-30, 25 nov. 2010. Disponível em: http://antigo.sudam.gov.br/conteudo/menus/retratil/fda/arquivos/portaria_mi_954_pndr.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Portaria nº 2.507, de 5 de outubro de 2021**. Estabelece o conceito de cidades gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 190, p. 29, 6 out. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/programa-fronteira-integrada-pfi/cidades-gemeas/portaria-no-2-507-de-5-de-outubro-de-2021.pdf/view>. Acesso em: 31 ago. 2025.

BRASIL. **Universidade Federal da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul (UFMM): Projeto elaborado pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 356/GR/2006**. Florianópolis, SC: UFFS, novembro 2006. Disponível em: https://acervo.uffs.edu.br/uploads/r/universidade-federal-da-fronteira-sul-3/b/e/9/be964ce2c9a13ad1b85638fa8d2fd5f8f0ab9826b6a027c0cea9196502ebfe27/Projeto_da_Universidade_Federal_da_Mesorregi_o_-_112006.pdf. Acesso em: 23 ago. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **IBGE divulga a relação dos municípios na faixa de fronteira**. Agência de Notícias IBGE, 19 nov. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24071-ibge-divulga-a-relacao-dos-municipios-na-faixa-de-fronteira>. Acesso em: 3 jul. 2025.

BRASIL. Senado Federal. Rádio Senado. História da República no Brasil: República Nova. Brasília, DF, 21 set. 2018. Atualizado em: 6 jun. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2018/09/21/terceiro-periodo-republicano-no-brasil-republica-nova>. Acesso em: 11 ago. 2026.

BRITO, Rosa Mendonça de. **Da escola universitária livre de Manáos à Universidade Federal do Amazonas: 95 anos construindo conhecimentos**. Manaus: EDUA, 2004.

BRÜNE, Sabrina; BIDARRA, Zelimar Soares. **Instituições de ensino superior e desenvolvimento: impactos econômicos de curto prazo de universidades federais do oeste paranaense**. *RBPG – Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, v. 12, n. 28, p. 537-560, ago. 2015. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/780/pdf>. Acesso em: 14 set. 2025.

CAMARGO, Arlete Maria Monte de; ARAÚJO, Israel Martins. **Expansão e interiorização das universidades federais no período de 2003 a 2014: perspectivas governamentais em debate**. *Acta Scientiarum. Education*, Maringá, v. 40, n. 1, e37659, 2018. DOI: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v40i1.37659>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3033/303357588004/html/>. Acesso em: 01 jan. 2026.

CASQUEIRO, Mayara Lima; IRFFI, Guilherme; SILVA, Cristiano da Costa da. **A expansão das universidades federais e os seus efeitos de curto prazo sobre os indicadores municipais.** *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 25, n. 1, p. 155-177, mar. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772020000100009>. Acesso em: 06 ago. 2025.

CHIARELLO, Ilze Salete. **A universidade e seu papel no desenvolvimento regional: contribuições do PROESDE.** *Revista Extensão em Foco*, Caçador, v. 3, n. 1, p. 240-257, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/extensao/article/view/795/365>. Acesso em: 14 set. 2025.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica: o ensino superior na República populista.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S/A. 1983.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil.** 2ª. Ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

CUNHA, Luiz Antônio. **Ensino superior e universidade no Brasil.** In: 500 Anos de Educação no Brasil - 3ª Ed. 2007. São Paulo: Autêntica, 2007. Disponível em: <https://www2.fag.edu.br/professores/solange/PESQUISA%20EM%20EDUCA-CAO/BIBLIOGRAFIA/CUNHA,%20Luiz%20Ant%C3%B4nio.%20Ensino%20superior%20e%20universidade%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em 17 ago 2025.

DE BASTIANI, Sherlon Cristina; TREVISOL, Joviles Vítório; PEGORARO, Ludimar. A educação superior em Santa Catarina: um século de história (1917–2017). *EccoS – Revista Científica*, São Paulo, n. 47, p. 375–395, set./dez. 2018. DOI: 10.5585/EccoS.n47.7974. Acesso em: 11 ago. 2026.

DENTZ, Eduardo von. **Territórios urbanos: a interface socioeconômica nas cidades de Chapecó, Erechim e Passo Fundo.** *Boletim de Geografia*, Maringá, v. 34, n. 1, p. 189-203, 2016. DOI: 10.4025/bolgeogr.v34i1.25157. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/25157>. Acesso em: 18 maio 2026.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **Ensino Superior no Brasil e desenvolvimento.** In: *Revista Interesse Nacional*. Ano 3. Edição 10. Julho a Setembro de 2010. Disponível em: <https://interessenacional.com.br/ensino-superior-no-brasil-e-desenvolvimento/>. Acesso em: 15 ago. 2025.

ELLIOT, D.; LEVIN, S.; MEISEL, J. Measuring the economic impact of institutions of higher education. **Research in Higher Education**, Jacksonville, v. 28, n. 1, p. 17-33, 1988. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40195845>. Acesso em: 15 nov. 2024.

ESPAÑA. Ministerio de Universidades. **Estudio de impacto económico de las universidades públicas españolas: análisis territorializado para el año 2021.** Madrid: Ministerio de Universidades, 2023. Disponível em: <https://www.lamoncloa.gob.es/serviciosdeprensa/notasprensa/universidades/Documents/2023/120623-estudio-impacto-economico-universidades.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2026.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Teorias de política pública: panorama e elementos para uma agenda de pesquisa.** *Revista @mbienteeducação*, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 631-665, set./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.26843/v14.n3.2021.1103>. Disponível em: <https://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/1103>. Acesso em: 17 set. 2025.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968.** *Educar em Revista*, Curitiba, n. 28, p. 17–36, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/yCrw-PPNGGSBxWJCmLSPfp8r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 jan. 2026.

FERNANDES, Joana. **O impacto económico das Instituições de Ensino Superior no Desenvolvimento Regional: o caso do Instituto Politécnico de Bragança.** 2009. 336f. Tese (Doutorado em Engenharia Económica). Universidade do Minho. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/10535>. Acesso em: 24 nov. 2024.

FIGUEIREDO, Erika Suruagy Assis de. **Reforma do Ensino Superior no Brasil: um olhar a partir da história.** In: *Revista da UFG - Tema Ensino Superior*. Órgão de divulgação da Universidade Federal de Goiás - Ano VII, No. 2, dezembro de 2005. Disponível em: http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/45anos/C-reforma.html. Acesso em 17 ago 2025.

FUJITA, Camila; MATIELLO, Vania Zoletto. **Chapecó: estrutura e dinâmica de uma cidade média no oeste catarinense.** *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 256-287, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/6918/5032>. Acesso em: 18 maio 2026.

GARRIDO-YSERTE, Rubén; GALLO-RIVERA, Maria Teresa. **The impact of the university upon local economy: three methods to estimate demand-side effects.** *The Annals of Regional Science*, Berlin, v. 44, n. 1, p. 39-67, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/226242302_The_impact_of_the_university_upon_local_economy_Three_methods_to_estimate_demand-side_effects. Acesso em: 26 set. 2025.

GASPAR, Ricardo Carlos. **A trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos.** *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 265-296, maio 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3312>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/rbnKdf7jR6gT3mLbcQmNgKG/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 18 set. 2025.

GERMANO, José Wellington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985).** 5 ed. Cortez. São Paulo, 2011.

GODDARD, John.; KEMPTON, Louise. **Connecting universities to regional growth: a practical guide.** Brussels: European Commission, 2011. Disponível em: https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/brochure/universities2011/universities2011_en.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.

GOMES, Alfredo Macedo; MORAES, Karine Numes de. **Educação superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa.** *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 118, p. 171-190, mar. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302012000100011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/hjzmmcXqsPRDNQK3wXvsrQv/?lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2018.

HERNANDEZ, Marisela Garcia; KRAJEVSKI Luis Claudio e STOFFEL, Janete; A Crise da Universidade Pública Brasileira. In: LOSS, Adriana S; GALLERT, Claudia; GÓES, Eliane P. de (org.). **Conscientizar, incluir e humanizar no ensino superior: comemoração ao centenário de Paulo Freire.** 2013. p.113. Artigo A CRISE

DA UNIVERSIDADE PÚBLICA. Disponível em: https://campomourao.unespar.edu.br/editora/obras-digitais/conscientizar_incluir_e_humanizar_no_ensino_superior. Acesso em: 30 set. 2024

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA: Tabela 5938 – Produto interno bruto a preços correntes, impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes e valor adicionado bruto a preços correntes total e por atividade econômica, e respectivas participações – Referência 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938#resultado>. Acesso em: 29 ago. 2026.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5137>. Acesso em: 25 ago. 2025.

KRAJEVSKI, Luis Claudio. **A importância da UFFS/Campus Laranjeiras do Sul (PR) e o desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu**. 2018. 434 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Regional de Blumenau, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Blumenau, 2018. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/3722/1/KRAJEVSK.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2026.

LIMA, Eleuza Ferreira. **A contribuição do Ensino Superior ofertado pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul no Desenvolvimento Regional do Estado no período de 1996 – 2007**. 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/54512>. Acesso em: 20 ago. 2025.

LIMA DA SILVA da Silva, Marlon & TOURINHO, Helena Lúcia. (2016). **Território, territorialidade e fronteira: o problema dos limites municipais e seus desdobramentos em Belém/PA**. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana. 9. 10.1590/2175-3369.009.001.AO09. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/309475352_Territorio_territorialidade_e_fronteira_o_problema_dos_limites_municipais_e_seus_desdobramentos_em_BelemPA. Acesso em 10 jun. 2025.

LIPSKY, Michael. **Burocracia de nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos**. Tradução de Arthur Moura da Silva. 2. ed. rev. São Paulo: Editora Unesp, 2019. Disponível em https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4158/1/Burocracia%20de%20n%C3%ADvel%20de%20rua_Michael%20Lipsky.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

MACHADO, Lia Osório. Estado, territorialidade, redes: cidades-gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Continentes em chamas: globalização e território na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 246-284.

MAGALHÃES, Gildo. Ciência e técnica no Brasil durante a Monarquia (1808-89). Revista de História, São Paulo, n. 148, p. 125–156, 1. sem. 2003.

DOI:

<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i148p125-156>. Disponível em: https://revistas.usp.br/revhistoria/pt_BR/article/view/18956. Acesso em: 11 ago. 2026.

MARTINS, Carlos Benedito. **A formação de um sistema de ensino superior de massa**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 17, n. 48, fev. 2002. Resenha sobre: SAMPAIO, Helena. O ensino superior no Brasil: o setor privado. São Paulo: Fapesp/Hucitec, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/XLYBYZsMLNtfMYyfPKXrJVL/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 21 ago. 2025.

MARTINS, Carlos Benedito. O ensino superior brasileiro nos anos 90. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 41–60, 2000. DOI: 10.1590/S0102-88392000000100006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/spp/a/9mVz3rLgsChQbW9LNMnrLjD/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 25 ago. 2026

MARTINS, Paulo de Sena. **Constituinte, financiamento e direito à educação: a voz dos protagonistas**. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 39, n. 145, p. 823-845, out./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302018193871>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/M8KD5mQb76yk7fFwbfnDTns/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2025.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. **A universidade no Brasil**. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 131–152, maio/ago. 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000200008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/SjbNJRqbdCvKtgLrFskfLJ/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2025.

MODESTO, Mônica Andrade. **Estudante-trabalhador ou trabalhador-estudante? Nuances da relação entre educação e trabalho na UFS**. In: Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade, 6, 2012, São Cristóvão. Anais eletrônicos. p. 1 - 12. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10182/25/24.pdf>. Acesso em: 16 set. 2025.

MOVIMENTO PRÓ-UNIVERSIDADE PÚBLICA E POPULAR. **Apresentação Audiência Pública Universidade Federal para a Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL Comissão de Educação e Cultura Câmara dos Deputados**. 2007a. Disponível em: https://acervo.uffs.edu.br/uploads/r/universidade-federal-da-fronteira-sul-3/2/c/e/2ce1af04d0e7415097380f0b0369028914cf26cca-beefdab854eea9207438e93/Apresenta____o_Audi____ncia_P____blica_-_081107.pdf. Acesso em: 24 ago. 2025.

MOVIMENTO PRÓ-UNIVERSIDADE PÚBLICA E POPULAR. **Universidade Federal da Grande Mesorregião do Mercosul**, 2007b. Disponível em: <https://acervo.uffs.edu.br/index.php/universidade-federal-da-grande-mesorregiao-do-mercosul>. Acesso em: 24 ago. 2025.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. **A estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil**. In: SOARES, M. S. A. (Org.). A educação superior no Brasil. Porto Alegre: Unesco, 2002. p. 43-106. Disponível em: <https://flacso.redelivre.org.br/files/2013/03/1109.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; MARTINS, Carlos Benedito. **Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente**. In: ARRETCHE, Marta (org.). *Trajetórias das*

desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2014. p. 185-219. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788595462883.0011>. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/e7f74ea1-b31f-4850-9a0c-2bc588c617ba/content>. Acesso em: 20 set. 2025.

NIQUITO, Thais Waideman; RIBEIRO, Felipe Garcia; PORTUGAL, Marcelo Savino. **Impacto da criação das novas universidades federais sobre as economias locais**. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 51, p. 368-391, jul./dez. 2018. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9898/1/ppp_n51_Impacto.pdf. Acesso em: 15 nov. 2024.

OLIVEIRA, Gleidylucy. **Positivismo no Brasil: a influência do pensamento científico na política e na identidade brasileira**. *Controversias y Concurrencias Latinoamericanas*, Córdoba, n. 2-3, p. 233-248, 2010. Disponível em: <https://www.re-dalyc.org/pdf/5886/588665414013.pdf>. Acesso em: 26 set. 2025.

OLIVEIRA, João Ferreira de; DOURADO, Luiz Fernandes; VELOSO, Tereza Cristina Mertens Aguiar; SOUSA, Ana Maria Gonçalves de. **A reforma da Educação Superior e os mecanismos de parceria público-privada**. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 323-348, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9760>. Acesso em: 11 set. 2025.

OLIVEIRA, Licério de. **A UFFS e a mobilização política**. *Folha de Chapecó*, Chapecó, 05 jun. 2012. *Política e Poder*, p.8. Disponível em: https://acervo.uffs.edu.br/uploads/r/universidade-federal-da-fronteira-sul-3/a/8/1/a810c5518276b7aab-dca4a2fce8699337660fd8eb816989239c48f6b7f17ce64/A_UFFS_e_a_mobiliza____o_pol____tica.pdf. Acesso em: 23 ago. 2025.

PLANALTO. **DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 12 set. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ. **Cidade de crescimento: perfil socioeconômico de Chapecó**. Chapecó: Prefeitura Municipal de Chapecó, 2016. Disponível em: <https://web.chapeco.sc.gov.br/documentos/Documentos/Imprensa/PerfilChapeco/perfil%20socioeconomico%20chapeco%202016.pdf>. Acesso em: 18 maio 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ. **Cidade de crescimento: perfil socioeconômico de Chapecó**. Chapecó: Prefeitura Municipal de Chapecó, 2016. Disponível em: <https://web.chapeco.sc.gov.br/documentos/Documentos/Imprensa/PerfilChapeco/perfil%20socioeconomico%20chapeco%202016.pdf>. Acesso em: 18 maio 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ. **Orçamento da Prefeitura de Chapecó quase dobra em quatro anos e passa de R\$ 2,1 bilhões**. Chapecó: Prefeitura Municipal de Chapecó, 2025a. Disponível em: <https://www.chapeco.sc.gov.br/noticia/9637/orcamento-da-prefeitura-de-chapeco-quase-dobra-em-quatro-anos-e-passa-de-r%24-21-bilhoes>. Acesso em: 18 maio 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ. **Chapecó entra na lista dos cem maiores PIBs do país**. Chapecó: Prefeitura Municipal de Chapecó, 2025b. Disponível

em: <https://www.chapeco.sc.gov.br/noticia/11672/chapeco-entra-na-lista-dos-cem-maiores-pibs-do-pais>. Acesso em: 18 maio 2026.

PÜLZL, Helga; TREIB, Oliver. **Implementing public policy**. In: FISCHER, Frank; MILLER, Gerald J.; SIDNEY, Mara S. (ed.). *Handbook of public policy analysis: theory, politics, and methods*. Boca Raton: CRC Press, 2007. p. 89-107. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Oliver-Treib-2/publication/331249069_Implementing_Public_Policy/links/5c6e7ea692851c1c9df1b3dd/Implementing-Public-Policy.pdf?origin=publication_detail&__tp=eyJjb250ZXh0Ijp7ImZpcnN0UGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uliwicGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uRG93bmxcvYWQilCjwcmV2aW91c1BhZ2UiOiJwdWJsaWNhdGlvbij9fQ&__cf_chl_tk=5i5lo8KSb-nnUxxf3FbyNER9bcQKcAosq0MJMFj0Ty4E-1756050527-1.0.1.1-d. Acesso em: 24 ago. 2025.

RAMOS FILHO, Augusto Ferreira. **Impactos indiretos das instituições de educação superior para o desenvolvimento regional**. REUNA, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 59-78, 2023. Disponível em: <http://revistas.una.br/index.php/reuna/article/view/1410>. Acesso em: 11 set. 2025

RANIERI, Nina Beatriz Stocco. **Trinta anos de autonomia universitária: resultados diversos, efeitos contraditórios.** *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 39, n. 145, p. 1025-1044, out./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/es0101-73302018205173>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329116616_Trinta_anos_de_autonomia_universitaria_resultados_diversos_efeitos_contraditorios. Acesso em: 23 ago. 2025

REINERT, Dalvan José; LAFFIN, Marcos. **Relatório das atividades e resultados atingidos: Grupo de Trabalho de Criação da Universidade Federal da Fronteira Sul**. Santa Maria; Florianópolis; Brasília, mar. 2008. Disponível em: <https://acervo.ufrs.edu.br/>. Acesso em: 24 ago. 2025.

RIBEIRO, Laudelina Alves; STAMM, Cristiano. **Mesorregião Diferenciada Grande Fronteira do Mercosul: um aporte para a literatura**. Geosul, Florianópolis, v. 37, n. 82, p. 109–125, mai./ago. 2022. DOI: 10.5007/2177-5230.2022.e82682. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/82682>. Acesso em: 23 ago. 2025.

RISTOFF, Dilvo. **UFFS vai atender vocação regional**. DIÁRIO CATARINENSE. Chapecó, 22 out. 2009. Disponível em: https://acervo.uffs.edu.br/uploads/r/universidade-federal-da-fronteira-sul-3/6/7/b/67b66d0aba2887f2afc0354e45cd3232057541cc24a9e51784436341310e71c1/UFFS_vai_atender_voca____o_regional_-_entrevista_com_Dilvo_Ristoff__2_.pdf. Acesso em: 24 ago. 2025.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes; JURGENFELD, Vanessa Follmann. **O neoliberalismo no governo Itamar Franco: uma análise de sua política de privatizações.** Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, n. 60, p. 145-176, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/698/334?>. Acesso em: 30 dez. 2025.

ROLIM, Cássio; SERRA, Maurício. **Instituições de ensino superior e desenvolvimento regional: o caso da região Norte do Paraná.** Revista de Economia,

Curitiba, v. 35, n. 3, p. 87-102, set./dez. 2009. Editora UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/16710>. Acesso em: 11 set. 2025.

ROMANO, Roberto. **A universidade e o neoliberalismo**. In: Caminhos, Belo Horizonte: APUBH, nº 18, 1999.

SAMPAIO, Helena. **Setor privado de ensino superior no Brasil: crescimento, mercado e Estado entre dois séculos**. In: OLIVEIRA, M.L.B. de (Org.). O ensino superior no Brasil: credencial, méritos e coronéis. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014b. p. 103-126. Disponível em: https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed04_outubro2011/05_ARTIGO_PRINCIPAL.pdf. Acesso em: 21 ago. 2025.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990**. Documento de Trabalho n.º 8, NUPES – Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior, USP, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://sites.usp.br/nupps/wp-content/uploads/sites/762/2020/12/dt9108.pdf>. Acesso em: 24 set. 2025.

SANFELICE, José Luís. **O manifesto dos educadores (1959) à luz da história, Educação e Sociedade**, v. 28, 2007, p. 542557. <https://doi.org/10.1590/S010173302007000200013>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3SfzvWnk-dRCpTj33PskBdng/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 ago. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades**. *Poíesis Pedagógica*, Catalão, v. 8, n. 2, p. 4–17, ago./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/poesis/article/download/14035/8876/55684>. Acesso em: 02 jan. 2026.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO DE SANTA CATARINA (SEPLAN-SC). **Adensamento econômico e populacional: um olhar regional em Santa Catarina**. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 2025. Disponível em: <https://www.seplan.sc.gov.br/>. Acesso em: 18 maio 2026.

SGUISSARDI, Valdemar. **Reforma universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro**. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 96, p. 1021-1056, out. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000300016>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/PsCdVc87JdsF6KDX7LhGq6H/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2025.

SILVA, Dêis Maria Lima Cunha. **A transição para a abertura política no Brasil, sob a sujeição dos militares (1974-1985)**. [S. l.: s. n.], [202–] 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1563887156_ARQUIVO_artigo-corrigidoanpuhPE.pdf?. Acesso em: 29 set. 2025.

SILVA, Norma Lucia da; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Expansão e interiorização do ensino superior de História: a formação do campo em Goiás**. *História Revista*, Goiânia, v. 21, n. 1, p. 131-153, jan./abr. 2016. DOI: 10.5216/hr.v21i1.38128. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/35396>. Acesso em: 24 ago. 2025.

SOARES CAMPOS, Rosana. **A funcionalidade dos governos democráticos brasileiros ao ajuste neoliberal**. *OPS/S*, Goiânia, v. 20, n. 1, p. 1–11, 2020. DOI: 10.5216/o.v20i1.64195. DOI:

<https://doi.org/10.5216/o.v20i1.64195>. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/Opsis/article/view/64195/35509>. Acesso em: 30 dez. 2025.

SOUZA, José Geraldo de. **Evolução histórica da universidade brasileira: abordagens preliminares**. *Revista da Faculdade de Educação, PUCCAMP*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 42-58, ago. 1996. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reveducacao/article/view/461>. Acesso em: 16 set. 2025.

SPRINGER, Simon. **Neoliberalism as discourse: between Foucauldian political economy and Marxian poststructuralism**. *Critical Discourse Studies*, Londres, v. 9, n. 2, p. 133–147, maio 2012. DOI: <https://doi.org/10.1080/17405904.2012.656375>. Acesso em: 31 dez. 2025.

STOFFEL, Janete; KRAJEVSKI, Luis Claudio; PAVAN, Alcione Rafael; FERREIRA, Alexandre Schuarts. **Impactos econômicos do Campus Laranjeiras do Sul/UFFS no desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu**. *Redes (Santa Cruz do Sul. Online)*, Santa Cruz do Sul, v. 31, 2026. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/redes/article/view/19083>. Acesso em: 10 maio 2026.

STRAUF, Simone; SCHERER, Roland. **Universities and their contribution to regional development. Transformations in Business and Economics**, Vilnius, v. 7, n. 3, p. 104-122, 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/281407412>. Acesso em: 15 set. 2025.

TAROCCO FILHO, José; SESSO FILHO, Umberto Antonio; ESTEVES, Emerson Zuan Guzzi; KURESKI, Ricardo. **Impacto econômico de curto prazo da Universidade Estadual de Londrina**. *Economia & Região*, Londrina, v. 2, n. 1, p. 83-103, jan./jul. 2014. DOI: 10.5433/2317-627X.2014v2n1p83. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ecoreg/article/view/19094>. Acesso em: 14 set. 2025.

TRAMONTIN, Raulino. **Modelo proclamado e funcionamento real das universidades emergentes reconhecidas no Brasil na década de oitenta**. Canoas, Ed. ULBRA, 1998. 614 p. Tese de doutorado. CD-rom. Acervo da Biblioteca da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Dourados.

TREIB, Rafael Rodrigo Wolfart. **A Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerro Largo e o desenvolvimento regional: o significado científico e social da pesquisa**. 2021. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, 2021. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/4625/1/TREIB.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2025.

TREVISOL, Joviles. A pós-graduação na Universidade Federal da Fronteira Sul: interiorização e redução de assimetrias em uma Região de fronteira. *RBPG*, Brasília, v. 12, n. 28, ago. 2015. Acesso em: 24 ago. 2025.

TREVISOL, Joviles Vitorio; DE BASTIANI, Sherlon Cristina. O cinquentenário da educação superior no Oeste de Santa Catarina: dinâmicas e tendências (1968–2018). *Revista Internacional de Educação Superior*, Campinas, SP, v. 6, e020032, 2020. DOI: 10.20396/riesup.v6i0.8656167. Acesso em: 11 ago. 2026

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Constituição Cidadã, símbolo da democracia, comemora 34 anos**. Portal TSE, 5 out. 2022. Atualizado em 5 mar. 2025.

Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/constituicao-cidada-simbolo-da-democracia-comemora-34-anos>. Acesso em: 21 ago. 2025.

TRÓPIA, Patrícia Vieira.; SOUZA, Davisson Charles Cangussu de. **As portas permanecem semiabertas: estudantes trabalhadores nas universidades federais**. Pro-Posições, Campinas, n. 34, p.e20210033, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/S3ZQy57p6XDSrv5GZHzCfkS/?lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2025.

UFFS (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL). **Histórico da UFFS**. Chapecó. 2026. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/historia/historia#:~:text=Em%2015%20de%20setembro%20de,oficializada%20com%20a%20lei%2012.029. Acesso em: 12 jun. 2026.

UFFS (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL). **Relatório de gestão pro tempore: 2009-2015**. Chapecó: UFFS, 2015. 152 p. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/uffs/conteudo/Escrit%C3%B3rio%20de%20Processos/Panejamento_Relat%C3%B3rios_Documentos/RG_ProT%202009-2015.pdf. Acesso em: 24 ago. 2025.

UFRJ (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO). Assessoria de Imprensa da Reitoria. Discurso da reitora da UFRJ na cerimônia de celebração dos 100 anos. Rio de Janeiro, 8 set. 2020. Disponível em: <https://ufrj.br/2020/09/discurso-da-reitora-da-ufrj-na-cerimonia-de-celebracao-dos-100-anos/>. Acesso em: 9 ago. 2026.

VASCONCELOS, Isamara Martins. **A federalização do ensino superior no Brasil**. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2525/1/2007_IsamaraMartinsVasconcelos.pdf?ref=ujbrazil.com. Acesso em: 02 jan. 2026.

VASCONCELOS, Natalia Batista. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil**. Ensino Em Revista, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 599-616, 2010. DOI: https://doi.org/10.14393/ER_v17n2a2010-12. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361>. Acesso em 12 set. 2025.

VINHAI, Henrique Eduardo Ferreira. **Estudo sobre o impacto da expansão das universidades federais no Brasil**. 2013. p.246. Tese (Doutorado em Teoria Econômica) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-20012014-152929/pt-br.php>. Acesso em: 13 set. 2024.

VÝROSTOVÁ, Eva; VÝROST, Tomáš. **Measuring the role of universities in regional development**. In: CENTRAL EUROPEAN CONFERENCE IN REGIONAL SCIENCE (CERS), 2., 2007, Slovak Republic. Annals. Slovak Republic: CEI, 2007. Disponível em: http://www3.ekf.tuke.sk/cers/cers2007/PDF/Vyrostova_Vyrost.pdf. Acesso em: 15 nov. 2024.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Universidade do mate: história da UFPR**. 3. ed. Digital, Curitiba: UFPR, 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/80533>. Acesso em: 15 ago. 2025.

WOLTER, Roberto Henrique. **O ensino superior na Era Vargas**. *Revista Maiêutica*, Indaial, v. 4, n. 1, p. 131-142, 2016. Disponível em: https://publicacao.unias-selvi.com.br/index.php/HID_EaD/article/view/1472. Acesso em: 26 set. 2025.

YUSUF, Shahid; NABESHIMA, Kaoru. **How universities promote economic growth**. Directions in development; human development Washington, D.C. World Bank Group. 2007. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/911771468117871735/How-universities-promote-economic-growth>. Acesso em: 12 nov.2024.

APÊNDICE A – TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UFFS TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) QUESTIONÁRIO DIRECIONADO AOS SERVIDORES TÉCNICOS DO CAMPUS DA UFFS CHA- PECÓ

IMPACTOS ECONÔMICOS DE CURTO PRAZO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS): UM ESTUDO NO CAMPUS CHAPECÓ

Prezado participante!

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **IMPACTOS ECONÔMICOS DE CURTO PRAZO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS): UM ESTUDO NO CAMPUS CHAPECÓ** desenvolvida pelo pesquisador Júnior Santolin mestrando do curso de Pós-graduação do Mestrado Profissional em Administração Pública e pela professora orientadora Dr^a Janete Stoffel, docente dos cursos de graduação em Ciências Econômicas e Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável do Campus Laranjeiras do Sul e do Mestrado Profissional em Administração Pública do Campus de Chapecó/SC, e como coorientadora a professora Dr^a Kelly Cristina Benetti Tonani Tosta, docente dos cursos de graduação em Administração e Pós-graduação em Administração e em Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) do Campus de Chapecó/SC.

O **objetivo central do estudo** é: Identificar e analisar os impactos econômicos potenciais da Universidade Federal da Fronteira Sul campus Chapecó/SC no município de Chapecó, a partir dos gastos do Campus, dos servidores e estudantes. E para alcançar este objetivo é muito importante sua participação, por este motivo estamos lhe fazendo este convite.

Sua participação não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo, quando desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desista da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Ao responder o questionário não será necessária sua identificação, nem mesmo informar seu e-mail. Estes procedimentos foram adotados para garantir maior privacidade e sigilo quanto aos resultados.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A sua participação consistirá em responder às perguntas do questionário online que lhe enviamos. As perguntas dizem respeito a questões sociais e econômicas, sendo este questionário direcionado aos **servidores técnicos** da UFFS campus

Chapecó e a maior parte das questões são objetivas e o tempo para as respostas será de no máximo dez minutos.

As respostas aos questionários serão tabuladas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas o pesquisador, e a orientadora e coorientadora, que atuará sob responsabilidade da primeira. Apesar de todos os cuidados, há riscos característicos do ambiente virtual, como falhas técnicas, instabilidade de rede e vulnerabilidades da plataforma. O pesquisador compromete-se a adotar medidas de segurança como a utilização de senhas complexas para o acesso aos dados e a anonimidade dos participantes.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo digital, num dispositivo eletrônico local e externo que não terá contato com redes durante o seu armazenamento e será mantido pelo período de cinco anos.

O benefício relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é o de termos um diagnóstico sobre os impactos do Campus da UFFS Chapecó no município em que estamos inseridos.

Nesta pesquisa os objetivos são a obtenção de informações coletivas e não individuais, porém para chegar lá são necessários os levantamentos de informações individuais. Para evitar os riscos de que tais informações sejam individualizadas optamos em manter o questionário anônimo, não havendo identificação no preenchimento. Os contatos para a divulgação do questionário, bem como a sensibilização para o seu preenchimento serão realizados por e-mail, entretanto seu retorno não estará relacionado a este contato efetuado, permitindo o anonimato na resposta.

Os resultados da pesquisa serão divulgados em eventos e/ou publicações científicas mantendo sigilo dos dados pessoais.

CAAE: 91262925.8.0000.5564

Número do Parecer de aprovação no CEP/UFFS: 7.912.771

Data de Aprovação: CHAPECO, 20 de outubro de 2025

JÚNIOR SANTOLIN

Contato profissional com o(a) pesquisador(a) responsável: (49) 988063117

e-mail: junior.santolin@uffs.edu.br

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS - Divisão de Benefícios, Afastamentos e Licenças (DBAL), Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899 - Chapecó - Santa Catarina – Brasil

“Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS”:

Tel e Fax - (0XX) 49- 2049-3745

E-Mail: cep.uffs@uffs.edu.br

<https://www.uffs.edu.br/uffs/comite-de-etica-em-pesquisa/apresentacao> Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS - Comitê da UFFS, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899 - Chapecó - Santa Catarina – Brasil

Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UFS
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) QUESTIONÁRIO
DIRECIONADO AOS DOCENTES DO CAMPUS DA UFS CHAPECÓ

IMPACTOS ECONÔMICOS DE CURTO PRAZO DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DA FRONTEIRA SUL (UFS): UM ESTUDO NO CAMPUS CHAPECÓ

Prezado participante!

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **IMPACTOS ECONÔMICOS DE CURTO PRAZO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFS): UM ESTUDO NO CAMPUS CHAPECÓ** desenvolvida pelo pesquisador Júnior Santolin mestrando do curso de Pós-graduação do Mestrado Profissional em Administração Pública e pela professora orientadora Dr^a Janete Stoffel, docente dos cursos de graduação em Ciências Econômicas e Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável do Campus Laranjeiras do Sul, e do Mestrado Profissional em Administração Pública do Campus de Chapecó/SC, e como coorientadora a professora Dr^a Kelly Cristina Benetti Tonani Tosta, docente dos cursos de graduação em Administração e Pós-graduação em Administração e em Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) do Campus de Chapecó/SC.

O **objetivo central do estudo** é: Identificar e analisar os impactos econômicos potenciais da Universidade Federal da Fronteira Sul campus Chapecó/SC no município de Chapecó, a partir dos gastos do Campus, dos servidores e estudantes. E para alcançar este objetivo é muito importante sua participação, por este motivo estamos lhe fazendo este convite.

Sua participação não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo, quando desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desista da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Ao responder o questionário não será necessária sua identificação, nem mesmo informar seu e-mail.

Estes procedimentos foram adotados para garantir maior privacidade e sigilo quanto aos resultados.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A sua participação consistirá em responder às perguntas do questionário online que lhe enviamos. As perguntas dizem respeito a questões sociais e econômicas, sendo este questionário direcionado aos **docentes** da UFS campus Chapecó e a maior parte das questões são objetivas e o tempo para as respostas será de no máximo dez minutos.

As respostas aos questionários serão tabuladas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas o pesquisador, e a orientadora e coorientadora, que atuará sob responsabilidade da primeira. Apesar de todos os cuidados, há riscos característicos do ambiente virtual, como falhas técnicas, instabilidade de rede e vulnerabilidades da plataforma. O pesquisador compromete-se a adotar medidas de segurança como a utilização de senhas complexas para o acesso aos dados e a anonimidade dos participantes.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo digital, num dispositivo eletrônico local e externo que não terá contato com redes durante o seu armazenamento e será mantido pelo período de cinco anos.

O benefício relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é o de termos um diagnóstico sobre os impactos do Campus da UFFS Chapecó no município em que estamos inseridos.

Nesta pesquisa os objetivos são a obtenção de informações coletivas e não individuais, porém para chegar lá são necessários os levantamentos de informações individuais. Para evitar os riscos de que tais informações sejam individualizadas optamos em manter o questionário anônimo, não havendo identificação no preenchimento. Os contatos para a divulgação do questionário, bem como a sensibilização para o seu preenchimento serão realizados por e-mail, entretanto seu retorno não estará relacionado a este contato efetuado, permitindo o anonimato na resposta.

Os resultados da pesquisa serão divulgados em eventos e/ou publicações científicas mantendo sigilo dos dados pessoais.

CAAE: 91262925.8.0000.5564

Número do Parecer de aprovação no CEP/UFFS: 7.912.771

Data de Aprovação: CHAPECO, 20 de outubro de 2025

JÚNIOR SANTOLIN

Contato profissional com o(a) pesquisador(a) responsável: (49) 988063117

e-mail: junior.santolin@uffs.edu.br

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS - Divisão de Benefícios, Afastamentos e Licenças (DBAL), Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899 - Chapecó - Santa Catarina – Brasil

“Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS”:

Tel e Fax - (0XX) 49- 2049-3745

E-Mail: cep.uffs@uffs.edu.br

<https://www.uffs.edu.br/uffs/comite-de-etica-em-pesquisa/apresentacao> Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS - Comitê da UFFS, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899 - Chapecó - Santa Catarina – Brasil

Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UFFS
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) QUESTIONÁRIO
DIRECIONADO AOS ESTUDANTES DO CAMPUS DA UFFS CHAPECÓ

IMPACTOS ECONÔMICOS DE CURTO PRAZO DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DA FRONTEIRA SUL (UFFS): UM ESTUDO NO CAMPUS CHAPECÓ

Prezado participante!

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **IMPACTOS ECONÔMICOS DE CURTO PRAZO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS): UM ESTUDO NO CAMPUS CHAPECÓ** desenvolvida pelo pesquisador Júnior Santolin mestrando do curso de Pós-graduação do Mestrado Profissional em Administração Pública e pela professora orientadora Dr^a Janete Stoffel, docente dos cursos de graduação em Ciências Econômicas e Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável do Campus Laranjeiras do Sul e do Mestrado Profissional em Administração Pública do Campus de Chapecó/SC, e como coorientadora a professora Dr^a Kelly Cristina Benetti Tonani Tosta, docente dos cursos de graduação em Administração e Pós-graduação em Administração e em Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) do Campus de Chapecó/SC.

O **objetivo central do estudo** é: Identificar e analisar os impactos econômicos potenciais da Universidade Federal da Fronteira Sul campus Chapecó/SC no município de Chapecó, a partir dos gastos do Campus, dos servidores e estudantes. E para alcançar este objetivo é muito importante sua participação, por este motivo estamos lhe fazendo este convite.

Sua participação não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo, quando desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desista da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Ao responder o questionário não será necessária sua identificação, nem mesmo informar seu e-mail. Estes procedimentos foram adotados para garantir maior privacidade e sigilo quanto aos resultados.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A sua participação consistirá em responder às perguntas do questionário online que lhe enviamos. As perguntas dizem respeito a questões sociais e econômicas, sendo este questionário direcionado aos **estudantes** da UFFS campus Chapecó e a maior parte das questões são objetivas e o tempo para as respostas será de no máximo dez minutos.

As respostas aos questionários serão tabuladas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas o pesquisador, e a orientadora e coorientadora, que atuará sob responsabilidade da primeira. Apesar de todos os cuidados, há riscos característicos do ambiente virtual, como falhas técnicas, instabilidade de rede e vulnerabilidades da plataforma. O pesquisador compromete-se a adotar medidas de segurança como a utilização de senhas complexas para o acesso aos dados e a anonimidade dos participantes.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo digital, num dispositivo eletrônico local e externo que não terá contato com redes durante o seu armazenamento e será mantido pelo período de cinco anos.

O benefício relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é o de termos um diagnóstico sobre os impactos do Campus da UFFS Chapecó no município em que estamos inseridos.

Nesta pesquisa os objetivos são a obtenção de informações coletivas e não individuais, porém para chegar lá são necessários os levantamentos de informações individuais. Para evitar os riscos de que tais informações sejam individualizadas optamos em manter o questionário anônimo, não havendo identificação no preenchimento. Os contatos para a divulgação do questionário, bem como a sensibilização para o seu preenchimento serão realizados por e-mail, entretanto seu retorno não estará relacionado a este contato efetuado, permitindo o anonimato na resposta.

Os resultados da pesquisa serão divulgados em eventos e/ou publicações científicas mantendo sigilo dos dados pessoais.

CAAE: 91262925.8.0000.5564

Número do Parecer de aprovação no CEP/UFFS: 7.912.771

Data de Aprovação: CHAPECO, 20 de outubro de 2025

JÚNIOR SANTOLIN

Contato profissional com o(a) pesquisador(a) responsável: (49) 988063117

e-mail: junior.santolin@uffs.edu.br

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS - Divisão de Benefícios, Afastamentos e Licenças (DBAL), Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899 - Chapecó - Santa Catarina – Brasil

“Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS”:

Tel e Fax - (0XX) 49- 2049-3745

E-Mail: cep.uffs@uffs.edu.br

<https://www.uffs.edu.br/uffs/comite-de-etica-em-pesquisa/apresentacao> Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS - Comitê de em da UFFS, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899 - Chapecó - Santa Catarina – Brasil

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS DOCENTES, TÉCNICOS E ESTUDANTES



QUESTIONÁRIO DIRECIONADO AOS DOCENTES

Este questionário se insere no projeto de pesquisa **IMPACTOS ECONÔMICOS DE CURTO PRAZO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS): UM ESTUDO NO CAMPUS CHAPECÓ**, sendo necessária, para isso, a caracterização socioeconômica dos docentes.

Neste contexto, solicita-se a sua colaboração respondendo às perguntas. Os dados recolhidos são absolutamente confidenciais e serão tratados tendo como único objetivo o trabalho acima mencionado.

Tempo médio para completar o questionário: 10 minutos.

Caso esteja usando celular, aconselhamos o uso dele na horizontal para que todas as opções fiquem visíveis.

* Indica uma pergunta obrigatória

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Marque todas que se aplicam.

☐ Concordar e Continuar

CARACTERIZAÇÃO PROFISSIONAL

1. Qual o seu enquadramento funcional na UFFS? *

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Professor efetivo
- ☐ Professor substituto

2. Há quantos anos trabalha na UFFS campus Chapecó/SC?

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Até 2 anos
- ☐ Acima de 3 anos até 5 anos
- ☐ Acima de 5 anos

CARACTERIZAÇÃO PESSOAL E FAMILIAR

3. Sexo *

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino
- ☐ Outro

4. Idade *

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Até 30 anos
- ☐ Acima de 30 anos até 45 anos
- ☐ Acima de 45 anos até 60 anos
- ☐ Acima de 60 anos

5. Estado civil *

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Solteiro(a)
- ☐ Casado(a)
- ☐ Separado(a)
- ☐ Divorciado(a)
- ☐ União estável
- ☐ Viúvo(a)

6. Formação *

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Graduação com especialização
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado
- ☐ Pós-Doutorado

7. Mudou de município para desempenhar as suas funções na UFFS campus Chapecó? *

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Sim
- ☐ Não

8. Qual era seu município e estado de residência antes de trabalhar na UFFS?*

9. Qual é o seu município e estado de residência atual? *

10. Sua família reside com você? *

Marcar apenas uma opção.

☐ Sim

☐ Não

11. Quantas pessoas de seu grupo familiar residem com você? *

Marcar apenas uma opção.

☐ 1 pessoa

☐ 2 pessoas

☐ 3 pessoas

☐ 4 pessoas

☐ 5 pessoas

☐ 6 pessoas ou mais

☐ Moro sozinho

12. Quantos filhos tem?

☐ Nenhum filho

☐ 1 filho

☐ 2 filhos

☐ 3 filhos

☐ 4 filhos

☐ 5 filhos ou mais

13. Caso tenha filho(s), indique o nível escolar em que ele(s) se encontra(m). *

Marcar apenas uma opção por linha.

	Ensino Público	Ensino Privado	Não se aplica
Educação Infantil (pré-escola)	☐	☐	☐
Ensino Fundamental (1º ao 9º ano)	☐	☐	☐
Ensino Médio	☐	☐	☐
Ensino Superior	☐	☐	☐

14. Qual o tipo de residência que você reside em Chapecó? *

Marcar apenas uma opção.

☐ Casa dos pais/familiares

☐ Casa/apartamento próprio

- ☐ Casa/quarto/apartamento alugado
- ☐ Não moro em Chapecó
- ☐ Outro:

15. Qual em média é o rendimento líquido mensal do seu grupo familiar? O salário-mínimo nacional é de R\$ 1.518,00 (DECRETO Nº 12.342, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024). *

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Até 4 salários-mínimos nacionais (até R\$ 6.072,00)
- ☐ Acima de 4 até 5 salários-mínimos nacionais (até R\$ 7.590,00)
- ☐ Acima de 5 até 6 salários-mínimos nacionais (até R\$ 9.108,00)
- ☐ Acima de 6 até 7 salários-mínimos nacionais (até R\$ 10.626,00)
- ☐ Acima de 7 até 8 salários-mínimos nacionais (até R\$ 12.144,00)
- ☐ Acima de 8 salários-mínimos nacionais (acima de R\$ 12.144,00)

16. Quais os gastos médios mensais (em R\$) do seu grupo familiar com os seguintes tipos de contas? *

Marcar apenas uma opção.

[illegible]

Equipamentos de informática e internet	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Mensalidades, taxas de matrículas, outras taxas	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Outras despesas	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

17. Onde faz regularmente as suas refeições? *

Marcar apenas uma opção.

	Em casa (traz de casa)	Na cantina da Universidade	No RU da Universidade	Em restaurantes de Chapecó/ Tele-entrega
Café da Manhã	☐	☐	☐	☐
Almoço	☐	☐	☐	☐
Jantar			☐	

18. Possui meio de transporte próprio? *

Marcar apenas uma opção.

☐ Sim

☐ Não

19. Indique quais os gastos médios mensais com transporte (gastos com combustível, passagens de ônibus, táxi, passagens aéreas, etc): *

Marcar apenas uma opção.

☐ Até R\$250,00

☐ Acima de R\$250,00 até R\$500,00

☐ Acima de R\$500,00 até R\$750,00

☐ Acima de R\$750,00 até R\$1.000,00

☐ Acima de R\$1.000,00 até R\$1.250,00

☐ Acima de R\$1.250,00

20. Se você possui casa própria em Chapecó? E qual foi o valor investido no momento da aquisição?

21. Se você possui casa para alugar em Chapecó, qual foi o valor investido no momento da aquisição?

22. Se você possui empresa em Chapecó, qual foi o valor aproximado do patrimônio atual?

23. Você possui algum outro investimento efetuado em Chapecó? Em caso afirmativo informe o valor aproximado atual deste investimento?



QUESTIONÁRIO DIRECIONADO AOS SERVIDORES TÉCNICOS

Este questionário se insere no projeto de pesquisa **IMPACTOS ECONÔMICOS DE CURTO PRAZO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS): UM ESTUDO NO CAMPUS CHAPECÓ**, sendo necessária, para isso, a caracterização socioeconômica dos servidores técnicos.

Neste contexto, solicita-se a sua colaboração respondendo às perguntas. Os dados recolhidos são absolutamente confidenciais e serão tratados tendo como único objetivo o trabalho acima mencionado.

Tempo médio para completar o questionário: **7 minutos**.

Caso esteja **usando celular**, aconselhamos o uso dele na horizontal para que todas as opções fiquem visíveis.

* Indica uma pergunta obrigatória

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar

Marque todas que se aplicam.

☐ Concordar e Continuar

CARACTERIZAÇÃO PROFISSIONAL

1. Qual a sua categoria profissional? *

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Servidor técnico nível D
- ☐ Servidor técnico nível E

2. Há quantos anos trabalha na UFFS campus Chapecó/SC? *

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Até 2 anos
- ☐ Acima de 3 anos até 5 anos
- ☐ Acima de 5 anos

CARACTERIZAÇÃO PESSOAL E FAMILIAR

3. Sexo *

Marcar apenas uma opção.

☐ Masculino

☐ Feminino

☐ Outro

4. Idade *

Marcar apenas uma opção.

☐ Até 30 anos

☐ Acima de 30 anos até 45 anos

☐ Acima de 45 anos até 60 anos

☐ Acima de 60 anos

5. Estado civil *

Marcar apenas uma opção.

☐ Solteiro(a)

☐ Casado(a)

☐ Separado(a)

☐ Divorciado(a)

☐ União estável

☐ Viúvo(a)

6. Formação *

Marcar apenas uma opção.

☐ Ensino médio

☐ Graduado

☐ Graduação com especialização

☐ Mestrado

☐ Doutorado

☐ Pós-doutorado

7. Mudou de município para desempenhar as suas funções na UFFS campus Chapecó? *

Marcar apenas uma opção.

☐ Sim

☐ Não

8. Qual era seu município e estado de residência antes de trabalhar na UFFS?

9. Qual é o seu município e estado de residência atual? *

10. Sua família reside com você? *

Marcar apenas uma opção.

☐ Sim

☐ Não

11. Quantas pessoas de seu grupo familiar residem com você? *

Marcar apenas uma opção.

☐ 1 pessoa

☐ 2 pessoas

☐ 3 pessoas

☐ 4 pessoas

☐ 5 pessoas

☐ 6 pessoas ou mais

☐ Moro sozinho

12. Quantos filhos possui? *

Marcar apenas uma opção.

☐ Nenhum filho

☐ 1 filho

☐ 2 filhos

☐ 3 filhos

☐ 4 filhos

☐ 5 filhos ou mais

13. Caso tenha filho(s), indique o nível escolar em que ele(s) se encontra(m).

Marcar apenas uma opção por linha.

	Ensino Público	Ensino Privado	Não se aplica
Educação Infantil (pré-escola)	☐	☐	☐
Ensino Fundamental (1º ao 9º ano)	☐	☐	☐
Ensino Médio	☐	☐	☐
Ensino Superior	☐	☐	☐

CONDIÇÕES DE VIDA

14. Qual o tipo de residência que você reside em Chapecó?

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Casa dos pais/familiares
- ☐ Casa/apartamento próprio
- ☐ Casa/quarto/apartamento alugado
- ☐ Não moro em Chapecó Casa dos pais/familiares
- ☐ Casa/apartamento próprio
- ☐ Outro: _____

15. Qual em média é o rendimento líquido mensal do seu grupo familiar? O salário-mínimo nacional é de R\$ 1.518,00 (DECRETO Nº 12.342, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024).

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Até 4 salários-mínimos nacionais (até R\$ 6.072,00)
- ☐ Acima de 4 até 5 salários-mínimos nacionais (até R\$ 7.590,00)
- ☐ Acima de 5 até 6 salários-mínimos nacionais (até R\$ 9.108,00)
- ☐ Acima de 6 até 7 salários-mínimos nacionais (até R\$ 10.626,00)
- ☐ Acima de 7 até 8 salários-mínimos nacionais (até R\$ 12.144,00)
- ☐ Acima de 8 salários-mínimos nacionais (acima de R\$ 12.144,00)

16. Quais os gastos médios mensais (em R\$) do seu grupo familiar com os seguintes tipos de contas? *

Marcar apenas uma opção.

	Até R\$ 250,00	De R\$ 250,01 até R\$ 500,00	De R\$ 500,01 até R\$ 750,00	De R\$ 750,01 até R\$ 1.000,00	De R\$ 1.000,01 até R\$ 1.250,00	De R\$ 1.250,01 até R\$ 1.500,00	Acima de R\$ 1.500,00	Sem gastos
Aluguel ou prestação de financiamento imobiliário	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Educação dos filhos	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Supermercados	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Alimentação que não seja feita em casa	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Saúde (gastos em consultas, exames, hospitais, medicamentos, etc.)	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Lazer (filmes, bares, discotecas, saídas noturnas)	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Bens pessoais (roupas, artigos de higiene)	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Equipamentos de informática e internet	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Mensalidades, taxas de matrículas, outras taxas	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Outras despesas	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

17. Onde faz regularmente as suas refeições? *

Marcar apenas uma opção.

	Em casa (traz de casa)	Na cantina da Universidade	No RU da Universidade	Em restaurantes de Chapecó/ Tele-entrega
Café da Manhã	☐	☐	☐	☐
Almoço	☐	☐	☐	☐
Jantar	☐	☐	☐	☐

18. Possui meio de transporte próprio?

Marcar apenas uma opção.

☐ Sim

☐ Não

19. Indique quais os gastos médios mensais com transporte (gastos com combustível, passagens de ônibus, táxi, passagens aéreas, etc):

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Até R\$250,00
- ☐ Acima de R\$250,00 até R\$500,00
- ☐ Acima de R\$500,00 até R\$750,00
- ☐ Acima de R\$750,00 até R\$1.000,00
- ☐ Acima de R\$1.000,00 até R\$1.250,00
- ☐ Acima de R\$1.250,00

20. Se você possui casa própria em Chapecó? E qual foi o valor investido no momento da aquisição?

21. Se você possui casa para alugar em Chapecó, qual foi o valor investido no momento da aquisição?

22. Se você possui empresa em Chapecó, qual foi o valor aproximado do patrimônio atual?

23. Você possui algum outro investimento efetuado em Chapecó? Em caso afirmativo informe o valor aproximado atual deste investimento?



QUESTIONÁRIO DIRECIONADO AOS ESTUDANTES

Este questionário se insere no projeto de pesquisa **IMPACTOS ECONÔMICOS DE CURTO PRAZO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS): UM ESTUDO NO CAMPUS CHAPECÓ**, sendo necessária, para isso, a caracterização socioeconômica dos estudantes.

Neste contexto, solicita-se a sua colaboração respondendo às perguntas. Os dados recolhidos são absolutamente confidenciais e serão tratados tendo como único objetivo o trabalho acima mencionado.

Tempo médio para completar o questionário: **10 minutos**.

Caso esteja **usando celular**, aconselhamos o uso dele na **horizontal** para que todas as opções fiquem visíveis.

** Indica uma pergunta obrigatório*

[TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO \(TCLE\)](#)

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar e tenho pelo menos 18 anos.

Marque todas que se aplicam.

☐ Concordar e Continuar

CURSO E TURNO

1. Qual o seu curso de graduação? *

- ☐ Administração
- ☐ Agronomia
- ☐ Ciência da Computação
- ☐ Ciências Econômicas
- ☐ Ciências Sociais
- ☐ Educação Especial Inclusiva –Segunda Licenciatura
- ☐ Enfermagem
- ☐ Engenharia Ambiental e Sanitária
- ☐ Engenharia Civil
- ☐ Filosofia
- ☐ Geografia
- ☐ História
- ☐ Letras (Português e Espanhol)
- ☐ Matemática
- ☐ Medicina
- ☐ Pedagogia

2. Qual turno você estuda? *

- ☐ Matutino
- ☐ Vespertino
- ☐ Noturno
- ☐ Integral

CARACTERIZAÇÃO PESSOAL

3. Sexo *

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino
- ☐ Outro

4. Idade *

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Até 30 anos
- ☐ Acima de 30 anos até 45 anos
- ☐ Acima de 45 anos até 60 anos
- ☐ Acima de 60 anos

5. Estado civil *

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Solteiro(a)
- ☐ Casado(a)
- ☐ Separado(a)
- ☐ Divorciado(a)
- ☐ União estável
- ☐ Viúvo(a)

6. Quantos filhos possui? *

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Nenhum filho
- ☐ 1 filho
- ☐ 2 filhos
- ☐ 3 filhos
- ☐ 4 filhos
- ☐ 5 filhos ou mais

CARACTERIZAÇÃO MORADIA E ESTUDO

7. Mudou de município de residência para frequentar o atual curso? *

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Sim
- ☐ Não

8. Qual era seu município e estado de residência antes de estudar na UFFS campus Chapecó?

9. Qual o município e estado de residência atual do seu grupo familiar? *

10. Qual é o principal motivo pelo qual reside no município atual? *

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Sou natural da região
- ☐ Passei a estudar aqui na UFFS Motivos profissionais
- ☐ Outros:

11. Ano e semestre da 1ª matrícula na UFFS: *

Marcar apenas uma opção.

Escolher um item.

12. Qual sua ocupação enquanto aluno matriculado na UFFS? *

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Apenas estudante
- ☐ Trabalhador-Estudante (com carteira assinada)

- ☐ Estagiário ou trabalhador-estudante (sem carteira assinada)
- ☐ Empresário (com empregados)
- ☐ Agricultor familiar
- ☐ Autônomo ou microempreendedor (sem empregados)

13. Se não tivesse ingressado na UFFS, teria ido estudar em outra instituição de ensino superior? *

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Sim, em Chapecó
- ☐ Sim, fora de Chapecó
- ☐ Não

14. Além do tempo dedicado aos estudos, você trabalha quantas horas semanalmente? *

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Menos de 5 horas
- ☐ Acima de 6 até 10 horas
- ☐ Acima de 11 até 15 horas
- ☐ Acima de 16 até 35 horas
- ☐ Acima de 35 horas
- ☐ Não trabalho

13 Qual o tipo de residência, em Chapecó, que você mora durante o semestre letivo? *

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Não moro em Chapecó durante o semestre letivo
- ☐ Quarto/casa/apartamento alugado individual
- ☐ Quarto/casa/apartamento alugado com mais pessoas
- ☐ Residência de estudantes (república)
- ☐ Casa dos pais/familiares
- ☐ Casa/apartamento próprio
- ☐ Outro: _____

Condições de vida

14 Qual o rendimento líquido médio mensal do grupo familiar que reside com você? O salário-mínimo nacional é de R\$ 1.518,00 (DECRETO Nº 12.342, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024). *

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Até 1 salário mínimo nacional (até R\$ 1.518,00)
- ☐ Acima de 1 até 2 salários-mínimos nacionais (até R\$ 3.036,00)
- ☐ Acima de 2 até 3 salários-mínimos nacionais (até R\$ 4.554,00)
- ☐ Acima de 3 até 4 salários-mínimos nacionais (até R\$ 6.072,00)
- ☐ Acima de 4 até 5 salários-mínimos nacionais (até R\$ 7.590,00)
- ☐ Acima de 5 salários-mínimos nacionais (acima de R\$ 7.590,00)

15 Quais os gastos médios mensais (em R\$) do seu grupo familiar com os seguintes tipos de contas?

Marcar apenas uma opção.

[illegible]

20 Quantas pessoas que constituem o seu grupo familiar moram com você? *

Marcar apenas uma opção.

- ☐ 1 pessoa
- ☐ 2 pessoas
- ☐ 3 pessoas
- ☐ 4 pessoas
- ☐ 5 pessoas
- ☐ 6 pessoas
- ☐ 7 ou mais pessoas
- ☐ Moro sozinho

21 Qual a condição de trabalho dos seus pais/responsáveis legais? *

	Pai	Mãe	Responsável legal
Empregado (a)	☐	☐	☐
Desempregado (a)	☐	☐	☐
Aposentado (a)	☐	☐	☐
Não trabalha	☐	☐	☐
Empresário	☐	☐	☐
Não faz parte do meu grupo familiar (falecimento, ausência, outros motivos)			

22. Quando terminar o curso atual pretende permanecer residindo na cidade onde atualmente estuda? *

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Sim, se conseguir encontrar emprego
- ☐ Sim, porque sou daqui e não pretendo mudar de região
- ☐ Sim, porque já constitui família nesta região
- ☐ Sim, porque pretendo continuar a formação na instituição (UFFS)
- ☐ Não, porque pretendo regressar à região de onde sou natural
- ☐ Não, porque pretendo estudar/trabalhar no exterior
- ☐ Irei para onde encontrar emprego
- ☐ Não sabe/não responde

23. Caso receba algum auxílio socioeconômico ou participe de programa de redistribuição de renda, quais seriam?

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Estudantil
- ☐ Moradia

- ☐ Alimentação
- ☐ Transporte
- ☐ Creche
- ☐ Emergencial
- ☐ Esporte
- ☐ Ingresso
- ☐ Bolsa Família
- ☐ Não recebo
- ☐ Outros: _____

24. Caso receba, qual o valor mensal (em R\$) que estes auxílios representam?

Marcar apenas uma opção.

- ☐ Até 250,00
- ☐ De 250,01 a 500,00
- ☐ De 500,01 a 750,00
- ☐ De 750,01 a 1.000,00
- ☐ Acima de 1.000,00
- ☐ Não recebo

APÊNDICE C – RELATÓRIO DO PRODUTO TÉCNICO-TECNOLÓGICO



**PANFLETO-GUIA DE LICITAÇÕES PARA
FORNECEDORES - COMO VENDER PARA A
UFFS**

PANFLETO-GUIA DE LICITAÇÕES PARA FORNECEDORES – COMO VENDER PARA A UFFS

Relatório técnico apresentado pelo mestrando Júnior Santolin ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede, sob orientação das docentes Janete Stoffel e Kelly C. B. Tonani Tosta, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.



Contexto de aplicação da proposta 04

Público-alvo da proposta 06

Situação problema 07

Objetivo da proposta 11

PTT – Proposta de Intervenção 13

Autoria da Proposta 15

Responsáveis pela proposta de intervenção e data 17

Referências 16

Protocolo de Entrega da Proposta aos Praticantes 17

CONTEXTO DE APLICAÇÃO DA PROPOSTA

O presente estudo enquadra-se no contexto da Administração Pública Federal, porém foca-se especificamente na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Essa Instituição foi criada pela Lei nº 12.029 de 15 de setembro de 2009, possuindo natureza multicampi a qual abrange os três estados do sul brasileiro. A UFFS, como as outras 13 Universidades Federais Novas e Novíssimas, adveio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que visava a interiorização do ensino superior (Brasil, 2012).

Sendo o REUNI a resposta do governo frente aos movimentos reivindicatórios de diversas entidades da sociedade civil para a ampliação da educação superior pública e gratuita, a universidade assumiu o seu papel como um instrumento de transformação social, desenvolvimento sustentável, permitindo a inserção do Brasil no cenário internacional de forma competente (Brasil, 2012). Sendo assim, o REUNI, constituiu-se como um instrumento que deu meios necessários para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) cumprirem seu papel, apoiando o desenvolvimento dos estados, das regiões e do país.

O processo de democratização, no contexto da interiorização do ensino superior federal do país, permitiu aos estudantes das áreas distantes dos grandes centros urbanos, a oportunidade de acessar o ensino superior nas novas universidades e Campi sem ter a necessidade de sair de sua região (Brasil, 2012).

Entende-se também que a presença de uma universidade desempenha um papel de grande importância no desenvolvimento regional, bem como as parcerias entre a instituição e o setor privado, podem trazer benefícios significativos para a localidade em que se encontra inserida (Yusuf e Nabeshima, 2007).

Entretanto, apesar do potencial de negócios para as empresas locais ou regionais nas licitações do campus Chapecó ou da Reitoria, a Superintendência de Compras e Licitações (SUCL), da Divisão de Compras e Licitações Fase Externa (DCLE) e do Departamento de Licitações (DLIC) constataram que quase nenhuma empresa local ou regional participa dos certames. Dessa forma, os valores repassados para a Universidade realizar as compras e licitar serviços necessários para o seu funcionamento acabam não permanecendo na região, criando um efeito de fuga de valores para outras regiões, ao invés de contribuir para ampliar o fluxo local deste capital.

Tal cenário pode estar associado a fatores como desconhecimento dos procedimentos e a descentralização das informações necessárias para a participação nos certames, a suposição de muita burocracia, o que pode gerar dificuldades e desestimular o envolvimento com o processo licitatório. Além disso, a possível concepção que apenas empresas de grande porte conseguem competir nesses processos, pode levar microempreendedores individuais (MEI) e micro e pequenas empresas a evitarem a participação em licitações de instituições federais.

Dessa maneira, o presente produto técnico-tecnológico (PTT), em formato de folheto/FAQ, se classifica como um instrumento de orientação prática destinado aos fornecedores, especialmente locais e regionais, interessados em participar de contratações públicas no âmbito da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Chapecó.

O material educativo oferece os primeiros passos aos fornecedores, trazendo a centralização de informações básicas ou onde elas podem ser encontradas, com base na legislação vigente, nas práticas institucionais e com dados dos próprios sites governamentais, contribuindo para a redução de problemas na participação de interessados locais e regionais aprimorando assim a relação entre a Administração Pública e os possíveis fornecedores.

Sua aplicação prática visa facilitar o acesso de novos participantes às licitações, aumentando assim o número de fornecedores locais e regionais envolvidos nas contratações e, dessa forma, fomentar o desenvolvimento econômico regional mediante maior publicização das informações. Nesse sentido, a proposta alinha-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU Brasil (ODS), mais especificamente aos ODS 8 (Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos); 09 (Indústria, Inovação e Infraestrutura); 10 (Redução das Desigualdades); 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis); 12 (Consumo e Produção Responsáveis); 16 (Instituições Eficazes e Inclusivas) e; 17 (Parcerias e Meios de Implementação) (ONU Brasil, [s.d.]).

Tal alinhamento advém da maior retenção de valores investidos na UFFS na cidade/região devido ao estímulo para a participação das empresas locais/regionais nas licitações, fortalecendo assim a economia local e incentivando a formação/fortalecimento de pequenos negócios, levando a uma diminuição das desigualdades e fortalecendo o ecossistema produtivo regional. Adicionalmente, a busca é por atender ao que preconiza a lei 14.133/2021, na qual está estabelecido o critério de sustentabilidade e valorização de fornecedores locais nas licitações.

Nesse cenário, o presente PTT busca não apenas facilitar a disseminação de informações públicas, mas também atuar como um instrumento de aproximação entre a Administração Pública e a iniciativa privada local/regional fomentando a participação dos processos licitatórios. Tal ato de incentivo à participação empresas locais/regionais nas compras públicas, pode contribuir para a retenção de recursos no território, potencializando os efeitos multiplicadores da renda e fortalecendo o desenvolvimento econômico regional. Assim, o PTT consolida-se como uma ferramenta prática e estratégica, capaz de gerar impactos concretos na dinâmica econômica local.

PÚBLICO-ALVO DA PROPOSTA

O público-alvo desta proposta é composto prioritariamente pela Superintendência de Compras e Licitações (SUCL), da Divisão de Compras e Licitações Fase Externa (DCLE) e do Departamento de Licitações (DLIC) da UFFS. A criação do panfleto-guia busca atender necessidades destes setores via disponibilização deste material didático para empresas grandes, médias, micro, pequenos empreendedores e MEIs de Chapecó.

Devido à natureza do material educativo de divulgação e esclarecimento das dúvidas mais frequentes dos fornecedores, o produto técnico beneficia empresas privadas de qualquer porte, MEIs e outros possíveis interessados que estejam localizadas em Chapecó e região com interesse em participar de processos licitatórios promovidos pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Chapecó e, devido a localização, a Reitoria. Estendendo-se também a outros Campi da UFFS, uma vez que os fornecedores locais e regionais podem participar desses processos licitatórios.

Por fim, o material pode potencializar o tempo dos servidores dos setores ligados às licitações, quanto ao esclarecimento de dúvidas dos interessados em participar de licitações. Adicionalmente pode ajudar na ampliação do fluxo de capital que permanece na região, servindo como instrumento para fomentar o desenvolvimento regional, atingindo indiretamente outras pessoas em Chapecó e região mediante o fortalecimento da economia regional.



SITUAÇÃO PROBLEMA

Diagnóstico, análise e linha de intervenção

O material foi elaborado com o objetivo de esclarecer dúvidas recorrentes e reduzir barreiras de entrada enfrentadas por potenciais fornecedores locais e regionais, a partir do levantamento dos problemas mais frequentes e de entraves burocráticos percebidos pelos servidores do setor de licitações da Instituição. A proposta busca fomentar a participação de empresas locais e regionais nos processos de compras públicas, contribuindo para a ampliação da competitividade e o fortalecimento da economia local diminuindo o fluxo de valores para outras regiões.

A iniciativa parte da constatação de que, apesar das oportunidades existentes nas contratações públicas, muitos fornecedores enfrentam dificuldades relacionadas à compreensão dos procedimentos,

exigências legais e sistemas utilizados, o que pode limitar sua participação. Nesse contexto, o FAQ apresenta respostas claras e objetivas para questões práticas, abordando temas como cadastro, envio de propostas, utilização de plataformas digitais e aspectos normativos relevantes.

O panfleto-guia oferece os primeiros passos aos fornecedores, trazendo a centralização de informações básicas ou onde elas podem ser encontradas, com base na legislação vigente, nas práticas institucionais e com dados dos próprios sites governamentais. Assim, contribuindo para a redução de problemas tanto da dispersão de informação, quanto na participação de interessados locais e regionais aprimoramento assim a relação entre a administração pública e os fornecedores.

DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

O diagnóstico surge a partir da reunião com os servidores da Superintendência de Compras e Licitações (SUCL), da Divisão de Compras e Licitações Fase Externa (DCLE) e do Departamento de Licitações (DLIC). Foi apontada, nesse encontro, a baixa participação de empresas, especialmente de micro e pequenas empresas e MEIs, tanto locais quanto regionais, nos processos licitatórios da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Chapecó.

Também se verificou, nessa reunião, a recorrência de erros formais e frequentes dúvidas operacionais dos participantes dos certames, principalmente com revogação da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Problemas para interpretar os editais, desconhecimento dos sistemas de licitação como o Compras.gov.br e o Contrata Mais Brasil, bem como de procedimentos necessários para participação.

Com base nesses relatos, esta proposta de produto técnico-tecnológico (PTT) propõe consolidação das dúvidas e problemas recorrentes em um material educativo com linguagem clara e simples com a proposta de sanar os problemas mais recorrentes que os setores de licitação relataram, buscando incentivar a participação da iniciativa privada local/regional nos certames do campus.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO

A situação identificada pode ser compreendida à luz de referenciais teóricos, normativos e informações técnicas relacionados ao acesso à informação, necessidade de fomentar a participação local/regional e desenvolvimento regional.

Sob a perspectiva normativa, a Lei nº 14.133/2021 estabelece alguns princípios como a transparência e a ampla participação de interessados nos processos licitatórios, gerando assim a competitividade, o que era desejado ao

se criar a lei. Entretanto, a efetivação dos princípios supracitados, depende não apenas da previsão legal ou a disposição formal das informações, as quais existem de forma fragmentada, mas também da sua acessibilidade e compreensão pelos potenciais participantes.

Do ponto de vista teórico, a literatura sobre o papel das Universidade no desenvolvimento regional destaca a importância da atuação dessas instituições públicas mediante parcerias com o setor privado local (Yusuf e Nabeshima, 2007).

Nesse sentido, a baixa participação de empresas locais/regionais nas licitações pode limitar os efeitos multiplicadores desses recursos no território.

Assim, identifica-se um descompasso entre a disponibilidade das oportunidades e a participação dos agentes locais/regionais de forma efetiva, levando a certames com menor competitividade não sendo interessante tanto para

a Administração Pública, devido uma menor chance de atingir a economicidade dos recursos públicos e uma proposta mais vantajosa, quanto para os entes locais/regionais que não aproveitam as oportunidades de negócios com a Órgão Federal, localizado na região. Problemas de natureza informacional (com informações dispersas), de forma (devido a não compreensão dos editais e da lei) e sistêmico foram identificados.

LINHA DE INTERVENÇÃO

Diante do diagnóstico da situação e da análise realizada, optou-se pela elaboração de um produto técnico-tecnológico no formato de material informativo (panfleto-guia), com linguagem acessível e conteúdo orientado às principais dúvidas dos potenciais fornecedores, baseadas na percepção do setor de licitações.

A intervenção consistiu na sistematização das informações relevantes sobre como participar das licitações da UFFS, oferecendo os primeiros passos para os fornecedores ingressarem no processo.

Para isso, foram centralizadas informações básicas, além da indicação dos locais onde elas podem ser encontradas. Também, a indicação de locais onde ocorrem treinamentos, vídeos explicativos e instruções breves de como acompanhar as licitações da Instituição foram incluídas,

trazendo assim uma publicidade mais efetiva às informações disponíveis pela Administração Pública e aprimorando, dessa maneira, a relação entre o Campus Chapecó e os fornecedores locais e regionais.

Somando-se a isso, foram apresentados os principais canais de acesso às oportunidades, orientações práticas no acesso a elas e uma sessão exclusiva de orientações para MEIs, construído assim para a disponibilidade de um material que serve de guia para os participantes, com base nas demandas identificadas junto ao setor de licitações.

O material buscou evidenciar o volume de gastos públicos do campus Chapecó, visando demonstrar o potencial de mercado existente e não explorado, buscando incentivar a participação de empresas locais/regionais, além de apresentar

informações e esclarecimentos para o destino ao qual se propõe.

A escolha dessa linha de intervenção se justifica por sua capacidade de reduzir problemas de informação, ampliar o acesso aos processos licitatórios e contribuir para o fortalecimento da economia local, ao mesmo tempo em que se apresenta como uma solução de fácil implementação e replicabilidade para outros órgãos.

Esse potencial de implementação em outros contextos se deve à natureza do material de concentrar informações e dúvidas introdutórias relacionadas ao ingresso e processos licitatórios, o que pode levar a extrapolação da situação específica da UFFS.

Assim sendo, o conteúdo do material pode subsidiar a participação nos certames federais de outros Órgãos pelos possíveis participantes locais/regionais, ampliando o acesso aos recursos públicos por parte de atores da região, levando assim, a um fortalecimento do desenvolvimento regional.

OBJETIVO DA PROPOSTA

O objetivo geral busca desenvolver um material-didático, no formato de panfleto-guia, destinado a orientar e fomentar a participação de todas as empresas (grandes, micro, pequeno porte e suas equivalentes), MEI, tanto locais quanto regionais nos processos licitatórios federais, com foco na Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Chapecó, visando reduzir barreiras informacionais e ampliar a competitividade destes grupos nos certames.

➤ **reduzir barreiras informacionais e ampliar a competitividade destes grupos nos certames.**



Especificamente, busca-se:

- **Identificar** os principais problemas e dificuldades enfrentados por fornecedores nos processos licitatórios da Instituição;
- **Sistematizar** informações normativas e operacionais básicas de forma clara, acessível e objetiva;
- **Apresentar** orientações práticas sobre os participantes, cadastro, as formas de participação e acompanhamento de licitações;
- **Elaborar** um material-didático no formato de um panfleto-guia com soluções para dúvidas mais frequentes, com base em informações prestadas pelos setores de licitações da Instituição;
- **Contribuir** para o aumento da participação de empresas locais e regionais nos processos de compras públicas da instituição, assim diminuindo o fluxo do capital para fora de Chapecó e região.

Diante disso, o produto técnico-tecnológico deste trabalho visa transformar não apenas o conhecimento acadêmico, mas também o institucional em uma ferramenta prática para auxiliar os possíveis fornecedores locais/regionais, promovendo assim maior transparência, eficiência, competitividade e acesso às contratações públicas.



transformar não apenas o conhecimento acadêmico, mas também o institucional em uma ferramenta prática para auxiliar os possíveis fornecedores locais/regionais,



PTT – PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A proposta de intervenção deste trabalho se desdobra do objetivo específico de criar e disponibilizar um material educativo, em formato de panfleto-guia, dividido em duas partes: uma parte referente à divulgação e outra com as dúvidas mais frequentes. A divulgação é composta pelos dos impactos econômicos potenciais que o campus de Chapecó pode desempenhar na economia da cidade de Chapecó e a parte didática é composta pelas perguntas mais frequentes envolvendo a participação em licitações, identificadas junto ao setor de licitações da UFFS, para assim estimular a participação de empresas locais nos processos licitatórios.

O Produto Técnico-Tecnológico (PTT) foi estruturado de duas partes. Uma envolvendo divulgação, sendo ela a primeira, advinda dos dados adquiridos no estudo teórico da dissertação. E a outra, didática, desenvolvida com base dos relatos dos servidores da Superintendência de Compras e Licitações (SUCL), da Divisão de Compras e Licitações Fase Externa (DCLE) e do Departamento de Licitações (DLIC).

Esses relatos evidenciaram dificuldades recorrentes enfrentadas pelos participantes nas licitações da Instituição, além do diagnóstico da baixa participação de empresas locais/regionais. Devido à natureza do estudo e as declarações dos servidores, advindas das experiências nos processos licitatórios e no relacionamento com fornecedores, devido a posição estratégica dos setores, se concluiu que a criação de

um panfleto-guia seria o melhor meio para a aplicação prática do estudo desenvolvido.

Com base nisso, percebe-se que a elaboração de um material didático, no formato de panfleto-guia informativo/educativo, pode contribuir para a facilitação da participação dos licitantes nos processos licitatórios. Isso se dá, principalmente, pela utilização de uma linguagem mais acessível, pela sistematização das dúvidas mais frequentes (a qual serve como um ponto de partida para os leitores) e servindo de um ponto inicial para chegar a outras informações e treinamentos o que torna o processo para participar mais claro, eficiente e transparente para os potenciais interessados.

Além disso, o material informativo tende a incentivar a participação de MEIs e empresas locais/regionais nos certames, ampliando a competitividade e, consequentemente, contribuindo para o aumento da circulação de recursos financeiros na economia local. Também visa minimizar os atendimentos que os setores de licitação da Universidade precisam realizar aos licitantes e interessados referente as perguntas frequentes tratadas no material. Como estratégia de implementação desse panfleto educativo propõe-se a elaboração de um plano de ação que contemple a organização e atualização do material, assim como sua publicização.

Para facilitar a distribuição e utilização do material pela Instituição, foram elaboradas duas versões, do panfleto-guia: uma destinada à distribuição física e já formatada para impressão e outra voltada à distribuição digital. Ambas possuem o mesmo conteúdo, diferenciando-se apenas na forma de organização e apresentação das informações, buscando adequar o material ao meio de distribuição que a Instituição considerar mais conveniente. Dessa forma, o PTT poderá ser disponibilizado tanto de maneira impressa quanto por meios digitais, sem alteração das informações apresentadas.

Nesse sentido, as etapas de criação e implementação do presente panfleto-guia são apresentadas a seguir: a) levantamento e consolidação das informações relevantes, a partir da identificação de pontos sensíveis nos processos licitatórios com os servidores responsáveis, análise da legislação e dos sistemas envolvidos; b) confecção da minuta do panfleto; c) revisão da minuta pelos servidores envolvidos no processo, realizando as alterações necessárias e solicitadas até chegar na versão final; d) após as aprovações necessárias, o documento final será posto à disposição dos setores envolvidos; e) Por fim, sugere-se a publicação da versão digital do material no site da Universidade, na parte correspondente aos setores de licitação, e o encaminhamento por e-mail. Caso a Instituição opte pela disponibilização física, poderá utilizar-se da versão própria para impressão desse material educativo e posterior distribuição em lugares chave da cidade e região, como a

Associação Comercial, Industrial, Agronegócio e Serviços de Chapecó (ACIC), Sebrae, Sala do Empreendedor e Desenvolvimento Econômico, Federações e prefeituras tanto de Chapecó quanto das cidades da região.

Destaca-se que, para garantir a relevância do material a médio e longo prazo, é necessário que o conteúdo do panfleto-guia seja atualizado e revisto quando houver mudanças legais e/ou sistêmicas. E, por fim, embora o material seja desenvolvido para a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Chapecó, o conteúdo desse PTT possui potencial de adaptação e aplicação em outros órgãos públicos, contribuindo para a replicabilidade da iniciativa em diferentes contextos institucionais.

AUTORIA DA PROPOSTA

Especialista Júnior Santolin

Mestrando no Programa de Pós-graduação em Administração Pública pela Universidade Federal da Fronteira Sul. Especialização em Língua e Literatura Inglesa pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó. Graduado em Letras - Português e Inglês pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (2003). Servidor Público da Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail: junior.santolin@uffs.edu.br

Dra. Kelly Cristina Benetti Tonani Tosta

Doutora (2012) em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre (2008) e Graduada (2005) em Administração também pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora Associada na Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail: kellytosta@uffs.edu.br

Dra. Janete Stoffel

Pós-doutora no Programa de Desenvolvimento Econômico da Unicamp. Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul/RS (2013). Mestre em Políticas e Projetos de Desenvolvimento pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (2004). Especialização Lato Sensu em Comércio Exterior (2002). Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (1998). Professora Associada na Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail: janete.stoffel@uffs.edu.br



REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012 sobre a análise da expansão das universidades federais: 2003 a 2012. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2012. Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1361475592UFMT_-_Maria_Lucia_Neder_-_Relatorio_REUNI.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LCP&numero=123&ano=2006&ato=55b0XWq5kMRpWT7ac>. Acesso em: 29 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114133.htm. Acesso em: 29 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Análise sobre a expansão das universidades federais 2003 a 2012: relatório da comissão constituída pela Portaria nº 126/2012. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/sesu/pdf/destaques/analise_expansao_universidade_federais_2003_2012.pdf. Acesso em: 10 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Instrução Normativa SEGES/MGI nº 52, de 10 de fevereiro de 2025. Cria o Contrata+Brasil, plataforma de negócios públicos. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/contratamaibrasil/pt-br/central-de-conteudo/editais-e-regulamentacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-mgi-no-52-de-10-de-fevereiro-de-2025>. Acesso em: 29 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Plataforma Contrata+Brasil amplia oportunidades para pequenos empreendedores nas contratações públicas. Brasília, DF, 11 fev. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/noticias/2025/fevereiro/plataforma-contrata-brasil-amplia-oportunidades-para-pequenos-empreendedores-nas-contratacoes-publicas>. Acesso em: 29 mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL (ONU BRASIL). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 20 abr. 2026.

SEBRAE. Sebrae dá orientação para MEI que quer vender para órgãos públicos. Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/cultura-empreendedora/sebrae-da-orientacao-para-mei-que-quer-vender-para-orgaos-publicos>. Acesso em: 29 mar. 2026.

YUSUF, Shahid; NABESHIMA, Kaoru. How universities promote economic growth. Directions in development; human development Washington, D.C.: World Bank Group. 2007. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/911771468117871735/How-universities-promote-economic-growth>. Acesso em: 12 nov. 2024.

PROTOCOLO DE ENTREGA DA PROPOSTA AOS PRATICANTES

À

Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura (PROAD)
Universidade Federal da Fronteira Sul

Pelo presente, encaminhamos o produto técnico-tecnológico (Panfleto-guia) intitulado “Guia de Licitações para Fornecedores – Como vender para a UFFS”, derivado da dissertação de mestrado “Impactos Econômicos de Curto Prazo da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS): um estudo no campus Chapecó”, de autoria de “Júnior Santolin”.

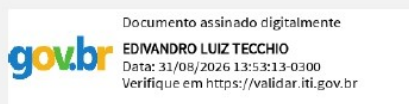
Os documentos citados foram desenvolvidos no âmbito do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap), instituição associada “Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Chapecó”.

A solução técnico-tecnológica é apresentada sob a forma de um “material didático-guia” e seu propósito é “facilitar o acesso de novos participantes locais e regionais às licitações da UFFS-Campus Chapecó”.

Solicitamos, por gentileza, que ações voltadas à implementação desta proposição sejam informadas à Coordenação Local do Profiap, por meio do endereço “sec.profiap@uffs.edu.br”.

Chapecó, 31 de agosto de 2026

Registro de recebimento



Edivandro Luiz Tecchio
Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura (PROAD) da UFFS

PROTOCOLO DE ENTREGA DA PROPOSTA AOS PRATICANTES

À

Coordenação local do Profiap da UFAC
Universidade Federal do Acre

Pelo presente, encaminhamos o produto técnico-tecnológico (Panfleto-guia) intitulado "Guia de Licitações para Fornecedores - Como vender para a UFFS", derivado da dissertação de mestrado "Impactos Econômicos de Curto Prazo da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS): um estudo no campus Chapecó", de autoria de "Júnior Santolin".

Os documentos citados foram desenvolvidos no âmbito do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap), instituição associada "Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Chapecó".

A solução técnico-tecnológica é apresentada sob a forma de um "material didático-guia" e seu propósito é "facilitar o acesso de novos participantes locais e regionais às licitações da UFFS-Campus Chapecó".

Além de sua destinação original, o presente Produto Técnico-Tecnológico está sendo encaminhado à Universidade Federal do Acre (UFAC), com a finalidade de possibilitar sua replicabilidade e eventual adaptação à realidade institucional e regional daquela Universidade, mantendo sua proposta de orientar e ampliar a participação de fornecedores locais e regionais nos processos licitatórios da instituição.

Solicitamos, por gentileza, que ações voltadas à implementação desta proposição sejam informadas à Coordenação Local do Profiap, por meio do endereço "sec.profiap@uffs.edu.br".

Rio Branco, 31 de agosto de 2026

Registro de recebimento

Documento assinado digitalmente
DEIVID ILECKI FORGIARINI
Data: 02/09/2026 19:31:33-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.^a Deivid Ilecki Forgiarini
Coordenador Acadêmico do PROFIAP da UFAC

Discente: Júnior Santolin, Especialista
Orientadora: Janete Stoffel, Doutora
Co-orientadora: Kelly Cristina Benetti
Tonani Tosta, Doutora

Universidade Federal da Fronteira Sul
Data de finalização do documento (31/08/2026)

ATRIBUTOS QUALIFICADORES DO PTT

Aderência - O Produto Técnico-Tecnológico (PTT) desenvolvido consiste em um guia prático, em formato de panfleto educativo, visando o aumento da participação de empresas de qualquer tamanho, locais e regionais, incluindo MEIs, nos processos licitatórios da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Chapecó. A elaboração desse PTT apresenta alinhamento direto à linha de pesquisa da dissertação que visa identificar o resultado da política pública REUNI, que foi responsável pela criação da UFFS, dentre outras universidades, no âmbito do impacto econômico de curto prazo advinda da presença de uma universidade na região, o desenvolvimento regional, buscando assim transformar o estudo em instrumento prático de intervenção socioeconômica.

Impacto - O impacto potencial do produto situa-se principalmente nas dimensões econômica, social e institucional, ao buscar reduzir barreiras informacionais que limitam a entrada de fornecedores locais e regionais nas contratações públicas, desmistificando assim a complexidade na participação dos certames. Além da maior participação de empresas regionais, trazendo maior competitividade para as licitações do Campus Chapecó. Ao aumentar o acesso à informação sobre compras públicas federais, o material pode fomentar uma maior circulação regional de recursos públicos, estimulando a economia local e regional, especialmente em uma diminuição na fuga de capital para fornecedores externos. Sendo assim, há um potencial elevado para o impacto do produto.

Aplicabilidade e replicabilidade - O produto tem alta aplicabilidade por utilizar linguagem didática, acessível e direcionada ao público-alvo, especialmente pequenos empreendedores e MEIs com pouco ou nenhum conhecimento prévio sobre licitações públicas. A estrutura permite o uso imediato como material educativo em treinamentos institucionais, divulgação de informações iniciais de como participar dos certames federais, tais como material em campanhas informativas e poder ter a possibilidade de distribuição tanto física quanto digital. Sobre a replicabilidade, ela é elevada, uma vez que pode ser adaptada para outros órgãos públicos, demais Campi da UFFS e de outras universidades federais, ou em contextos de compras governamentais em diferentes regiões, e pode atender empresas de qualquer tamanho e MEIs de outras regiões, devido à natureza das informações que o material trata serem introdutórias aos certames.

Inovação - O produto apresenta médio teor de inovação ao combinar dados da pesquisa da dissertação, conhecimentos acadêmicos sobre desenvolvimento regional, dados institucionais da UFFS e instrumentos práticos de gestão pública em uma solução aplicada. A principal inovação desse PTT está na união entre o diagnóstico econômico universitário da dissertação e a o uso prático do material voltado ao fortalecimento da economia regional por meio das licitações públicas.

Complexidade - O PTT pode ser classificado como de média complexidade, pois resulta da integração de múltiplas fontes de conhecimento como a legislação licitatória, o conhecimento dos sistemas de licitação, o desenvolvimento regional, a análise institucional e a comunicação pública com o público externo. Há a interlocução entre diferentes atores, como setor de licitações, comunidade acadêmica e setor privado.

Síntese - O PTT apresenta limitações, como depender de atualização normativa periódica, além de depender das estratégias de divulgação que a UFFS adotará para poder alcançar um resultado mais efetivo. Porém, sua importância reside justamente na divulgação de informações públicas que estão fragmentadas e que são pertinentes para os fornecedores locais e regionais poderem adentrar no universo licitatório da UFFS, Campus Chapecó. Tal entrada se dá mediante o esclarecimento de dúvidas ou para ter acesso a mais informações, por parte dos interessados. A aproximação entre a universidade (setor público) e a iniciativa privada, trazem peso ao papel da UFFS não apenas como instituição educacional que está na região, mas como uma universidade da região, atuando enquanto agente de dinamização econômica regional.

EVIDENCIAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO E IMPACTO DA PROPOSTA

A implementação inicial do Produto Técnico-Tecnológico ocorre com a entrega do panfleto-guia à Superintendência de Compras e Licitações (SUCL) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), setor relacionado diretamente ao tema trabalhado no material e que ajudou na produção do panfleto-guia. O PTT foi desenvolvido com o objetivo de facilitar o acesso de novos participantes locais e regionais às licitações da UFFS, Campus Chapecó, trazendo informações e orientações que possam auxiliar empresas, Microempreendedores Individuais (MEIs) e demais interessados em participar dos processos licitatórios da Instituição.

Como impacto potencial, espera-se que a disponibilização do material possa ampliar o conhecimento dos fornecedores sobre os procedimentos necessários para participar das licitações públicas, diminuindo dúvidas e dificuldades de acesso às oportunidades de contratação. Dessa forma, o PTT pode contribuir para ampliar a participação de fornecedores locais e regionais nos processos licitatórios da UFFS, aumentando a concorrência e aproximando a Instituição dos interessados em participar das licitações do Campus. Porém, esses resultados ainda são considerados impactos potenciais, que poderão ser verificados futuramente por meio do acompanhamento da utilização do material e do aumento ou não da participação de fornecedores nos processos licitatórios.

Além de sua aplicação inicial no Campus Chapecó, o PTT também apresenta possibilidade de replicabilidade. Avaliadora, da Mesa de Defesa, Prof.^a Dr.^a Oleides Francisca de Oliveira demonstrou interesse e o material foi encaminhado à Universidade Federal do Acre (UFAC), com o objetivo de possibilitar sua adaptação e utilização na UFAc. Esse encaminhamento demonstra que o panfleto-guia ultrapassa à realidade do Campus Chapecó, podendo ser adaptado às características de outras Instituições Federais de Ensino Superior, ampliando o alcance potencial do PTT e sua possibilidade de utilização em outros contextos institucionais e regionais.

As declarações de entrega do PTT e os respectivos registros de recebimento podem ser utilizados como documentos comprobatórios de sua disponibilização às instituições destinatárias. Futuramente, também poderão ser acrescentadas novas evidências relacionadas à utilização, adaptação ou replicação do material, além de informações que permitam verificar os resultados obtidos nas instituições em que o PTT venha a ser utilizado.

APÊNDICE D – PTT PARA DISTRIBUIÇÃO FÍSICA NO FORMATO PANFLETO

A UFFS GERA VALOR PARA A REGIÃO

A UFFS – Campus Chapecó gera benefícios para toda a região. Estima-se que os gastos da comunidade acadêmica e do Campus Chapecó gerem um impacto econômico anual superior a **R\$ 314 milhões** na economia do município, conforme estimativa apresentada na dissertação *Impactos Econômicos de Curto Prazo da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS): Um Estudo no Campus Chapecó*. Além disso, **considerando toda a instituição (Reitoria e seus campi)**, a UFFS realizou, em 2024, cerca de **R\$ 55,6 milhões** em compras e contratações, segundo o Painel de Compras. Mais da metade das oportunidades contou com a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME e EPP), demonstrando o potencial de participação dos pequenos negócios nas compras públicas. Outro destaque é que **86,8%** das contratações foram destinadas à prestação de serviços, ampliando as oportunidades para empresas e profissionais da região.



INFORMAÇÕES GERAIS

1 A lei de licitações mudou?

Sim, a legislação mudou. A Lei 8.666/1993 foi substituída pela Lei 14.133/2021, que atualmente rege as licitações e contratos administrativos.

2 Quem pode participar das compras públicas da UFFS

Podem participar:

- Empresas Privadas:** de qualquer porte, incluindo ME e EPP;
- Microempreendedor Individual (MEI);**
- Cooperativas:** desde que legalmente registradas;
- Consórcios de empresas:** permitidos quando o edital exige maior capacidade técnica ou financeira;
- Pessoas físicas;**
- Empresas Estrangeiras:** com representação legal no Brasil;
- Agricultor familiar;**
- Produtor Rural Pessoa Física.**

3 Como posso participar?

Siga estes passos:

- Fazer o cadastro de fornecedor no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF);
 - Localizar uma compra pública compatível com seu negócio;
 - Enviar proposta pelo Compras.gov.br ou Contrata-Brazil;
 - Acompanhar a sessão da licitação/compra direta e atender às solicitações do Pregoeiro/Agente de Contratação.
- Após o cadastro, o fornecedor pode participar da fase de lances. A documentação completa é exigida apenas do licitante melhor classificado para o item; em caso de inabilitação, será convocado o licitante subsequente, observada a ordem de classificação.

4 Quais os endereços dos sistemas?

Os endereços são:



5 Qual a diferença entre o Compras.gov e o Contrata-Brazil?

- Compras.gov é usado para operar licitações/contratações diretas de maior vulto e complexidade, permitindo a participação de empresas de diversos portes.
- O Contrata-Brazil é para pequenas contratações, com processo mais simples e rápido. Atualmente, somente MEIs podem participar da plataforma.

6 Posso participar pelo celular?

Sim. Os sistemas podem ser acessados pelo computador ou celular.

7 É obrigatória a apresentação da qualificação econômico-financeira?

Depende do edital. Em algumas licitações, podem ser exigidos documentos que comprovem a situação financeira da empresa; em outras, não. Por isso, é importante verificar cada edital para identificar quais documentos são solicitados.

8 Como consultar as oportunidades e os editais disponíveis para participação?

Podem ser consultados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).



9 Como acompanhar as compras da UFFS no PNCP?

No PNCP, utilizando os filtros de pesquisa, é possível localizar compras públicas de órgãos de qualquer esfera da Administração Pública. Para facilitar a busca pelas contratações da UFFS, utilize o código 158517 no campo Palavra-chave. No campo Status, estão disponíveis filtros para refinar a pesquisa:

- A Receber/Recebendo Proposta:** Consultar editais abertos onde pode ser cadastrado proposta;
- Em Julgamento/Propostas Encerradas:** Para acompanhar qualquer edital em andamento;
- Encerradas:** Consultar qualquer edital encerrado;
- Todos:** Retorna na busca todos os editais em qualquer fase.



10 Como saber o que a UFFS planeja contratar em 2027?

Para isso é necessário entrar no Planos de Contratação Anuais (PCA) dentro do PNCP para ver o que a UFFS pretende comprar.



11 Quais são os Pontos que precisam de mais atenção?

- Leia atentamente o edital;
- Mantenha sempre a documentação no SICAF regular e atualizada.
- Cadastrar corretamente na sua proposta os produtos ou serviços que você deseja oferecer e as regiões que quer atender;
- Cadastrar a marca, valor e sua especificação dos produtos à venda;
- Avaliar bem os custos, margem de lucro, entre outros para garantir a capacidade de sustentar a proposta;
- Ao participar de compras públicas, fique atento às sessões públicas. É por meio delas que são enviadas convocações e solicitações de esclarecimentos, que devem ser respondidas dentro dos prazos estabelecidos.

MEI

12 Sou MEI, há contratações exclusivas para mim?

Sim. Apesar de poder participar no Compras.gov, o MEI tem no "Contrata+Brasil" oportunidades simplificadas e voltadas especialmente para MEIs e pequenos negócios. Para participar, é necessário estar cadastrado no SICAF e possuir atividade compatível com o serviço ofertado.



13 Preciso ter cadastro no gov.br para apresentar minha proposta no Contrata+Brasil?

Sim. Para utilizar o Contrata+Brasil é preciso o cadastro no gov.br também.



14 O MEI precisa apresentar balanço patrimonial?

Sim, desde seja requisito previsto no edital.

15 Empresas locais ou regionais têm vantagens nas contratações públicas?

Sim. No Contrata+Brasil, fornecedores ME, EPP e equiparados com sede em Chapecó e região têm preferência na contratação, isso quando suas propostas forem até 10% superiores às de fornecedores "de fora".

16 O que devo ficar atento ao analisar uma oportunidade?

Verifique principalmente:

- Prazo e local para realizar o serviço;
- Forma de execução do serviço;
- Prazo de pagamento;
- Demais condições previstas na oportunidade.

Se tiver dúvidas use a opção "Dúvidas" para enviar sua pergunta, no fim da página. A pergunta só ficará visível depois que for respondida.

17 Sou avisado se minha oferta foi aceita?

Sim. O Contrata+Brasil envia mensagens automáticas no Whatsapp se a oferta for aceita. Para isso deve-se marcar a opção na plataforma.

18 Fiz uma proposta, mas vou ter que mudar o valor, é possível?

Sim. O valor pode ser alterado enquanto o período de propostas estiver aberto.

19 Quais serviços podem ser prestados?

Há uma lista de serviços no link abaixo. Ao clicar nos arquivos de PDF de cada cartilha, aparecem os serviços permitidos e os seus respectivos códigos de atividade econômica (CNAE). Exemplos de serviços são: montador de móveis, eletricitista, carpinteiro, jardineiro, manutenção de eletrodomésticos, pedreiro, pintor, chaveiro entre outros.



TREINAMENTO

20 Onde aprender mais?

Cada sistema possui materiais de treinamento e apoio. Alguns dos principais são:

a) **Informações Básicas:** o Portal de Compras Federal traz o básico sobre os sistemas, legislação e outros materiais de apoio.

b) **Manuais e vídeos:** no Portal de Compras Federal há manuais sobre licitações. Para fornecedores destacam-se no Compras.gov.br:

I – Todas as sessões da estante "Aplicativo"; e

II – Todos os Vídeos Tutoriais".

c) **O Painel de Compras:** possui informações para fornecedores no item "Perguntas Frequentes" e pode-se consultar os gastos de várias Instituições Públicas.

d) **O SEBRAE:** também oferece apoio e capacitação para microempreendedores que desejam vender ao governo.



TERMOS IMPORTANTES

CNAE – Código que identifica a atividade econômica da empresa ou do MEI.

PCA (Plano de Contratações Anual) – Documento que mostra o que um órgão público pretende comprar ou contratar ao longo do ano.

PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas) – Portal que reúne editais, contratos e informações sobre licitações públicas em todo o Brasil.

Pregoeiro/Agente de Contratação – Servidor responsável por conduzir a licitação e analisar as propostas dos participantes.

Qualificação econômico-financeira – Documentos que demonstram a capacidade financeira da empresa para executar o contrato.

SICAF (Sistema de Cadastro de Fornecedores) – Cadastro utilizado pelo Governo Federal para habilitar fornecedores a participar de licitações.

UASG (Unidade de Administração de Serviços Gerais) – Código que identifica um órgão público dentro dos sistemas de compras do Governo Federal. O código da UFFS é 158517.

A elaboração deste panfleto contou com a colaboração da Superintendência de Compras e Licitações (SUCL) da Universidade Federal da Fronteira Sul.



Como vender para a UFFS

Informações essenciais para empresas e demais interessados em participar dos processos de contratação da Universidade, conforme a Lei nº 14.133/2021.

Mais de **R\$ 314 milhões** de impacto econômico em Chapecó.

APÊNDICE E – PTT PARA DISTRIBUIÇÃO ONLINE



GUIA DE LICITAÇÕES PARA FORNECEDORES

Como vender para a UFFS

Informações essenciais para empresas e demais interessados em participar dos processos de contratação da Universidade, conforme a Lei nº 14.133/2021.

Mais de **R\$ 314 milhões** de impacto econômico em Chapecó.

A UFFS GERA VALOR PARA A REGIÃO

A UFFS – Campus Chapecó gera benefícios para toda a região.

Estima-se que os gastos da comunidade acadêmica e do Campus Chapecó gerem um impacto econômico anual superior a **R\$ 314 milhões** na economia do município, conforme estimativa apresentada na dissertação *Impactos Econômicos de Curto Prazo da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS): Um Estudo no Campus Chapecó*. Além disso, **considerando toda a instituição (Reitoria e seus campi)**, a UFFS realizou, em 2024, cerca de **R\$ 55,6 milhões** em compras e contratações, segundo o Painel de Compras. Mais da metade das oportunidades contou com a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (54,39%), demonstrando o potencial de participação dos pequenos negócios nas compras públicas. Outro destaque é que **86,8%** das contratações foram destinadas à prestação de serviços, ampliando as oportunidades para empresas e profissionais da região.

R\$ 314 mi

impacto econômico
em Chapecó

54,39%

com ME e EPP

86,8%

voltadas a serviços

INFORMAÇÕES GERAIS

1 A lei de licitações mudou?

Sim, a legislação mudou. A Lei 8.666/1993 foi substituída pela Lei 14.133/2021, que atualmente rege as licitações e contratos administrativos.

2 Quem pode participar das compras públicas da UFFS

Podem participar:

- a) **Empresas Privadas:** de qualquer porte, incluindo ME e EPP;
- b) **Microempreendedor Individual (MEI);**
- c) **Cooperativas:** desde que legalmente registradas;
- d) **Consórcios de empresas:** permitidos quando o edital exige maior capacidade técnica ou financeira;
- e) **Pessoas físicas;**
- f) **Empresas Estrangeiras:** com representação legal no Brasil;
- g) **Agricultor familiar;**
- h) **Produtor Rural Pessoa Física.**

Como posso participar?

Siga estes passos:

- a) Fazer o cadastro de fornecedor no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF);
- b) Localizar uma compra pública compatível com seu negócio;
- c) Enviar proposta pelo Compras.gov ou Contrata+Brasil;
- d) Acompanhar a sessão da licitação/compra direta e atender às solicitações do Pregoeiro/Agente de Contratação.

Após o cadastro, o fornecedor pode participar da fase de lances. A documentação completa é exigida apenas

do licitante melhor classificado para o item; em caso de inabilitação, será convocado o licitante subsequente, observada a ordem de classificação.

Quais os endereços dos sistemas?

Os endereços são:



Qual a diferença entre o Compras.gov e o Contrata+Brasil?

- a) Compras.gov é usado para operar licitações/contratações diretas de maior vulto e complexidade, permitindo a participação de empresas de diversos portes.
- b) O Contrata+Brasil é para pequenas contratações, com processo mais simples e rápido. Atualmente, somente MEIs podem participar da plataforma.

Posso participar pelo celular?

Sim. Os sistemas podem ser acessados pelo computador ou celular.

É obrigatória a apresentação da qualificação econômico-financeira?

Depende do edital. Em algumas licitações, podem ser exigidos documentos que comprovem a situação financeira da empresa; em outras, não. Por isso, é importante verificar cada edital para identificar quais documentos são solicitados.

Como consultar as oportunidades e os editais disponíveis para participação?

Podem ser consultados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).



9 Como acompanhar as compras da UFFS no PNCP?

No PNCP, utilizando os filtros de pesquisa, é possível localizar compras públicas de órgãos de qualquer esfera da Administração Pública. Para facilitar a busca pelas contratações da UFFS, utilize o código 158517 no campo Palavra-chave. No campo Status, estão disponíveis filtros para refinar a pesquisa:

- a) A Receber/Recebendo Proposta:** Consultar editais abertos onde pode ser cadastrado proposta;
- b) Em Julgamento/Propostas Encerradas:** Para acompanhar qualquer edital em andamento;
- c) Encerradas:** Consultar qualquer edital encerrado;
- d) Todos:** Retorna na busca todos os editais em qualquer fase.



PAINEL DE COMPRA
pncp.gov.br/app/editais

10 Como saber o que a UFFS planeja contratar em 2027?

Para isso é necessário entrar no Planos de Contratação Anuais (PCA) dentro do PNCP para ver o que a UFFS pretende comprar.



PLANO DE COMPRAS
pncp.gov.br/

11 Quais são os Pontos que precisam de mais atenção?

- a) Leia atentamente o edital;
- b) Mantenha sempre a documentação no SICAF regular e atualizada.
- c) Cadastrar corretamente na sua proposta os produtos ou serviços que você deseja oferecer e as regiões que quer atender;
- d) Cadastrar a marca, valor e sua especificação dos produtos à venda;
- e) Avaliar bem os custos, margem de lucro, entre outros para garantir a capacidade de sustentar a proposta;
- f) Ao participar de compras públicas, fique atento às sessões públicas. É por meio delas que são enviadas convocações e solicitações de esclarecimentos, que devem ser respondidas dentro dos prazos estabelecidos.

MEI

12 Sou MEI, há contratações exclusivas para mim?

Sim. Apesar de poder participar no Compras.gov, o MEI tem no “Contrata+Brasil” oportunidades simplificadas e voltadas especialmente para MEIs e pequenos negócios. Para participar, é necessário estar cadastrado no SICAF e possuir atividade compatível com o serviço ofertado.



Contrata+Brasil
gov.br/contratamaisbrasil/pt-br

13 Preciso ter cadastro no gov.br para apresentar minha proposta no Contrata+Brasil?

Sim. Para utilizar o Contrata+Brasil é preciso o cadastro no gov.br também.



GOV.BR
servicos.acesso.gov.br

14 O MEI precisa apresentar balanço patrimonial?

Sim, desde que seja requisito previsto no edital.

15 Empresas locais ou regionais têm vantagens nas contratações públicas?

Sim. No Contrata+Brasil, fornecedores ME, EPP e equiparados com sede em Chapecó e região têm preferência na contratação, isso quando suas propostas forem até 10% superiores às de fornecedores “de fora”.

16 O que devo ficar atento ao analisar uma oportunidade?

Verifique principalmente:

- a) Prazo e local para realizar o serviço;
- b) Forma de execução do serviço;
- c) Prazo de pagamento;
- d) Demais condições previstas na oportunidade.

A opção 'Dúvidas', disponível ao final da página do edital, permite enviar perguntas ao órgão. Elas só ficam visíveis aos demais fornecedores depois de respondidas.

17 Sou avisado se minha oferta foi aceita?

Sim. O Contrata+Brasil envia mensagens automáticas no Whatsapp se a oferta for aceita. Para isso deve-se marcar a opção na plataforma.

18 Fiz uma proposta, mas vou ter que mudar o valor, é possível?

Sim. O valor pode ser alterado enquanto o prazo de envio da proposta estiver aberto.

19 Quais serviços podem ser prestados?

Há uma lista de serviços no link abaixo. Ao clicar nos arquivos de PDF de cada cartilha, aparecem os serviços permitidos e os seus respectivos códigos de atividade econômica (CNAE). Exemplos de serviços são: montador de móveis, eletricista, carpinteiro, jardineiro, manutenção de eletrodomésticos, pedreiro, pintor, chaveiro entre outros.



Anexo III Cartilhas de Serviço
gov.br/contratamaisbrasil

TREINAMENTO

Onde aprender mais?

Cada sistema possui materiais de treinamento e apoio. Alguns dos principais são:

a) Informações Básicas: o Portal de Compras Federal traz o básico sobre os sistemas, legislação e outros materiais de apoio.

b) Manuais e vídeoaulas: no Portal de Compras Federal há manuais sobre licitações. Para fornecedores destacam-se no Compras.gov.br:

I – Todas as sessões da estante “Aplicativo”; e

II – Todos os Vídeos Tutoriais”.

c) O Painei de Compras: possui informações para fornecedores no item “Perguntas Frequentes” e pode-se consultar os gastos de várias Instituições Públicas.

d) O SEBRAE: também oferece apoio e capacitação para microempreendedores que desejam vender ao governo.



TERMOS IMPORTANTES

CNAE – Código que identifica a atividade econômica da empresa ou do MEI.

PCA (Plano de Contratações Anual) – Documento que mostra o que um órgão público pretende comprar ou contratar ao longo do ano.

PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas) – Portal que reúne editais, contratos e informações sobre licitações públicas em todo o Brasil.

Pregoeiro/Agente de Contratação – Servidor responsável por conduzir a licitação e analisar as propostas dos participantes.

Qualificação econômico-financeira – Documentos que demonstram a capacidade financeira da empresa para executar o contrato.

SICAF (Sistema de Cadastro de Fornecedores) – Cadastro utilizado pelo Governo Federal para habilitar fornecedores a participar de licitações.

UASG (Unidade de Administração de Serviços Gerais) – Código que identifica um órgão público dentro dos sistemas de compras do Governo Federal. O código da UFFS é 158517.

A elaboração deste panfleto contou com a colaboração da Superintendência de Compras e Licitações (SUCL) da Universidade Federal da Fronteira Sul.